



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 49

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 20 de março de 2018

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos*

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com o [Debate de urgência sobre “Plano de Reestruturação do Setor Público](#)

---

[Empresarial”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado António Lima (*BE*), interveio no debate o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Usaram da palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Francisco César (*PS*), Carlos Silva (*PS*), Graça Silva (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Findo este ponto passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 44/XI – “Criação de um regime excecional e temporário para a ilha do Corvo no âmbito das inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), José Contente (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), André Bradford (*PS*), André Rodrigues (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e o Deputado Iasalde Nunes (*PS*).

Por fim, foi discutido e votado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Aprova o Programa Gerações”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputado Manuel Pereira (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), João Vasco Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Duarte Freitas (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

No decorrer do debate foi apresentado um requerimento de baixa à comissão pelo proponente, tendo sido rejeitado por maioria.

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.*

**Presidente:** Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Secretário Regionais:

Vou pedir o favor ao Sr. Secretário da Mesa de iniciar a chamada.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**  
**André Cláudio Gambão Rodrigues**  
**André Jorge Dionísio Bradford**  
**António Gonçalves Toste Parreira**  
**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**  
**Carlos Emanuel Rego Silva**  
**Dionísio Medeiros Faria e Maia**  
**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**  
**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**  
**Iasalde Fraga Nunes**  
**João Vasco Pereira da Costa**  
**José António Vieira da Silva Contente**  
**José Manuel Gregório Ávila**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
**Manuel José da Silva Ramos**  
**Maria da Graça Oliveira Silva**  
**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**  
**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**  
**Mário José Diniz Tomé**  
**Miguel António Moniz Costa**  
**Mónica Gomes Oliveira Rocha**  
**Pedro Miguel Medeiros de Moura**  
**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**  
**Sónia Cristina Franco Nicolau**  
**Susana Goulart Costa**  
**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Baptista Soares Marinho**  
**António Manuel Silva Almeida**  
**António Oldemiro das Neves Pedroso**  
**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**  
**Bruno Filipe de Freitas Belo**  
**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**  
**Catarina Goulart Chamacame Furtado**  
**César Leandro Costa Toste**  
**Jaime Luís Melo Vieira**  
**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**  
**Luís Carlos Correia Garcia**  
**Marco José Freitas da Costa**  
**Maria João Soares Carreiro**  
**Mónica Reis Simões Seidi**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**  
**Artur Manuel Leal Lima**  
**Catarina de Oliveira Cabeceiras**  
**Maria da Graça Amaral da Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

*Partido Comunista Português (PCP/PEV)*

**João** Paulo Valadão **Corvelo**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Entramos no primeiro ponto da nossa Agenda, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o **debate de urgência sobre “Plano de Reestruturação do Setor Público Empresarial”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos também foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O requerente, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

O CDS, 15 minutos;

O PCP e o PPM, de 10 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda agendou este debate sobre o anunciado *Plano de Reestruturação do Sector Empresarial Regional* por considerar urgente

clarificar e submeter ao escrutínio desta Assembleia e dos açorianos e açorianas o pensamento do Governo Regional sobre o futuro dos serviços públicos e das empresas públicas dos Açores.

Começo pela desastrosa decisão do Governo Regional de privatizar 49% da Sata Internacional, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Desastrosa?!

**O Orador:** ... que é um mau presságio para o futuro dos serviços públicos na nossa Região.

Para já, esta decisão é um sério atentado à Autonomia; um rude golpe sobre o interesse estratégico da economia dos Açores e na sustentabilidade do direito dos açorianos e açorianas à mobilidade.

Já agora, pelos órgãos de comunicação social é avançado que houve 2 concorrentes à compra de 49% da SATA Internacional: a Azul e a Hi Fly. Está o governo regional disponível para dizer, desde já, quantas e quais foram as entidades que manifestaram interesse na privatização, tendo até em conta que o governo tem afirmado que o processo deve ser totalmente transparente?

A tese, avançada pelo Presidente do Governo Regional e sustentada de imediato por altos dirigentes do Partido Socialista, de que chegou a hora da administração regional se retirar de vários sectores da nossa economia para entregá-los aos privados, exige uma clarificação imediata. Sobre que setores fala o governo e quais são as suas reais intenções?

**Deputado Francisco César (PS):** Mas já foi tudo dito! Até em sessões públicas!

**O Orador:** Esta clarificação é tanto mais urgente quando o vice-presidente da bancada socialista nesta Assembleia, escreve que as medidas apresentadas pelo governo regional a 26 de fevereiro deste ano, resultam de um estudo profundo sobre todo o sector empresarial regional.

Caso exista esse estudo profundo, ele significa que o governo tem um plano traçado. Por isso o pacote apresentado a 26 de Fevereiro é o primeiro de outros que seguem. Ou então, não há estudo nenhum, e o que preside a estas medidas é tão só a lógica económica neoliberal e estas políticas foram desenhadas para satisfazer as reivindicações da direita e de sectores económicos regionais que veem agora a oportunidade de aumentar os seus lucros à custa dos serviços públicos.

**Deputado Francisco César (PS):** Capital privado não é feio, Sr. Deputado!

**O Orador:** Não esquecemos que, ainda há bem pouco tempo, esses sectores, exigiam a criação de um banco regional privado com recurso a fundos públicos. Temos também ciente a necessidade política do Partido Socialista, em continuar a ter estes setores alinhados com o seu actual poder evitando que venham a engrossar a oposição ao governo regional.

Perante este cenário, pensamos que está na hora do Partido Socialista e do seu governo clarificar o *pensamento profundo* a que chegaram sobre esta matéria, pois o resultado desse pensamento implica com a vida dos açorianos e açorianas e com o futuro dos Açores.

Adiantamos, desde já, que apoiaremos o caminho que eventualmente resulta desse pensamento, se este levar à direcção que permita, por exemplo, concluir o seguinte:

- Que acabou o tempo, por razões que decorrem da aplicação de diretivas financeiras e contabilísticas, de formar empresas públicas com o único objectivo de esconder a sub-orçamentação de serviços públicos, como a saúde, à custa do endividamento público através de empresas como a Saudaçor.
- Que acabou o tempo de desenhar e fomentar empresas públicas para serem meros instrumentos de captação de quadros para o partido no poder ou simples instrumentos de gestão de quadros do partido socialista, como rampa para novas oportunidades políticas; como reforma dourada para ex-autarcas em finais de

mandato; ou ainda como recompensa para jogadas políticas mal sucedidas como é exemplo recente e paradigmático, o caso do ex-candidato do Partido socialista à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

- Finalmente, que os sectores estratégicos para a região são para estar em mãos públicas para, defender a economia e defender a democracia.

Se for neste sentido que vai o pensamento do PS, então pode contar com Bloco de Esquerda, para apoiar politicamente a execução destas medidas.

Mas vamos colocar a análise em sectores concretos e casos concretos.

**Deputado Francisco César (PS):** Sem discussão!

**O Orador:** No passado, a venda de 40% da EDA, ao capital privado, não pode ser vista de outra forma que não seja a vontade que existiu de dar músculo financeiro a um grande grupo económico privado à custa do sector público. Por isso, para fazer mais como na EDA, não contem connosco.

Apoiamos a intervenção do governo na Sinaga, em 2010, como meio para, não só salvar os postos de trabalho no imediato, mas, fundamentalmente para que, através de uma reestruturação tecnológica ou mesmo de uma reconversão do objecto da empresa, fosse possível salvar um importante activo industrial que tanta falta faz a esta região.

Infelizmente a incompetência do governo nada disso forjou, consagrando a manutenção de tachos como o grande objeto social da empresa.

Na mesma lógica defendemos a intervenção na conserveira Santa Catarina, aqui ainda mais decisiva, pela importância que esta indústria tem para a ilha de S. Jorge e para a coesão regional.

É agora precisamente esta empresa que o Governo quer privatizar. Não temos para este caso uma oposição de princípio, mas colocamos as seguintes questões:

- Tem o governo assegurado a manutenção da laboração desta empresa no futuro, por parte dos compradores emergentes?



- Assegura, desde já, o governo a manutenção dos postos de trabalho e de todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, actualmente na empresa?

- Fará, esta alienação da fábrica Santa Catarina, parte de um pacote escondido das negociações com a Cofaco, caminhando para um desfecho como o que se deu na fábrica da Triumph no continente? Este é um estratagema clássico, em que uma empresa compra outra para depois a encerrar a prazo, recebendo para isso apoios públicos que depois são canalizados para empresas concorrentes, ou pretensamente concorrentes.

A clarificação deste assunto é deveras importante para os trabalhadores e trabalhadoras de S. Jorge e também para as populações de S. Jorge e do Pico.

Mas no esforço para perceber a linha do governo regional, torna-se evidente a necessidade de resposta a mais algumas questões.

- Decidiu o governo alienar os 51% que detém nas Pousadas da Juventude. Vai o governo, após esta alienação, subsidiar a entidade privada de forma a rentabilizar o negócio privado com dinheiros públicos? Vai o governo assim promover mais empresários de pacotilha, os nossos conhecidos *empreendedores* das rendas garantidas?

- Decidiu o governo extinguir as empresas Saudaçor e SPRHI e internalizar os serviços que prestam. Ora aqui está uma medida há muito reclamada pelo Bloco de Esquerda e exigida pela mais elementar decência e pela defesa do serviço público. Mas está o governo na disposição de fazer o mesmo com a Azorina, com o IROA e com o SDEA? Ou será que aí os interesses do PS falam mais alto que o interesse público?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem muito boy empregado!

**O Orador:** O Bloco de Esquerda defende a existência de serviços públicos com boa administração pública e, sempre que o interesse público o justifique, a manutenção e a criação de empresas públicas, bem geridas.

A boa gestão destas empresas, não é, no entanto, sinónimo de lucros. Como bem sabemos, a sua mais valia para os Açores mede-se pelo seu papel social e estratégico para a economia, na defesa da democracia e pela garantia de acesso da população aos serviços públicos essenciais.

Os interesses económicos, a par com o PSD e, a espaços, com o CDS têm defendido que a administração regional tem de sair da economia para entregar assim mais setores aos privados. Esta linha, com a qual o Partido Socialista parece estar hoje em sintonia, aprofundando a via açoriana do liberalismo económico, exige questões muito concretas. Vejamos:

Em primeiro lugar, quais são os sectores da dita *economia* que estão hoje nas mãos do poder público? Fundamentalmente, a energia, os transportes e portos, a saúde e a educação.

- No que diz respeito à energia, exige-se saber se vai o Governo alienar a maioria do capital que detém na EDA. E se vai continuar a fazer proliferar empresas com rendimento máximo garantido, que nada trazem para a região em termos de avanços tecnológicos e somente vivem à custa do que é de todos nós.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas quer acabar?

**O Orador:** Na saúde, vai o governo continuar a não investir a sério no Serviço Regional de saúde para assim continuar a alimentar negócios através das convenções? Vai continuar a degradação da resposta nas cirurgias e consultas de especialidade, para depois usar o dinheiro de todos nós para construir hospitais privados e garantir, através de convenções, os seus clientes e o seu lucro garantido?

- Nos transportes, a SATA e a Atlanticoline são as empresas de maior dimensão e importância. Vai o governo continuar o desmantelamento desastroso da SATA e concessionar a Atlanticoline para depois pagar aos privados pela sua operação?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E maior desastre!

- Na educação: Vai o governo fomentar ainda mais o ensino privado, incentivando a criação de escolas para as elites, pagas por dinheiros públicos, ferindo de morte a democracia e a escola pública, só para satisfazer os interesses de alguns em ganhar dinheiro à custa dos nossos impostos?

- Nos portos: Vai o governo, como já deu a entender, concessionar os portos para depois pagar por esse serviço, que é um monopólio natural, essencial à economia?

São estes os sectores que estão em causa. São estes os sectores que os empresários das rendas querem para sua gestão. São estes os sectores no concreto em que PSD e o CDS, e agora o PS-Açores, dizem que o " Estado está a mais".

É a tudo isto que o Governo Regional do Partido Socialista tem de responder. Tem de clarificar se vai ceder ao poder económico e à direita que clamam pela entrega destas áreas à gestão privada ou se, pelo contrário, vai defender os serviços públicos e os açores da gula; Tem de dizer se vai defender os açorianos e açorianas de serem ainda mais maltratados por privatizações ruins, como a dos CTT e tantas outras.

Disse.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem agora a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, gostaria de dizer-lhe em primeiro lugar que as questões que colocou nós temos todo o gosto em respondê-las e como foram muitas se não conseguir responder na primeira intervenção, continuaremos com certeza nesse debate, procurarei responder às questões, evidentemente as respostas que vou dar é aquela que é a posição do Governo, pode não

corresponder ao seu pensamento e muitas matérias não correspondem, mas procuraremos responder a todas as questões.

Gostaria de começar por lhe dizer que esta reestruturação e reforma profunda do Setor Público Empresarial da Região, é feita neste momento porque consideramos que é o momento em que, tendo em conta o crescimento significativo da nossa economia, o crescimento significativo do emprego, a evolução muito positiva de todos os indicadores económicos, de produção e fortalecimento, consequentemente financeiro das empresas e empresários regionais, é o momento certo para procedermos a esta reforma.

Por outro lado, o surgimento de atividades e de empresas privadas em áreas que no passado apenas tinham empresas do setor público, também tornou ainda mais determinante essa mesma reforma.

Esta reforma tem seis objetivos muito claros e concretos:

Primeiro, garantir a manutenção da prestação do serviço público;

Segundo, evitar, em setores não estratégicos, a concorrência entre o setor público e o setor privado;

Terceiro, alargar e fortalecer o mercado empresarial privado;

Quarto, separar de forma clara e objetiva a função de financiamento de determinadas áreas a setores, da participação em associações desses setores;

Quinto, garantir os direitos e as responsabilidades assumidas por essas empresas, particularmente no que concerne à sua correlação com os seus trabalhadores no caso de extinção dessas empresas;

Sexto, o facto de haver empresas que foram criadas e cuja função para a qual foram criadas encontra-se já esgotada.

São estes os seis objetivos concretos, pelos quais fizemos esta reforma e esta reestruturação e as razões por que fizemos neste momento, tendo em conta a atual conjuntura de crescimento económico, de fortalecimento económico e de criação de emprego da nossa Região.

Respondendo por isso concretamente e mais em pormenor às suas perguntas, começando pela empresa Santa Catarina, a proposta e o que foi apresentado no âmbito desta reforma, é a alienação da maioria do capital social de Santa Catarina e não da totalidade do capital social ...

**Deputado Marco Costa (PSD):** O senhor comece pelos erros em vez de começar pelos objetivos!

**O Orador:** ... e precisamente a opção por não alienar a totalidade do capital social, deriva de garantir que a Região mantem uma presença em Santa Catarina e por essa via nessa alienação estará subjacente, um conjunto de enquadramentos do caderno de encargos, onde fique garantido três aspetos para nós fundamentais:

Primeiro, a manutenção da laboração da fábrica de conservas Santa Catarina, na Calheta de S. Jorge;

Segundo, a manutenção do nível de emprego que a fábrica tem neste momento;

Terceiro, a manutenção da marca de Santa Catarina.

Por isso, essas três garantias ficam assumidas claramente nesse processo e responde exatamente à questão que colocou.

**Deputado Marco Costa (PSD):** O lucro!

**O Orador:** Segunda questão, em relação à privatização de 51% da Pousadas de Juventude, a empresa Pousadas de Juventude não é detentora do património das pousadas.

O património das pousadas, os edifícios onde estão instaladas as pousadas, são património da Região, mantendo-se por isso propriedade da Região e a alienação é apenas de uma entidade que explora as pousadas, e não que é proprietária das pousadas.

Terceiro aspeto, em relação ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em relação à ATA!

**O Orador:** ... ao capital da EDA, eu penso que a alienação da EDA dos, primeiro 10% à EDP, depois 39% a privados, a trabalhadores e a pequenos acionistas, foi verdadeiramente exemplar.

O que nós agora fazemos é, e respondendo à sua questão, nós manteremos os 51% de participação no capital social da EDA.

O que nós fazemos nesta reestruturação é dar indicações concretas à EDA para que a EDA deixe de participar em empresas que estão em setores claramente concorrenciais com o setor privado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não faz sentido haver participação pública em setores como os setores da engenharia, da consultadoria de engenharia e da prestação de serviços, onde existem muitas empresas privadas que fazem esse mesmo trabalho.

Daí a alienação da participação na Norma, daí a alienação da participação na Controlauto, daí a alienação da participação na NOS, na ONI e em outras participações que a EDA tinha e que não se justificavam.

Em relação à EDA, participação do capital social da EDA em si, os 51% é para manter, aliás como aqui tínhamos assumido esse compromisso.

**Deputado Francisco César (PS):** Está resolvido, Sra. Deputada!

**O Orador:** Em relação ao investimento sério, como referiu no Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado vou dar-lhe um número concreto: hoje, em 2018, o investimento e as transferências da Região, para o Serviço Regional de Saúde são em 107 milhões de euros, repito, 107 milhões de euros, superior àquilo que era há dez anos atrás.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oh senhor, faltam almofadas, faltam medicamentos!

**O Orador:** Se quer maior exemplo concreto de investimento no Serviço Regional de Saúde, este número responde à sua pergunta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Falta medicamentos!

**O Orador:** Por último, em relação à Atlanticoline, pergunta-me se haverá concessão da Atlanticoline? Não, Sr. Deputado, não haverá!

Se haverá concessão da empresa Portos dos Açores? A empresa Portos dos Açores irá manter-se na esfera pública, como está agora referido.

Por último, permita-me dizer-lhe uma questão que é essencial sobre o processo de extinção das empresas que serão extintas e que são de participação direta da Região.

Nós tivemos todo o cuidado de salvaguardar, conforme dissemos, todos os seus trabalhadores, assegurando que através da criação de legislação específica, que está a ser preparada, possam passar a integrar os quadros da administração pública, sendo contado para efeitos o tempo de serviço que prestaram nessas empresas para a sua colocação em termos dos índices remuneratórios correspondentes ao tempo de serviço, se tivessem em funções públicas durante esse período, criando assim um critério de justiça, de igualdade e de reforço dos seus direitos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E de seleção que os senhores não vão fazer!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há muito tempo que o PSD, os demais partidos da oposição, o Tribunal de Contas e a sociedade em geral vem alertando para a dramática situação das nossas finanças públicas, designadamente para a situação do Sper.

Perante a obstinada negação, a maioria não quer reconhecer que a sua herança financeira, deixará às gerações futuras um montante a pagar que é mais do dobro do Orçamento anual da Região.

Tendo de obedecer aos limites de endividamento do Orçamento Nacional, uma das vias para disfarçar os défices ao longo dos últimos anos foi o estratagema da criação de algumas empresas e entidades que só serviam para contrair dívida.

Assim, foi-se construindo uma responsabilidade pública que alguém tem sempre de pagar.

Sobre a dívida pública da Região (Administração Direta e Entidades reclassificadas), com demagogia e sem sentido de responsabilidade, o governa argumenta que, em percentagem do PIB, o seu valor não constitui um problema, porquanto, citando o Sr. Vice-presidente *“que os 44% do PIB dos Açores estão ainda longe da recomendação do Tratado da União Europeia que vai no sentido de não ultrapassar os 60 % do PIB”*.

**Deputado Francisco César (PS):** E na saúde?

**O Orador:** Mas na verdade as responsabilidades totais da região são superiores, se adicionarmos as dívidas das empresas públicas não incluídas no perímetro orçamental e as responsabilidades das parcerias público privados. Esse total em 2016 já era de 2.700 milhões de euros, ou seja, quase 70 % do PIB.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** E não falamos nos alçapões financeiros que ninguém, a não ser talvez o Vice-presidente, conhece no que se trata de dívidas a fornecedores, que à boca pequena, vêm contar aos partidos da Oposição, mas que em público todos temem falar, não vão as folhas de pagamento ir para o fundo das tesourarias da contabilidade pública.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!



**O Orador:** Senhores deputados:

Disse o senhor Presidente do Governo, ao anunciar a reestruturação do SPER, que aqui hoje se discute, que tal se devia a:

Primeiro: Crescimento significativo da economia regional;

Segundo: Surgimento de empresas privadas onde antes existiam apenas empresas de capitais públicos;

Terceiro: Situação sustentável do SPER.

Quanto ao Primeiro ponto, ele é tão verdade, ou não, hoje quanto era no dia 30 de novembro de 2017, quando o PSD/Açores fez uma proposta de alteração ao artigo 15º do Orçamento da Região, em que propunha a extinção da SPRHI e acrescentava um artigo 9º B em que obrigava o governo a apresentar à Assembleia uma proposta de decreto legislativo regional para redução do SPER em 50 por cento até ao final do primeiro semestre de 2018.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** É verdade!

**O Orador:** Aliás, pretendendo fazer cumprir o Programa do Governo socialista de 2012, que dizia, e cito, na página 37: “reduzir em 50 por cento o número de empresas públicas e participadas da Região”. E o Programa do Governo, também socialista, de 2016, que na sua página 15 dizia, e cito, “continuar a reestruturação do SPER”.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Tudo isto, mais a extinção da Saudaçor, proposta pelo CDS, foi chumbado pelo Partido Socialista.

**Deputado André Bradford (PS):** Sejam coerentes!

**O Orador:** Quanto ao Segundo ponto, mais do que fazer ou não concorrência com empresas do setor privado, existem, isso sim, entidades do SPER que se sobrepõem e fazem concorrência a departamentos governamentais, originando ineficiências, sobrecustos e burocracias desnecessárias. E as empresas privadas

não são novas, já existiam há muito, sofrendo com a concorrência desleal de muitas entidades públicas.

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores nunca propuseram!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** A isto o Governo nada diz.

Quanto ao Terceiro ponto, só a Sudaçor e a SPRHI têm passivos acumulados de 850 milhões de euros, o Grupo SATA está tecnicamente falido, e os passivos do SPER são um descalabro incontrolável.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso também é verdade!

**O Orador:** Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados:

Ideologicamente, o PSD é não só social-democrata, como aqui, assume a Social-Democracia Açoriana.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Francisco César (PS):** Viu-se bem isso nos órgãos a nível nacional!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Quer isto dizer que, se concordamos com uma empresa do sector elétrico ou companhia aérea nacionais nas mãos de privados, nos Açores assumimos que a maioria do seu capital, como temos vindo a defender, deve estar nas mãos do setor público.

Temos nove redes independentes e centros produtores de eletricidade.

Temos uma dispersão geográfica que obriga a ter uma companhia aérea regional eficiente, saudável e que tem de ter como primeira missão servir os açorianos.

Face à nossa pequena dimensão, dispersão e distância, compreendemos, aceitamos e estimulamos um setor público administrativo e empresarial na Região que, necessariamente, deve assumir uma dimensão e características adequadas às necessidades geográficas, sociais e económicas dos Açores. E, portanto, nalguns casos, necessariamente maior e com maior intervenção pública do que noutros espaços.

Num espaço, por um lado confinado e, por outro, constrangido e oprimido por políticas que aprisionam os pobres em vez de os libertar, será legítimo ter como objetivo garantir dignidade a cada um dos Açorianos, assegurando iguais oportunidades para todos.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados,

O fracasso do sector público empresarial da região e as consequências para as gerações futuras são um fardo agora inevitável.

Os resultados negativos acumulados do SPER, mesmo incluindo os resultados positivos da EDA, são superiores a 500 milhões de euros. É valor que se perdeu.

Os passivos acumulados, sem a EDA, são superiores a 1300 milhões de euros.

Os capitais próprios negativos do conjunto do Sper, também sem aquela empresa, só não são ainda piores porque estão contabilizados nos balanços de muitas empresas públicas, dívidas do governo regional.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** Nestas condições, no final de 2016, encontrava-se a Saudaçor com 412 milhões de euros, a SPRHI com 124 me, a Ilhas de Valor com 33,2 me e a Portos do Açores com cerca de 15 me. E nem falamos no Grupo Sata.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é tudo verdade!

**O Orador:** São verbas que o próprio acionista deve àquelas empresas, que estão contabilizadas como ativos mascarando a sua verdadeira situação financeira e patrimonial.

Mas a reestruturação agora anunciada não esgota o que é necessário concretizar. Não nos podemos esquecer, como já foi referido, de empresas como a Azorina, do Sedea e do próprio IROA, cujas funções se sobrepoem a departamentos da administração regional ou da Ilhas de Valor.

E é fundamental não esquecer a Sata Air Açores, cuja situação de falência técnica exige soluções urgentes.

É sabido que as crises empresariais, fruto de erros acumulados de estratégia e de gestão, como é o caso, podem demorar muito tempo a desenvolver-se mas, quando emergem, tendem a alastrar de forma rápida e ampla, com efeitos indesejáveis que afetam outros sectores e a vida económica em geral, indiscriminadamente.

É essencial, prioritário e urgente, quanto à Sata Air Açores, neste contexto:

- Consolidar a sua situação financeira com o reforço dos seus capitais públicos que permita a sua estabilidade e sustentabilidade económica e financeira;

- Adequar a sua frota e a sua capacidade operacional às necessidades atuais e futuras, não constituindo um entrave mas sim promovendo a acessibilidade interna dos açorianos, a preços mais justos e em melhores condições garantindo, também, a dos turistas que nos visitam, o mercado interno e a coesão entre as várias Ilhas;

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Garantir uma administração profissional, competente, independente de interesses partidários, conhecedora do setor e tecnicamente reconhecida pelos seus trabalhadores.

Não pode igualmente o Governo adiar a situação da Sinaga: por quanto tempo mais se deverá manter como empacotadora de açúcar? Que sentido faz integrar património fundiário da Região na posse da empresa, sem qualquer ligação com o seu objeto, mas apenas como mera manobra de cosmética das suas contas, evitando no imediato a apresentação de capitais próprios negativos?

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados:

Queremos um SPER ao serviço dos Açorianos. Queremos que os funcionários das empresas públicas que venham a ser reestruturadas tenham os seus postos de trabalho assegurados.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Já o dissemos, e repetimos, para que não subsistam quaisquer dúvidas:

Não queremos um sistema que passou de 13 para mais de 50 entidades públicas, apenas para desorçamentar, iludir restrições legais e nomear amigos para as administrações.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Vamos, por isso, ficar atentos para que não se repita a passagem de uma secretaria regional para uma SDEA ou de uma direção regional para uma SPRHI.

Senhores deputados,

E, mais uma vez, sublinhamos a importância da Comissão de Inquérito sobre o SPER.

A culpa não pode morrer solteira.

**Deputado Miguel Costa (PS):** A Saúde também não!

**O Orador:** O desastre do SPER têm responsáveis políticos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se já provámos que os três objetivos indicados pelo PGR para fazer esta reestruturação são absolutamente falaciosos, restará a tentativa de fuga ao escrutínio da Comissão de Inquérito.

Não por nós, ou não apenas por nós, como responsáveis políticos, mas por todos nós, como cidadãos, e pelas gerações futuras, que irão ter de pagar os desmandos desta governação.

A Democracia colocou o Partido Socialista no poder, mas este não pode deixar de ser responsabilizado pelas suas decisões.

A Democracia colocou-nos na Oposição, por isso assumimos a responsabilidade de escrutinar, exigir e denunciar.

Senhora Presidente, Senhores Deputados:

Como Oposição Ativa, ao serviço dos Açorianos, impomo-nos sempre a necessidade de propor. Por isso, fizemos também aprovar a comissão especial de acompanhamento das privatizações, que esperamos possa contribuir para a transparência de todo este processo de privatização de 49% da Sata Internacional.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Srs. membros do Governo:

O presente debate sobre o SPER não pode de modo algum afastar-nos da necessária reflexão sobre a reforma da Administração Pública em geral.

Reformar a administração pública para transformar a sociedade é essencial e não se limita ao SPER.

Necessitamos de mais sociedade e melhor governo.

Necessitámos de hábitos permanentes de transparência, rigor e responsabilidade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Reformar a Administração Pública, modernizando-a, é um passo fundamental para transformar a sociedade açoriana.

A modernização, o rejuvenescimento e a formação na Administração Pública é uma tarefa prioritária que este governo teima em não assumir.

Modernizar significa orientar o esforço de todos para objetivos que garantem um futuro melhor.

Para um grande projeto modernizador é necessário a liderança de um governo reformista, empenhado na reforma do setor público.

A qualidade da organização e da gestão da administração pública é determinante para a qualidade e eficiência de todo o sistema económico e social.

A administração pública deve ser comedida nos gastos e centrada na prestação de serviços aos cidadãos, de acordo com elevados níveis de qualidade, mas também com a riqueza produzida, constituindo sempre um fator de eficácia, produtividade e melhoria da competitividade da economia regional.

Por isso é fundamental:

- Pagar o que se deve em tempo;
- Não gastar mais do que se tem;
- Estabelecer prioridades.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**O Orador:** A bem da confiança da Administração Pública é essencial que se definam e que se enumerem o que são cargos de confiança política e cargos administrativos de cariz eminentemente técnico.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Isso agora já passa tudo para a administração pública!?

**O Orador:** O recrutamento e progressão na carreira para quem ocupa cargos administrativos devem assentar em critérios objetivos de qualificação e de mérito.

Só uma Administração Pública cada vez mais profissional e afastada dos interesses partidários garantirá um quadro estável de progresso e de combate ao clientelismo.

A administração deve zelar pelo interesse público de forma competente e isenta, tratando os cidadãos sem discriminações.

É fundamental:

- Prestar serviços públicos com maior eficiência.
- Criar um programa de modernização, rejuvenescimento e apostar de forma séria na formação na Administração Pública.
- Prestar contas aos cidadãos com total transparência e rigor.
- Construir uma função pública imparcial e de qualidade, respeitadora do mérito e da capacidade.
- Reduzir o número de cargos políticos e de nomeação.
- Alocar os recursos públicos disponíveis às verdadeiras prioridades e exigir responsabilidade pelo uso dado ao dinheiro de todos.
- Desenvolver uma verdadeira administração eletrónica, racionalizando as estruturas informáticas existentes;
- Abrir a governação aos cidadãos, oferecendo-lhes uma informação personalizada, coerente e integrada das suas relações com os serviços da Administração Pública.

O programa do atual governo aprovado neste Parlamento, contém medidas e objetivos em matéria de reforma e modernização da administração pública.

Muitos deles são muito válidos, mas de nada servem ficando apenas no papel. E decorrido já cerca de um terço da legislatura, é tempo suficiente para o Governo demonstrar ao que vem em matéria de reforma da administração pública.

É já altura de questionar o Governo.

Que medidas já implementou o Governo relativas ao objetivo que fixou e cito *“Consolidar o incremento de modelos de planeamento, gestão e organização*



*inovadores” ou quanto ao objetivo de “Consolidar os níveis de eficiência e eficácia na Administração Pública Regional, através da afetação de recursos públicos consoante a natureza e especificidade, das funções e tarefas dos serviços”?*

**Presidente:** Sr. Deputado, relembro que estamos no debate de urgência do SPER, só para depois não fazer perguntas que não possam ser respondidas.

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

Não basta mascarar a realidade com meros anúncios.

Os Açorianos exigem e merecem que o governo seja consistente, atue e que cumpra as suas promessas.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser irónico este debate sobre o Setor Público Empresarial e sobretudo os argumentos apresentados aqui pelo Governo e pelo PS.

Então, eu acho que é importante fazermos o seguinte raciocínio, eu até diria que se o Governo de Vasco Cordeiro, ou Vasco Cordeiro fosse um Governo que fosse um marco, eu até podia dizer que havia uma época antes de Vasco Cordeiro e uma depois de Vasco Cordeiro, mas como não é um marco e é um Governo sem ideias, eu diria que há uma degradação do socialismo na Região com este Governo Socialista, ou dito socialista.

Mas então o Sr. Vice-Presidente aqui veio falar da grande economia, da pujança da economia, da baixa do desemprego, por isso era necessário retirar algumas empresas do setor público, para não fazerem concorrência ao privado.

Oh, Sr. Vice-Presidente, vai explicar-me então o seguinte, vamos recuar a 2004: como é que estava o emprego, em 2004? Era mais, ou menor do que é agora? Quando foi criada a Sudaçor? Como é que estava a venda de cimento, era maior ou menor do que é agora?

**Deputado Francisco César (PS):** Vamos falar da SPRHI!

**O Orador:** Como é que estava a economia no global? Era melhor, estava mais pujante ou menos pujante que agora? Os indicadores económicos quando os senhores criaram, por exemplo a Sudaçor, como é que estava em 2004, em 2005 e em 2003, Sr. Vice-Presidente?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** Como é que estava a economia nessa altura? Parece-me que a taxa de desemprego era duas ou três vezes inferior à que está; que a venda de cimento era muito superior ao que está e que todos os indicadores que os senhores falavam, eram muito superiores aos que estão. Até as suecas faziam furor e o turismo sueco fazia furor na altura, Sr. Vice-Presidente! Era a grande medida, o turismo crescia a olhos vistos, mais do que crescia nesta altura, Sr. Vice-Presidente, portanto, falta-vos memória!

Atualmente, os senhores vieram, o ano passado falar do turismo, ufanos com o turismo e quando chegam os números ao fim de 2017, chegou-se à conclusão que o turismo tinha criado a incrível quantia de muitos empregos, 200!

Os senhores em 2018 mudam o discurso, então a economia está pujante porque vendemos mais 10 sacos de cimento! Então a economia está pujante porque vendemos mais 50 passagens, etc., etc., etc., Sr. Vice-Presidente!

**Deputado André Bradford (PS):** O problema é que a economia está mesmo pujante e o senhor não sabe disso!

**O Orador:** Agora, Sr. Vice-Presidente, a realidade relativamente à Saudaçor, que nós pedimos a sua extinção há muito tempo, é esta: a Saudaçor, Sr. Vice-Presidente, para não ir aos idos de 2004, eu vou fica-me por 2011.

Em 2011, Sras. e Srs. Deputados, a dívida de curto prazo da Saudaçor, era de 20 milhões de euros; em 2017, a dívida da Saudaçor, é de 117 milhões de euros, o que quer dizer que aumentou 580%. 580% de aumento de dívida de curto prazo!

Vamos à dívida de médio e longo prazo: em 2011, era 240 milhões de euros; em 2017, 483 milhões de euros. Aumentou 200%! A dívida total aumentou 230%, de 260 milhões de euros, para 600 milhões de euros!

Mas se quiserem ir aos idos de 2004, eu não sei fazer a conta, porque ela aumentou tanto, tanto e tanto que passa os mil por cento e eu não sei contar mais de mil em percentagem, portanto chega a esse ponto. É verdadeiramente vergonhoso!

Eu pergunto, onde foi investido esse dinheiro? Para onde foi esse dinheiro? Os hospitais estão melhores?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não!

**O Orador:** Os doentes têm melhores condições?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não!

**O Orador:** Têm? Não têm?

A deslocação de doentes está melhor? Não têm!

**O Orador:** A deslocação de especialistas às ilhas, está melhor? Não está!

Portanto, foi dinheiro desperdiçado, posto fora, para criar empregos “*jobs for the boys*” e emprego qualificado para os socialistas...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que agora querem integrar na função pública sem qualificações, sem concurso. Entraram sem concurso, entraram por cunha e não por mérito...

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não seja injusto!

**O Orador:** ... e agora esses senhores vão passar à frente dos funcionários públicos, que entraram por concurso e por mérito e isso não é aceitável numa sociedade democrática, isso é proteger “é o padrinho e o afilhado” e isso não se aceita em democracia.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem!

**O Orador:** Mas vou dar mais exemplos, Sr. Vice- Presidente: em 2011...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Mas as pessoas não sabem disto! As pessoas têm que ter a noção do sorvedouro de dinheiro que é a Saudaçon!

**Deputado Francisco César (PS):** A saúde!

**O Orador:** Um sorvedouro de dinheiro, porque não se investe na saúde: não há mantas, não há almofadas ... A comida nos hospitais melhorou? É horrível a comida nos hospitais!

Os concursos para aquisição de material clínico, melhorou? Não melhorou! É pior! Compram da pior qualidade e apenas com um critério, o preço! Agora melhorou os ordenados deles todos, isso aí aumentou substancialmente de 2011 para 2017, isso aí é só consultar os números.

**Deputado Francisco César (PS):** Não faça esse discurso!

**O Orador:** Mas para se ver em 2011, haviam 4 funcionários, técnico superior, nível 9, grau 1; em 2017, 8. E depois os senhores passaram dois técnicos superiores, nível 11, que ganhavam 1860 euros, para a função de subcoordenador e coordenador e passaram a ganhar então 3 190 e 3 690.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É isso que estamos a discutir!

**O Orador:** Eu quero saber quem é o dirigente da função pública que ganha 3700€ por mês? Quero saber quem é o diretor de serviços na função pública,

com uma carreira pública que ganha 3700€ por mês, que é uma pessoa que está aqui há 5 anos e não veio da função pública, não tem currículo. Foi promovido? Foi promovido por cartão partidário! É isso que eu quero saber e quero saber como é que vão ser integrados na função pública e com que ordenado? É essa a questão que nós temos que saber!

Portanto, os senhores vão reestruturar o Setor Público Empresarial porque o dinheiro acabou-se e já não têm mais dinheiro para sustentar *boys* e fico-me por aqui nesta primeira intervenção.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sector público empresarial assume numa região como a nossa, cuja dispersão geográfica e a escala diminuta de cada uma das suas nove parcelas impõe especificidades e características muito próprias com uma relevância que transcende em muito o mero enunciado teórico de todas as teorias económicas daquilo que deve ser o domínio público em contrapartida aquilo que pode e deve ser da esfera privada.

Efetivamente um desenvolvimento socioeconómico harmonioso das nove ilhas do nosso arquipélago só é possível com a existência de mecanismos de intervenção públicos que permitam corrigir as assimetrias e assegurar o crescimento económico necessário e exigível para o todo regional e para cada uma das parcelas, em particular.

Instrumento essencial e imprescindível nessa intervenção é, sem dúvidas o Sector Público Empresarial.

É neste sector que se encontram empresas estruturantes, absolutamente indispensáveis e sem as quais pensar em definir políticas concretas de desenvolvimento regional não passa de pura utopia.

A fúria privatizadora anunciada no passado dia 26 de Fevereiro pelo Senhor Presidente do Governo Regional do Açores e pelo seu Vice-presidente, assumindo que o Governo Regional irá alienar este património não porque necessite fazê-lo mas porque no seu entender é o melhor, encerra uma clara opção ideológica de opção que coloca em primeiro lugar os interesses e lucros de alguns, poucos, privados em detrimento dos interesses de toda uma região e das suas populações.

Foi precisamente este tipo de opção ideológica completamente alheia à realidade açoriana que em tempos levou por exemplo à privatização do Banco Comercial dos Açores e que teve como consequência o seu desaparecimento e a sua absorção pela Banca estrangeira e que obviamente deixou a região sem qualquer instrumento de intervenção financeiro tão essencial à prossecução de políticas de investimento regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assumir que todas as empresas do sector público empresarial nos Açores são exemplos de boa gestão e da prossecução dos objetivos que são a razão da sua existência seria sem dúvida algo que não corresponde de facto à realidade, contudo, classificar todo o sector utilizando tal critério e atribuindo igual grau de importância é um erro grave que importa desde já denunciar.

Será que alguém tem dúvidas que uma empresa estruturante e essencial para o desenvolvimento harmonioso da nossa região como é a SATA deve permanecer integralmente no domínio público?

Será que o infeliz e triste exemplo da COFACO no Faial e no Pico não dá que pensar no que será o futuro da fábrica Santa Catarina entregue a privados que até já anteriormente provaram que não são solução, mas antes fonte de sérios problemas?

**Deputado Francisco César (PS):** Já estava escrito. O Sr. Presidente já respondeu a isso!

**O Orador:** Será que a necessidade de promoção turística da nossa região se esgotou e agora devemos deixar de promover um turismo de natureza que tão bons frutos traz, sobretudo para as ilhas mais pequenas e porque alguma megalomania centralista e concentracionista parece já estar consolidada prescindimos do papel que uma Associação de Turismo dos Açores pode e deve continuar a desempenhar?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este são meros exemplo daquilo que a fúria privatizadora deste Governo pretende, mas, longe desta fúria, deste ataque ao sector público empresarial se esgotar por aqui o vendaval anti sector publico empresarial continua não deixando de fora empresas desde o sector das comunicações, à formação profissional, desde os transportes ao sector das pescas, desde a saúde às pousadas de juventude.

Será esta a política, que como diz o presidente do Governo melhor serve os interesses dos Açores?

Temos sérias dúvidas!

Para nós, PCP, exige-se antes do mais uma séria e adequada gestão de todas as empresas e organismos que compõem o sector público empresarial de forma a que ele cumpra na íntegra os objetivos para os quais existe, tal como se exige que todos os organismos e empresas tenham um fim social e politicamente útil e justificável.

É com base nestes princípios e pressupostos que continuamos e continuaremos a lutar contra a destruição do sector público empresarial que o Governo Regional do PS enceta agora este novo ataque.

Disse.

**Deputado Francisco César (PS):** O Governo Regional é dos Açores!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Já foi! O Governo Regional é do Partido Socialista!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate, houve um momento em que eu não percebi bem para que lado é que íamos e lembrou-me um pouco da história do rapaz, do idoso e do burro: acusam por um lado o Governo de não fazer reformas, o Governo faz reformas, criticam o Governo por reformar.

Acusam o Governo de não reestruturar o Setor Público Empresarial, o Governo reestrutura o Setor Público Empresarial, criticam o Governo por reestruturar o Setor Público Empresarial.

Portanto, a conclusão que se tira é que independentemente do lado em que se vá, o objetivo é criticar e a posição que se tem de crítica é sempre primeiro escolher para que lado o Governo vai, para escolher exatamente a posição contrária para poder criticar.

**Deputado Marco Costa (PSD):** O senhor nunca pensou foi ter que destruir aquilo que fez!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*



**O Orador:** Mas vamos às questões concretas.

Começando pelo Sr. Deputado Artur Lima, como referi na minha intervenção e foi referido na apresentação, houve seis objetivos da reestruturação do Setor Público Empresarial Regional e a conjuntura económica e a existência de um mercado privado, é uma das razões que justifica algumas das alienações ou alienação/extinção, ou cedência de quota de 17 empresas, ou seja, os seis objetivos resultam na intervenção, na redução de 17 participações públicas. Não é o mesmo objetivo para todas. Portanto, obviamente, o que o senhor fez aqui foi um jogo de palavras porque a extinção da SPRHI e da Saudaçor não se enquadra no âmbito do crescimento económico, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah, não dá jeito!

**O Orador:** ... mas sim de outro objetivo que referi, que foi empresas que hoje já não justificam a sua ação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os senhores é que disseram!

**O Orador:** Segunda questão que também é uma contradição.

O Sr. Deputado referiu que o turismo só criava 200 empregos.

Nós estamos aqui numa grande contradição: ouvimos a oposição dizer que a economia só cresce por causa do turismo e é assim, aumentaram 13 000 empregos, ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas a economia não são só empregos!

**O Orador:** ... se o turismo só criou 200, os outros 12 800 foram dos outros setores. Então das duas uma: a economia só cresce por causa do turismo, ou então se o turismo só cresce 200, há aqui uma contradição total e abusiva.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Respondendo à questão concreta e penso que isso é o mais importante e reafirmando, nas empresas a extinguir, que é participação direta da Região, os funcionários dessas empresas através de legislação específica que será aprovada ...

**Deputado Marco Costa (PSD):** Específica porquê? Específica significa por medida?

**O Orador:** ... nesta mesma Assembleia ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Claro! Nunca poderá ser chumbada, Sr. Vice-Presidente, esse é o problema!

**O Orador:** ... permitirá que passem para a administração pública, sendo contados os anos de serviço que tiveram nessas empresas, para efeitos de reintrodução nos índices da função pública, de acordo com as regras de valorização da função pública.

Penso que aí responde exatamente à sua pergunta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não responde!

**O Orador:** Outro aspeto essencial, e esse, permitam-me que agora vos diga, que também foi uma questão que entraram em absoluta contradição, que tem a ver com a desorçamentação.

Durante muito tempo foi dito que as empresas existiam para desorçamentar, para tirar de fora do orçamento ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em 2004 foi!

**O Orador:** ... e de fora das contas públicas essas empresas.

A verdade é que todas essas empresas que estão aqui referidas (a SPHRI, a Saudaçor, os hospitais), consolidam ao cêntimo, nas contas públicas regionais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora! Agora!

**O Orador:** Portanto, não há nenhuma razão de desorçamentação nessa matéria. Vamos a factos e já agora, se me permitem, a notícias.

Nós durante o ano de 2017 fizemos mais um enorme esforço no sentido de consolidação das nossas contas públicas, aliás como o País.

Se hoje é claro que todas essas empresas contam para efeitos de os seus resultados, para efeitos de défice e para apuramento de dívida, gostaria de aqui anunciar que apurado o resultado final de 2017, em termos do SEC 2010, que inclui não só a administração direta, a administração indireta, a variação da dívida a fornecedores, dívida administrativa e os resultados de todas as empresas do Setor Público Empresarial da Região, conseguimos reduzir o nosso défice para um valor inferior àquele que tinha sido autorizado para a Assembleia no orçamento de 2017.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membro do Governo)*

**O Orador:** Efetivamente, o INE no final deste mês irá publicar essas contas, de acordo com o apuramento que fizemos, a Região conseguiu reduzir ainda mais o défice, passando de 1,6% do PIB, para apenas 1,4% no último ano, ou seja, 57 milhões de euros, o que é inferior aos 60 milhões autorizados por esta Assembleia, apenas para a administração direta.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O que isto quer dizer é que no último ano a administração indireta, o Setor Público Empresarial e a variação de dívida administrativa, ou seja, a fornecedores, teve um resultado positivo nas contas públicas, fazendo que no final do ano nós tivéssemos um défice ainda inferior àquilo que tinha sido aprovado nesta Assembleia, apenas para a administração direta.

Quando o País, e bem, se congratula por ter conseguido no último ano um défice de 2,1% que era o mais baixo de sempre da história da democracia, nós

podemos dizer que no último ano de 2017, com os resultados das empresas todas (Saudaçor, SPRHI, hospitais e todas as empresas que foram aqui referidas) conseguimos um défice de apenas 1,4% do PIB que é menos de metade daquilo que a União Europeia exige para os países em termos de convergência.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membro do Governo)*

**O Orador:** São estes os resultados consolidados de acordo com as regras do INE, do Banco de Portugal e de acordo com as regras europeias e se fossemos em qualquer outro Parlamento, por esta Europa fora, que se anunciasse este resultado, penso que teria o apoio e a congratulação de todos os grupos parlamentares.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mas vamos à dívida pública.

O Sr. Deputado António Neto Viveiros, disse que eu me congratulava pela dívida pública ser de 44% do PIB.

Então vou dizer-lhe, Sr. Deputado, a dívida pública da região no final de 2017, incluindo a administração direta, a administração indireta e a dívida de todas essas empresas que referiu – Saudaçor, hospitais, SPRHI e todas as outras empresas do Setor Público Empresarial, ficou em 41,6% do produto interno bruto ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membro do Governo)*

**O Orador:** ... ou seja, menos de metade da média da União Europeia, o que quer dizer que hoje podemos afirmar e no final deste mês o Instituto Nacional de Estatística irá divulgar esses dados, de acordo com o nosso apuramento, a dívida pública da Região incluindo empresas públicas, incluindo fundos e serviços autónomos, incluindo a administração direta, com todas essas consolidações, é de apenas 41,6% daquilo que nós produzimos, menos de metade da média da União Europeia, menos de um terço daquilo que o País tem e cerca também de menos um terço que a Região Autónoma da Madeira tem.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Então por que é que não paga? Isto é hilariante!

**O Orador:** É este valor real que garante a nossa sustentabilidade.

Permitam-me que vos diga e também de acordo com estes dados: fala-se muito de efeitos para gerações futuras; fala-se muito de responsabilidades futuras.

Pois, no final de 2017, dia 31 de dezembro, aquilo que nós deixamos para as gerações futuras, em termos de dívida pública, é menos de metade que deixam a média dos países da União Europeia e um terço daquilo que se verifica no nosso País.

Em termos de responsabilidades para gerações futuras, estamos devidamente conversados e essencialmente estamos devidamente acautelados.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por que será?

**Deputado António Almeida (PSD):** É uma bagatela!

**O Orador:** Por último, um outro aspeto que foi referido e que vai ser uma chatice com esta reforma, apenas para alguma oposição.

Sabem, outro dos efeitos desta reforma é que os avales concedidos pela Região vão se reduzir em 775 milhões de euros, em relação àquilo que existia, ou seja, aquilo que era para alguns, essa tentativa de somar avales com dívidas, com responsabilidades, vão deixar de fazer esse efeito e já agora porque nunca o

valorizámos, aqueles que nos criticavam por aumentar os avales, também nos devem elogiar, porque reduzimos em 775 milhões de euros os avales concedidos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membro do Governo)*

**O Orador:** Por último, aquilo que é mais relevante e importante em toda esta matéria é que efetivamente nós não ficámos com esses resultados de 2017, para dizer que estava tudo bem. O que nós fazemos é reformar, reestruturar, melhorar o que é para melhorar.

Existem ainda problemas no Setor Público Empresarial? Existem! Mas a forma de resolver os problemas é reestruturando, é reformando, é melhorando, é alterando. É isso que nós estamos a fazer e é isso que faremos.

Não fazemos porque andámos a correr atrás de uma alteração. Fazemos porque era o momento certo, porque era o momento em que a economia dos Açores tinha condições para absorver esta reestruturação e esta reforma.

Fazemos ressaltando e salvaguardando direitos, assumindo as responsabilidades e garantindo que desta reforma podemos ter ainda uma Região com melhores garantias de prestar um melhor serviço público, salvaguardando sempre que as Empresas do Setor Público Empresarial, visam a prestação do serviço público e o serviço público para este Governo é um bem e não é alienável.

A prestação do serviço público de qualidade, a melhoria permanente do serviço público é algo que não é alienável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membro do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado André Bradford, julgo que é para uma interpelação à Mesa?

**Deputado André Bradford (PS):** É sim senhora.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de meia hora, se faz favor.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

*Eram 11 horas e 13 minutos*

**Presidente:** Sras. e srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 52 minutos.*

Vamos dar continuidade ao debate.

Estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero aqui realçar a ausência do grande responsável pela evolução da economia dos Açores nos últimos anos, quer como Presidente do Governo Regional, quer como Secretário da Economia, Dr. Vasco Cordeiro. O Presidente do Governo Regional não está aqui num debate em que deveria assumir as suas responsabilidades.

Não o fez nas circunstâncias que foram criadas, porque o BE, e muito bem, traz aqui a debate esta questão da reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, mas o Governo anunciou estas medidas sem trazer a questão a debate, sem aqui provocar o debate e pelos vistos sem tê-lo feito previamente também no interior do PS.

Portanto, esta ausência em relação ao debate e ao diálogo, diz bem como é que estas decisões foram tomadas.

Devo dizer que esta decisão se fundamenta no seguinte: de acordo com o programa do PS, do programa do Governo, na página (não tem página), mas seria a página número 11 se tivesse numerado: “continuar a reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, de modo a satisfazer melhor as necessidades coletivas e a promover a sua potenciação na promoção do desenvolvimento económico e social da Região”. É nisto, neste breve parágrafo que se fundamenta esta reestruturação.

Eu acho que o Programa do Governo não fundamenta, quer do ponto programático, quer do ponto de vista do contexto em que é tomada esta posição, esta iniciativa, porque diz aqui: “que o setor público potencie o crescimento e o desenvolvimento económico e social da Região”. Para potenciar alguma coisa, essa coisa tem que existir!

Portanto, Vs. Exas. não se podem fundamentar no Programa do Governo e no programa eleitoral do PS.

Então por que é que surge esta medida, por que é que surge esta proposta?

Surge por uma questão de oportunismo político, por uma questão tática, tem a ver com o anúncio que foi feito por parte de alguns partidos da oposição que iria ser criado uma comissão de inquérito ao Setor Público Empresarial Regional e tem a ver com resultados ruinosos que todos os anos eram devidamente diagnosticados e analisados pelo Tribunal de Contas.



Portanto, a conjugação destes dois fatores fez com que Vs. Exas. efetuassem rapidamente, sem diálogo prévio, sem negociação prévia, que Vs. Exas. anunciassem, até sem tê-lo feito no Parlamento, que é algo difícil de perceber, dado o caráter parlamentar do nosso sistema político, tivessem anunciado uma medida deste tipo, sem que tivesse existido esse anúncio prévio sequer ao Parlamento.

Devo dizer-vos que a vossa opção é uma opção política de antecipar resultados e de condicionar a comissão de inquérito criada por este Parlamento, por iniciativa dos partidos da oposição. Este foi o vosso objetivo e devo dizer que muitas das questões importantes no âmbito deste processo não foram até agora respondidas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e pelo Sr. Presidente do Governo Regional, que se ausentou de um debate desta importância em que deveria estar aqui a dar a cara.

Devo dizer que algumas destas questões são as seguintes, o Sr. Deputado Artur Lima já referenciou: o que é que vai acontecer em relação às nomeações políticas de gente que foi colocada nestas empresas sem concurso, foram colocadas apenas por confiança política e partidária?

O que eu vos pergunto é: entram na administração pública? Entram na administração pública com todo o conjunto de privilégios que foram assumidos muitas vezes, como bem disse também o Sr. Deputado Artur Lima, sem o currículo adequado, que os outros membros da administração regional tiveram que submeter-se a concursos públicos, em que tiveram que apresentar o seu currículo?

Portanto eu, em relação a esta matéria, acho que isto não pode acontecer e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional ainda não nos detalhou como é que irá decorrer este processo.

Depois, há outras questões.

Quais foram os critérios para escolher estas empresas e não outras?

Outra questão: qual é o encaixe financeiro global previsto com esta operação?

O que é que vai acontecer à dívida de todas estas entidades?

Qual é o plano B que se a venda das mesmas não correr bem?

Outra coisa incrível que é, o argumento que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional apresentou que é: “Bom, agora estamos numa situação económica mais favorável, por isso vamos dar uma oportunidade ao setor privado e vamos retirar diárias em que existem empresas no setor privado”.

Então, e quando os senhores criaram estas empresas, em que já existiam empresas também no mercado, criaram estas empresas em momentos difíceis. Ainda foi mais difícil para essas empresas poderem triunfar numa situação económica mais difícil!

Portanto, esse argumento não faz nenhum sentido.

Eu quero terminar esta primeira intervenção dizendo o seguinte: eu considero que em relação a esta matéria, o Governo e o Sr. Vice-Presidente do Governo, é o que eu esperava no âmbito deste debate, trouxesse aqui elementos técnicos, elementos económicos que pudesse pormenorizar em relação a cada empresa as escolhas que são feitas, porquê esta e não outra? O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional o que fez foi aqui apresentar um conjunto de explicações de carácter político que, obviamente, não convencem e que deixam muitas, mas mesmo muitas dúvidas em relação ao futuro do Setor Público Empresarial Regional e em relação ao conjunto de opções que foram tomadas, se são ou não razoáveis, qual a explicação e qual a sua fundamentação?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Uma referência muito rápida, para informar a câmara que tal como foi público na agenda do Sr. Presidente do Governo, tornada pública hoje, o Sr. Presidente tinha a sua presença aqui prevista, no entanto por um conjunto de imprevistos e de vicissitudes também relacionados com as condições climatéricas que têm impedido os aviões de aterrar, o Sr. Presidente não pode estar aqui neste debate. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Fica dada a informação.

Vamos então continuar o debate.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de começar por dizer que numa coisa estamos de acordo, Sr. Vice-Presidente: a quantidade de contradições que têm aparecido ao longo deste debate, conseguem confundir qualquer açoriano e açoriana, mas eu tenho cá para mim que estas contradições e esta confusão não é ingénuas e sobretudo não é involuntária, senão vejamos.

Vem o Sr. Vice-Presidente e diz assim: “A situação de pujança económica da nossa Região justifica que agora, neste momento, o Governo Regional entenda privatizar, alienar, conceder, extinguir, desvincular-se de 17 empresas públicas e associações”.

Mas, Sr. Vice-Presidente, no início deste mês vem o Serviço Regional de Estatística e diz assim: “Todos os setores económicos da nossa Região estão a descer, só o turismo é que está a criar empregos”.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não é verdade!

**A Oradora:** No início deste mês vem o Observatório do Emprego dos Açores e diz assim: “Os Açores perderam numa década mais de mil empresas e mais de 11 000 trabalhadores”. Esta é a primeira contradição.

Contudo, ela justifica o momento para privatizar, alienar, conceder, extinguir, desvincular 17 empresas e associações.

Por outro lado, veio o PSD, pela voz do Sr. Deputado António Vasco e diz assim: “Este é o momento de uma dramática situação das nossas finanças públicas”.

Mas, vem o Instituto Nacional de Estatística, vem a Troika, vem o Eurostat, vêm todas as entidades fiscalizadoras nacionais e internacionais, olham para as finanças e para as contas dos Açores e dizem assim: “Cumprem os critérios e as imposições da União Europeia”, portanto é outra contradição, ou alguém está a mentir no meio desta cena.

Contudo, a conclusão é: por isso há que privatizar, alienar, conceder, extinguir e desvincular.

**Deputado Francisco César (PS):** Só o BE é que está certo!

**A Oradora:** Ou seja, com duas contradições numa penada, quer o PS, quer o PSD, chegam à mesma conclusão: agora é que nós temos as condições, ou porque estamos na míngua, ou porque estamos numa situação de pujança, não interessa, o que interessa é que agora chegou o momento de privatizar, de alienar, de extinguir e de conceder.

Não deixa de ser curiosa esta conclusão comum entre dois partidos que fazem a análise exatamente ao contrário, mas a conclusão é aquela que agrada a determinados setores, dos quais o PS necessita, atendendo a que nos preparamos para eleições dentro de dois anos.

Mas há mais contradições, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Nós temos ouvido aqui o Governo Regional dizer vezes sem conta, e o PS, que a autonomia gestonária das empresas públicas não permite que o Governo Regional interfira nas decisões da gestão e dos conselhos de administração.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não!!!

**A Oradora:** Quantas vezes este argumento tem sido aqui invocado?

Não deixa de ser curioso que agora o Governo Regional decida, sem ter ouvido as tais empresas públicas, cuja autonomia gestionária respeita tanto quando lhe dá jeito. É como a autonomia das escolas: quando dá jeito respeita-se, quando não dá jeito, não se respeita, nem se ouve.

Há mais contradições: há dois meses nesta Casa o BE propôs que os trabalhadores da SINAGA, aqueles que foram despedidos, fossem integrados na Administração Pública Regional.

Disse o Sr. Vice-Presidente: “Isso é impossível, não há um *apport* legislativo que permita essa integração”.

Mas agora, afinal, já vai haver um *apport* para permitir a integração dos trabalhadores que vão eventualmente (ou não eventualmente), obrigatoriamente, sair destas 17 empresas agora alienadas, privatizadas, extintas, etc., etc.

Bom, se o Governo se prepara para na realidade legislar, para permitir a integração total destes trabalhadores, então que o faça já e que comece pelos trabalhadores da SINAGA, os tais que há dois meses atrás dizia que não era possível integrar em lado nenhum.

Já agora, uma pergunta direta ao Governo, neste caso na pessoa do Sr. Vice-Presidente: o Governo Regional garante a esta Casa que todos os trabalhadores de cada uma destas 17 empresas têm o seu lugar assegurado através da integração na administração pública, com todos os seus direitos? Esta é que é a pergunta, todos os trabalhadores destas 17 empresas e associações, e fico obviamente à espera de uma resposta.

Já agora que estamos a falar da SINAGA é impossível não fazer uma outra: é se o Governo Regional, que está agora tão preocupado em pôr ordem numa casa que tem andado completamente desordenada, vai continuar a permitir o escândalo da existência de três administradores, para 27 trabalhadores, para empacotar açúcar? Esta é a segunda pergunta.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos com mais de uma hora de debate ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o senhor ainda não falou!

**O Orador:** É verdade!

... e essa hora de debate permite-nos retirar algumas conclusões ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Prognósticos só no fim do jogo!

**O Orador:** Eu falo de improviso, Sra. Deputado, não costumam escrever o que eu digo!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Chegou agora e já vai tirar conclusões?!

**O Orador:** ... do tempo de debate que já foi realizado.

A primeira questão que se poderia colocar é: qual é a posição de cada partido sobre a reestruturação e sobre a reforma do Setor Público Empresarial?

Olhamos para a nossa esquerda, olhamos para aqui para a zona mais extrema da nossa esquerda e verificamos que há um dogma, em que o objetivo desses partidos é que pura e simplesmente, o Setor Público Empresarial deve existir, porque deve existir. O Setor Público Empresarial Regional deve existir apenas e só por uma razão ideológica: de que público, é bom; privado é mau.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** É precisamente o contrário: privado é bom, público é mau!

**O Orador:** Olhamos para a nossa direita e somos criticados, não por acharem que as empresas que vamos extinguir, ou vamos alienar, não deve ser feito, não devem ser realizados esses processos, mas sim porque já deveria ter sido realizado ou até porque deveríamos ir mais longe: deveríamos privatizar outras empresas.

Bom, sobre esta matéria o PS pode dizer-vos o seguinte: nós não estamos preocupados se o Setor Público Empresarial tem mais 17, ou menos 17 empresas.

Nós não achamos que público é necessariamente bom, ou é necessariamente mau, como também não achamos que privado é mau, ou necessariamente bom.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É conforme!

**O Orador:** Nós estamos preocupados não com a forma, mas sim com a missão, mas sim com o serviço público que é providenciado aos açorianos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Há uma missão pública, há serviços essenciais que devem ser realizados na nossa Região, sejam estes realizados por públicos, pelo setor público e há casos em que tem que ser o setor público a realizar e há outros casos em que o setor privado pode fazê-lo.

A demonstração de que o PS o que está a dizer, não é nem uma alteração ideológica, nem é algo que mude consoante o tempo, é que quando estivemos à beira da grande recessão nos Açores, quando esta atingiu o mundo e também os Açores, o Setor Público Empresarial aumentou! Aumentou porque haviam setores estratégicos, empresas fundamentais para a economia regional que necessitavam de permanecer, que necessitavam de manter o seu emprego, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais! Quais!

**O Orador:** ... que eram fundamentais para a economia da ilha e nessa altura o Governo Regional disse presente e esteve ao lado das famílias e das empresas açorianas para manter a economia regional a funcionar.

Foi o caso, por exemplo, da fábrica de Santa Catarina, onde nós regionalizamos a empresa, no sentido de que essa continuasse a trabalhar e mantivemos o nível de emprego na altura.

E sabe que mais, Sra. Deputada, essa empresa hoje tem mais trabalhadores do que tinha quando nós regionalizamos, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Tem de ser é sustentável!

**O Orador:** ... essa empresa hoje tem um produto definido, melhor, com qualidade e esta empresa hoje pode competir no mercado regional ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... nacional, internacional, com qualidade e já pode ser realizado por empresas privadas que necessariamente podem realizar este serviço.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Por isso vai ser privatizada?!

**O Orador:** Por isso nada mais é demonstrativo da visão que temos sobre a missão pública e dos serviços que devem ser prestados aos açorianos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga lá mais exemplos!

**O Orador:** ... que da mesma forma que em 2008 o Setor Público Empresarial aumentou, agora com o novo ciclo económico que estamos a atravessar, o Setor Público Empresarial manifestamente será reduzido. Esta é a posição do PS que não se altera.

Agora, qual é o problema da oposição? Essa é que é a questão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nós é que temos problemas? Vocês não têm!

**O Orador:** Qual é o problema da oposição em contestar aquilo que nós dizemos?

O primeiro tem a ver com o que isto tudo implica.

Primeiro, como disse o Sr. Vice-Presidente: nós estamos a reestruturar e a reformar o Setor Público Empresarial e adequá-lo ao momento, adequá-lo à conjuntura.

Bom, mas havia Deputados nesta câmara que defendiam que nós fizéssemos isso!

Custa tanto admitir que nós estamos a fazer algo que os senhores em parte defendiam? Por que não estão aqui a reconhecer este mérito ao PS?

Primeiro ponto que os Srs. Deputados não querem reconhecer e por isso é que isso vos incomoda.



Segundo ponto, que é talvez daqueles que também mais incomoda: o facto de nós estarmos a fazer essa reestruturação, tem a ver com o novo ciclo económico que estamos a atravessar que os senhores não querem assumir aqui.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim! Sim!

**O Orador:** O que é evidente não é o que já cá faltava, Sra. Deputada, entra pelos olhos dentro, a economia regional está a crescer, há mais emprego.

A senhora ainda não percebeu que há mais emprego nos Açores, que as pessoas sentem que há uma mudança e que há bons ventos aqui na nossa Região e que há um clima de otimismo.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sabe, enquanto nós queremos acompanhar este clima de otimismo para cima, os senhores querem instalar um clima permanente de pessimismo. Isso é algo que não querem reconhecer!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Terceiro ponto, que também vos incomoda, é que esta alienação, esta reestruturação tem a ver com o facto “de os senhores terem as contas públicas à beira da desgraça”, dizia Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não disse isso!

**O Orador:** “Os senhores querem disfarçar rapidamente o caús financeiro”, dizia o ausente Duarte Freitas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O que na prática os senhores não querem ver é: será que esse processo de alienação, de reestruturação vai ter algum impacto nas contas públicas? Vai ter algum impacto? Vai aparecer alguma dívida que não existia? Não! A contabilização das contas públicas regionais vai ser exatamente a mesma!

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Ou seja, aquilo que os senhores diziam, que nós estávamos a tentar resolver um problema de catástrofe eminente das contas públicas, em nada se altera com o processo de alienação e reestruturação do setor público empresarial.

Ainda para mais, o número de avales que irão resultar deste processo de reestruturação, irá diminuir e os compromissos futuros da Região irão diminuir, portanto eu não consigo perceber por que é que os senhores (quer dizer, eu consigo, peço desculpa), não querem reconhecer que aquilo que têm dito sobre o Setor Público Empresarial, não é de facto materializado nos resultados da governação e daquilo que instituições como o INE, o Banco de Portugal e até o Eurostat, dizem das nossas contas públicas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Para mais, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, eu tenho apreço por si, pessoal, mas há algo que eu não percebo.

Muitos dos senhores podem dizer aqui, porque são da oposição e têm tido esse discurso permanentemente, que nós para as empresas públicas vamos contratar pessoas do Partido Socialista?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ou seja, fala quem sabe!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aahhh!

**O Orador:** Que nós vamos buscar amigos?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Nãoooo!

**O Orador:** Oh Sr. Deputado, eu reconheço na pessoa do Sr. Deputado uma característica: o senhor não é militante do PS, nem é amigo do PS e no entanto foi nomeado inúmeras vezes para administrações de empresas públicas.

Portanto, o Sr. Deputado é o último que pode vir dizer isto sobre o PS!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é baixo!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso é falta de argumentos!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Peço desculpa, é um facto e não é um juízo!

*(Apartes inaudíveis)*

**O Orador:** Devo ter tocado em algum ponto que incomoda!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Na prática nós queremos reformar o Setor Público Empresarial, não por nenhuma razão de contingência, mas sim por uma razão de estratégia para o desenvolvimento dos Açores.

Nós queremos reformar o Setor Público Empresarial, não porque este tenha qualquer tipo de dificuldades ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**O Orador:** Então eu vou retomar exatamente do mesmo ponto onde estava.

Na prática nós não queremos reformar o Setor Público Empresarial, não por uma razão de contingência, mas porque temos uma estratégia de desenvolvimento para os Açores.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** O que é dela!

**O Orador:** Nós não queremos reformar o Setor Público Empresarial, não porque este esteja em dificuldades, mas porque queremos que este retire dificuldades a empresas que estão a competir em mercado que funcione.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós não queremos reformar o setor público empresarial, para que as empresas que dele faziam parte, muitas delas diminuam, para que elas decresçam, mas para que elas possam estar no mercado em condições para poder competir e inclusive alargar o seu número de trabalhadores.

No caso da SATA, em particular, nós queremos alienar 49% para que ela possa crescer...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Onde é que isso está escrito?

**O Orador:** ... para que ela possa pôr os Açores ainda mais no mapa, para que ela possa alargar os horizontes da nossa terra e é por isso e é por todos esses compromissos que nós vamos reformar o Setor Público Empresarial.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me já que desceu ao argumento de vir buscar as ocupações das pessoas na sua vida privada ...

**Deputado Francisco César (PS):** Eu não fiz nenhuma crítica!

**O Orador:** ... eu queria dizer que não se espantem que num dia destes também possa acontecer o mesmo, portanto não estranhem.

Mas queria dizer ao Dr. António Vasco o seguinte porque conheço-o já há algum tempo, conheço o seu trajeto profissional e só quero dizer o seguinte: nota-se bem a sua saída do hospital de Ponta Delgada. É ver o estado em que

ele estava quando o senhor lá estava e o estado em que eles está desde que o senhor de lá saiu! Nota-se bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, relativamente aos empregos e aos 13 000 empregos, bom cada um acredita naquilo que quer, na qualidade do emprego.

Quem andou a apregoar que o turismo tinha gerado centenas e centenas de empregos, não foi a oposição, foi o PS! O que se chegou foi que depois “a montanha pariu um rato” e afinal eram só 200 empregos.

Portanto, os senhores mudaram o discurso rapidamente e foram para os 13 mil, incluindo ocupacionais, etc.

**Deputado Francisco César (PS):** E julgávamos que era o secretário!

**O Orador:** Agora, a qualidade do emprego onde é que está? O emprego jovem? Mas isso os números estão aí à vista e a sensação de emprego, as pessoas também a têm.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas afinal há ou não há emprego?

**O Orador:** Agora, relativamente à reestruturação do Setor Público Empresarial, nós ainda há pouco tempo, e a credibilidade do PS é essa, já várias vezes, ainda no Orçamento propusemos aqui a extinção da Saudaçor. Os senhores votaram contra porque não era necessário, porque era uma empresa essencial à saúde, que era fundamental para gerir a saúde. Foram os senhores que o disseram no Plano e Orçamento!

Portanto, a credibilidade são os senhores que não a têm e fazem conforme as vossas conveniências, não conforme as conveniências dos açorianos, mas conforme a conveniência do PS. É isso que está a acontecer.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** Vou dar mais um exemplo da vossa consistência sobre o desenvolvimento dos Açores e sobre aquilo que os senhores querem para os Açores.

Em 2015 os senhores apresentaram para a SATA um Business Plan 2015/2020. Mas que seriedade, que credibilidade é essa que os senhores apresentaram aquilo como fosse a grande reestruturação da SATA, a grande reestruturação dos transportes, bem fundamentado 2015/2020?

Que seriedade os senhores têm nas coisas que fazem?

Portanto, não interessa reestruturar, é como os senhores vão reestruturar, porque é a mesma coisa, os senhores apresentaram aqui o Business Plan e um ano e meio depois puseram no lixo e gastaram quase um milhão de euros em estudos, nisto e naquilo.

Portanto, que seriedade têm os senhores, que credibilidade têm os senhores para virem agora aqui dizer que são os melhores e que querem a reestruturação do Setor Público Empresarial, que foi isso que sempre pensaram? Nunca pensaram nisso! Nunca pensaram nisso! Outros objetivos estão por detrás dessa reestruturação, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Nomeadamente?

**Deputado Francisco César (PS):** Quais são?

**Deputado Carlos Silva (PS):** O que é que uma coisa invalida a outra?

**O Orador:** ... outros estão, nomeadamente fizeram isso por reação a uma comissão de inquérito que a oposição aqui fez potestativamente. Essa é que é a verdade e é isso que os senhores estão a fazer.

Os senhores não têm consistência! A SATA é assim! A Sudaçor foi assim! Vamos à Azorina que começou com dois funcionários e digam-me lá quantos funcionários tem hoje em dia? Por que é que não vamos á SDEA? Por que é que os senhores não extinguem a SDEA? Para que é que serve? O que é que fez até hoje? A Sudaçor o que é que fez até hoje? A Ilhas de Valor por que é que os senhores não privatizam? Os senhores só privatizam e fazem uma pseudoreforma para tentar iludir a opinião pública, mas não estão, porque aquilo que verdadeiramente os senhores deviam reformar os senhores não

querem fazer e sabem bem porque é que não querem fazer. Porque não têm visão, nem têm estratégia para o desenvolvimento dos Açores e querem manter a ainda sobre o vosso reduto, o vosso segredo e o vosso ocultismo aquilo que vos interessa.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por fazer um reparo aqui ao Sr. Vice-Presidente que é muito raro em qualquer plenário em que o Sr. Vice-Presidente não chega aqui e apresenta contas que não foram publicadas ainda: é do desemprego, é do défice e o que lhe digo relativamente a isso é que é um jogo desigual e quando o jogo é desigual é batota. Quando o jogo é desigual é batota!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Aliás aquilo que disse hoje não é nada de muito espetacular desta vez, mas a questão é o princípio. Não é justo para 57 Deputados, que têm informação que está publicitada e que está disponível, mas sempre que há um debate há alguém que tem informação que os outros não têm e às vezes basta 15 dias, basta uma semana, é suficiente.

**Deputado Francisco César (PS):** Oh, Sr. Deputado, está há 5 dias aqui!

Nós temos a mesma informação que os senhores, eles não têm!

**O Orador:** É um princípio de justiça e jogamos todos com as mesmas cartas.

**Deputado Francisco César (PS):** Há assimetrias aqui tendo em conta as funções!

**O Orador:** Outra questão, o Sr. Vice-Presidente, volta aqui e também teve a ver com os dados, a falar do défice e que é só 1,4.

Mas esse discurso já acontece quase há 14 anos, desde que tem a tutela das finanças, ou seja, a região nunca teve déficit, o problema é que tem dívida pública. E a dívida pública ia crescendo, mas não tinha déficit e porquê? Exatamente porque havia as suas manobras: criação de empresas públicas que não entravam no perímetro orçamental e foi com isso que foi criando a dívida ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... e agora vem com uma esperteza, que nem percebo como é que a traz aqui, tipo: “Não, até as contas já estão no perímetro orçamental!”.

**Deputado André Bradford (PS):** E estão!

**O Orador:** Pois estão! É evidente que estão, por isso é que agora não faz diferença extinguir essas empresas que já estão no perímetro orçamental.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Mas o Sr. Vice-Presidente também queixou-se que falam ...

*(Aparte inaudível do deputado André Bradford)*

**O Orador:** Já esconderam quando era possível esconder e o senhor sabe disso perfeitamente! Agora já não escondem, agora é indiferente!

**Deputado Francisco César (PS):** Então já não há nada escondido! É isso que está a dizer!



**O Orador:** Não! Dessas empresas não há!

Sr. Vice-Presidente, para continuar, a questão daquilo que é a posição do PSD de que afinal estão todos, contra.

Nós defendemos as privatizações que vão ser feitas e as extinções de empresas que vão ser feitas, aliás elas foram propostas recentemente. Em novembro, na discussão do Orçamento essa proposta tinha sido apresentada por nós.

Contradição, é quem chumbou essas propostas e agora apresenta como se fossem novas!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Contradição é quem criou as empresas, agora diz que não são necessárias depois de ter alimentado essas empresas durante 15 e 20 anos. Contradição é isso!

**Deputado Francisco César (PS):** Isto é só contradições!

**O Orador:** Contradição, é o Sr. Deputado Francisco César em Maio, após uma reunião com a CGTP; em que foi levantada a questão da reestruturação do setor público e disse que estava em curso. Não estava em curso! Tanto não estava que agora é que é apresentado.

**Deputado Francisco César (PS):** Estava em curso!

**O Orador:** Não, não estava!

A questão da nossa posição é muito clara: concordamos, temos propostas, quem não concordou e chumbou foi o PS!

Outra questão, não queria trazer aqui, mas o ambiente está descontraído.

Sr. Deputado Francisco César, quando fui para a administração do hospital em 1994, foi nomeada Presidente a Dra. Fernanda Mendes, que era apoiante, penso que do Partido Comunista Português, na altura, nas últimas eleições e quem me

nomeou e nomeou a Dra. Fernanda Mendes foi um Governo do Partido Social Democrata.

**Deputado Francisco César (PS):** E depois?

**O Orador:** Depois ela saiu, ainda durante o seu mandato foi candidata do PS e eu continuei na administração. Eu não disse que todos os elementos de todas as empresas públicas ...

**Deputado André Bradford (PS):** São só alguns!

**O Orador:** Não é o caso de um, que me tira legitimidade ...

**Deputado André Bradford (PS)** Eu não estou a falar dos meus artigos!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, eu não sei dos seus artigos, quem tem a coleção dos seus artigos é o Deputado Paulo Estêvão, portanto em termos de posições eu não me recordo o que é que escrevi na altura.

Só para lhe dizer Sr. Deputado Francisco César, que o facto de ter sido nomeado não me tira o direito de fazer um juízo de valor, sobre outras situações na administração pública.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não tem nada a ver com a vida pessoal!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, SR. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Começaria pela batota e para responder ao Deputado António Vasco que fazer batota é esconder, por exemplo, a EDA da análise do SPER. Isso é fazer batota!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**O Orador:** Digo mais, fazer batota é pouco sério e não é correto fazer essa análise, até porque o que dizem as normas contabilísticas e de relato financeiro é que o que é materialmente relevante, deve estar incluído e não excluído das contas. Isso é um facto.

Vamos voltar ao assunto que nos trouxe aqui a debate que tem a ver com a reestruturação do Setor Público Empresarial Regional e é importante desde logo realçar que tem sido o PS e o Governo Regional que têm liderado a agenda reformista ...

**Deputado Marco Costa (PS):** Isso já foi lido!

**O Orador:** ... e apresentado propostas globais de reforma do sistema, quer no setor empresarial, quer mais recentemente no setor das pescas e isso é um facto inegável e que não pode ser escondido.

Além disso, é também um facto que a Região vive uma fase de crescimento económico e de melhoria de diversos indicadores económicos e esses dados são objetivos e concretos.

No emprego, não é uma opinião, é um facto, a Região passou de uma taxa de desemprego de 18% em 2014, para 8,3% no final de 2017; temos uma população empregada que já atinge mais de 122 mil pessoas e isso também é um fator muito objetivo e não fica sujeito a opiniões porque é um facto concreto.

Além disso, foi aqui colocado em causa o papel da SDEA.

Se é verdade que por exemplo nos últimos seis meses tivemos mais 150 candidaturas aos sistemas de incentivos, com investimento previsto superior a 115 milhões de euros, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Precisava era pagá-los!

**O Orador:** ... é também devido ao trabalho que a SDEA faz, que muitas vezes não é visível mas é muito importante para o investimento externo e para a nossa economia regional e isso é também mais um facto.

Também não pode ser esquecido que as exportações têm vindo a aumentar, foram divulgados dados recentes sobre o aumento de 9% do valor das exportações; a atividade económica tem vindo a subir de forma consistente e a nível mensal com um crescimento médio superior a 2%; os produtos alimentares têm tido uma subida substancial e isso também é importante que seja referido.

Mas voltamos à reforma do SPER e aos objetivos estratégicos desta reforma.

O principal objetivo é aquele que deve ser realçado tem a ver com a manutenção de um serviço público importante e estratégico e esse será mantido nos diversos setores de atividade que se mantêm sobre a alçada do Governo Regional.

É também importante e deve ser um fator positivo que é o de evitar que haja concorrência entre empresas públicas e empresas privadas em setores e já foram aqui abordados em que isso acontecia e, portanto, é também uma mais valia que essa reforma vem trazer.

Vem permitir dinamizar e fomentar a economia privada e isso foi aplaudido e realçado por todos os parceiros estratégicos com importância e com área de atuação nesse setor e permite esclarecer e clarificar algumas situações.

No fundo esta reforma também vem aumentar a transparência sobre as contas regionais e vem esclarecer alguns mitos que foram colocados, como a questão da dívida escondida, do défice escondido, portanto é um facto inegável que a reestruturação traz transparência, permite aumentar a eficiência operacional dessas empresas e vem trazer ganhos para os açorianos.

No fundo esta reestruturação permitiu reduzir em cerca de 50% o Setor Público Empresarial para um conjunto de entidades que ronda as 15 e a Região mantém

assim participações que são estratégicas na saúde, mantendo os 3 hospitais; na energia, através do Grupo EDA; ao nível dos transportes marítimos e aéreos; na aérea do ambiente na agricultura, nos portos e também noutros setores, como foi aqui referido, como a SDEA e o Teatro Micaelense.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

São setores importantes, motivo pela qual a Região mantém uma participação de forma a garantir que o serviço público que é prestado é um serviço de qualidade e que serve os açorianos.

Mas também não podia deixar de realçar o que tem vindo a ser dito e escrito por algumas personalidades sobre a reforma do setor público empresarial: uns dizem que vem num momento oportuno, importante, que vem trazer eficiência e que vem também permitir uma maior transparência das contas regionais; falam também de uma fase de crescimento económico, sustentado e que estamos de facto num ciclo de desenvolvimento económico.

Eu realçava aqui e citava apenas algumas afirmações, por exemplo da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada que diz, através do seu Presidente que “congratula-se com as medidas anunciadas, trata-se de um processo de racionalização e reestruturação e que se pretende que seja célere e transparente”.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** Mas também o Juiz Jubilar do Tribunal de Contas, Monteiro da Silva, diz que “a reestruturação é oportuna e é de salutar e que é necessário tomar decisões e essa iniciativa revela, no fundo, um passo importante nesta reforma que agora foi efetuada”.

**Deputado António Almeida (PSD):** E tardia!

**O Orador:** Ou até mesmo, por exemplo o Diretor do Correio dos Açores, Américo Natalino Viveiros, que diz que “a reestruturação não alterará as contas do défice e que a reestruturação poderá significar ganhos para os utentes e para

o Serviço Regional de Saúde” e aqui referindo explicitamente à extinção da SAUDAÇOR.

A opinião é clara, ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Isso é tudo gente que faz a agenda do PSD!

**O Orador:** ... a reforma surge no momento certo, num momento de crescimento económico, as medidas que foram tomadas pelo Governo e apoiadas pelo PS são importantes e vão contribuir para fomentar e dinamizar a economia regional, dando abertura e espaço à iniciativa privada e permitindo também uma maior transparência das contas públicas regionais.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, começando pela sra. Deputada Zuraida Soares em relação à questão que perguntou se o Governo iria assegurar que nas 17 empresas, que esta reforma abrange, seria garantida a integração na administração pública de todos os funcionários destas 17 empresas?

Obviamente que não, porque o que está e que o Governo assumiu foi a garantia da integração na administração pública, em relação às empresas que se iriam extinguir. Ora bem as outras empresas o Governo aliena, ou vende a sua participação. A relação laboral com a entidade patronal com a empresa mantém-se.

A única fundamentação para garantir a transferência dessa relação laboral para o âmbito da administração pública é nas empresas que se extinguem, nas outras obviamente que não.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E a SINAGA?

**O Orador:** Em todas aquelas em que se mantém a relação laboral e que a empresa se mantém, não faz sentido integrar na administração pública, quando a entidade empregadora se mantém. Isso parece-me óbvio.

Segunda questão para precisar em dados.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Seja corajoso e privatize a Saudaço!

**O Orador:** A Sra. Deputada falou que havia dados do Serviço Regional de Estatística que não havia crescimento económico nos vários setores de atividade no último ano. Eu não tenho esses dados Sra. Deputada.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não é o que eu me estava a referir. É o que aqui está!

**O Orador:** O que é que diz? Qual é a fonte e quais são os anos?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** 14 de março! Posso ler?

**O Orador:** É só a fonte.

Mas posso dizer-lhe ao que é que a senhora estava a referir-se.

A senhora estava a referir-se a um inquérito feito pelo Observatório de Emprego e Formação Profissional, não ao Serviço Regional de Estatística, a empresas, e os dados referidos também foram repetidos pelo Sr. Deputado Artur Lima, em relação à criação dos 200 empregos, referia-se ao período entre 2006 e 2015, porque esse inquérito que está a referir-se era a variação entre 2006 e 2015.

Nós estávamos a falar do período atual, ou seja, essa argumentação não é válida para 2018, porque esse inquérito comparava 2006/2015, ou seja, quando foi o período da grande crise.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! Os 200 foi em 2017!

**O Orador:** Já cito, vamos ao emprego.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, isso sim: “emprego criado em 2017, setor primário, mais 17%; ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em comparação a quê?

**O Orador:** Ao ano homólogo! Um ano! Último ano!

**O Orador:** ... setor secundário mais 17,8%; setor terciário mais 2%”. Nisso estamos esclarecidos.

Apenas uma questão final, em relação ao Sr. Deputado António Vasco, só para dizer que a SPRHI e a Saudaçor estão integradas dentro do período, não dos últimos anos, já estão integradas no período desde, não só do SEC 2010, mas já estavam no SEC 2005, portanto no horizonte temporal dos últimos 10 anos, ou seja, não foi uma situação que passou a contar agora, já conta há muitos anos.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Quais foram as primeiras contas?

**O Orador:** Sr. Deputado, desde o SEC 2010, como o próprio ano diz, é de 2010, portanto já estão integradas.

Essa matéria não se colocou agora, a sua integração no âmbito das contas da Região, défice e da dívida já vem desde, pelo menos, 2010.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação, tem a palavra.

**(\*) Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me Sra. Presidente, que justifique a afirmação que o Sr. Vice-Presidente acabou de desmentir, lendo ...

**Presidente:** Sra. Deputada, para ser justa tem que usar o tempo de debate.

O que pode é fazer uma interpelação à Mesa para entregar o documento e fazer distribuir.



**A Oradora:** Pronto, eu então entregarei à Mesa.

É uma pena porque assim só a Mesa é que fica com o documento que é tão claro e tão explícito que não oferece dúvidas a ninguém.

**Presidente:** Mas a Sra. Deputada compreenderá que não seria justo para as outras bancadas.

**A Oradora:** Já agora convém dizer o que é que vou entregar à Mesa.

**Presidente:** Claro Que sim!

**A Oradora:** Eu entregarei à Mesa os dados, quer do Serviço Regional de Estatística, quer do Observatório do Emprego dos Açores que dizem exatamente que só o turismo é que está a criar emprego na nossa Região e que nos últimos dez anos a nossa Região perdeu mil empresas e onze mil trabalhadores! Clarinho como água, diga o Sr. Vice-Presidente o que quiser!

**Presidente:** Sra. Deputada, a Mesa então aguardará que entregue, para distribuir, apesar de provavelmente todos saberem o que é que o documento irá referir porque a Sra. Deputada Zuraida Soares aproveitou a interpelação para fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito pouco tempo, portanto vou fazer isto por pontos e registos.

Sr. Vice-Presidente do Governo, coloquei-lhe seis questões não respondeu a nenhuma.

Sr. Deputado Francisco César, o Sr. Deputado devia aqui fazer autocrítica e não pedir que aplaudissem uma reestruturação que foi pedida por um conjunto da oposição durante muito tempo.

O Sr. Deputado deveria aqui dizer e explicar o seguinte: Sinaga, diz-lhe alguma coisa? Eu vou dizer-lhe qual foi o resultado: fracasso! O senhor deveria reconhecer.

Saudaço: sabe qual é a palavra adequada? Fracasso, que é o que senhor deveria aqui assumir.

Empresa Espada Pesca: sabe qual era a palavra que V. Exa. deveria ter utilizado? Fracasso!

Poderia continuar assim.

Sata Internacional: fracasso assumido também pelo Sr. Presidente do Governo Regional que tem graves responsabilidades nessa matéria! A palavra é fracasso! Portanto, nesta matéria, Sr. Deputado, o senhor não deveria vir aqui pedir que a oposição o aplaudisse, deveria aqui fazer autocrítica, que é isso que vos falta, humildade democrática e capacidade de autocrítica!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente referiu na sua intervenção inicial respondendo às nossas questões, que os trabalhadores da fábrica de Santa Catarina teriam, efetivamente, os seus direitos salvaguardados no caderno de encargos da alienação.

Pois bem, a julgar pelo primeiro caderno de encargos deste processo de reestruturação estamos mal...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Porquê?

**O Orador:** ... porque o primeiro caderno de encargos que se conhece é o caderno de encargos da Sata Internacional.

Pois bem, o que é que diz o caderno de encargos da Sata Internacional sobre os trabalhadores, sobre a manutenção do nível de emprego e sobre os acordos coletivos existentes na empresa? Não diz nada! Absolutamente nada!

Mas diz uma coisa muito interessante: será mantida uma Base Operacional nos Açores.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é interessante!?

**O Orador:** Acontece que existem duas bases operacionais da SATA Internacional: existe uma Base nos Açores e existe uma Base em Lisboa. O que é que vai acontecer à base de Lisboa? O caderno de encargos diz que vai se manter uma. O que quer dizer é que para o Governo Regional e para a Sata, a Base Operacional de Lisboa é descartável e são descartáveis os seus mais de 300 trabalhadores.

Para o Governo Regional por serem trabalhadores de Lisboa não são trabalhadores e não têm direitos?

**Deputado André Bradford (PS):** Isso não é verdade!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem faz esse juízo é o senhor!

**O Orador:** É o que parece e é aquilo que nós suspeitamos que vai acontecer, despedimentos em massa na Sata Internacional porque este caderno de encargos, absolutamente nada garante para os trabalhadores da Sata Internacional.

Os senhores se tivessem atenção, porque copiaram muito bem grandes partes do caderno de encargos da privatização da TAP, mas não copiaram aquilo que interessava, que era a manutenção dos direitos dos trabalhadores, que estava previsto no caderno de encargos da privatização da TAP e os senhores esqueceram-se de lá ir buscar estas normas.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito bem!

**O Orador:** Em segundo lugar, o serviço público.

O serviço público da Sata, o Governo Regional diz isso muitas vezes, que é extremamente importante e é para manter.

Ora, o caderno de encargos fala em obrigações de serviço público e fala em rotas que terão que se manter, como é óbvio.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E até acrescenta algumas!

**O Orador:** Tem um conjunto de rotas para além daquelas que já são obrigações de serviço público, as rotas Lisboa/Horta, Lisboa/Pico, Lisboa/ Santa Maria e Ponta Delgada/Funchal.

Nestas obrigações de serviço público existem efetivamente frequências obrigatórias e terão que ser mantidas porque existem as obrigações.

E nas rotas liberalizadas? O que é que diz o caderno de encargos?

Diz apenas, por exemplo, na rota Ponta Delgada/Lisboa, Ponta Delgada/Porto, Lisboa/Terceira e Terceira/Porto, que terá que ser mantida uma rota no inverno e no verão.

Qual é a frequência com que a Sata terá que fazer estas rotas: é uma vez por semana; é uma vez por dia ou uma vez por mês?

Aqui não tem nada, não há absolutamente nenhuma indicação de quais são as frequências com que a SATA terá que fazer essas rotas, o que quer dizer que a Sata Internacional privatizada, fará aquilo que bem entender, pode fazer a rota uma vez por dia, como pode fazer uma vez por mês. Não é assim, meus senhores, que se defende o interesse público!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito bem!

**O Orador:** Na minha intervenção inicial referi que havia notícias que davam conta da manifestação de interesse por parte de duas empresas, que não foi confirmada notícia essa, pergunto se as notícias que vieram a público de que seriam duas empresas, no caso a Hi Fly e a Azul, se são essas empresas ou se há outras? Pergunto se são essas as empresas que manifestaram interesse?

É interessante, porque ainda na semana passada há uma notícia que diz que “a Sata entrega A330 à Hi Fly ...

**Deputado Francisco César (PS):** Não entrega!

**O Orador:** ... que fará os voos para Toronto e Oakland”. Estou a citar a notícia.

Ora bem, o que a SATA fez, por aquilo que se percebe da notícia, foi alugar, fazer um leasing desse avião à Hi Fly.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O que é que isso tem a ver com o debate?

**O Orador:** Fazer esta operação nesta altura, em que decorre o processo de alienação, ainda por cima a uma empresa potencialmente interessada no negócio e que, a confiar nas notícias que surgiram, é uma empresa que concorreu, ou pelo menos manifestou interesse na primeira fase do processo, é inquinhar o processo à partida. Está a entregar-se um ativo da empresa a um potencial interessado.

**Deputado Francisco César (PS):** Aquilo não é um ativo!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é demagogia!

**O Orador:** Qual é a transparência que esse processo tem que os senhores tanto apregoam quando se faz um negócio desses, mesmo no início da privatização? Continuando a analisar o caderno de encargos da privatização dos 49% da Sata Internacional, vemos também que há uma necessidade e uma exigência de capitalização da empresa sob a forma de suprimento.

Quando vamos ver o que é que isto quer dizer, quer dizer apenas que o potencial comprador terá que fazer um empréstimo de 10 milhões de euros à empresa, que será obviamente devolvido no prazo de 5 anos.

Ora, digam-me lá qual é a entrada de capital que isso permite na empresa? Qual é o problema de descapitalização que isso vai resolver na Sata Internacional?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Nenhum!

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores não acreditam mesmo na empresa!

**O Orador:** Absolutamente nenhum porque é uma entrada de capital provisória que vai atender a problemas de tesouraria emergentes, mas que não vai resolver problema de fundo absolutamente nenhum!

O Governo Regional e o PS têm defendido aqui muitas vezes que a alienação, como gostam de dizer, de 49% da Sata Internacional, permitiria manter o controlo da empresa efetivamente para defender o interesse público.

Eu pergunto: então por que é que o comprador vai ter que fazer um plano estratégico para a empresa? Por que é que é o acionista minoritário que vai decidir qual é o plano estratégico da empresa? Por que é que é o acionista minoritário que vai mandar empresa?

Isto não é uma privatização, como nós dizíamos, em que a Região manteria o controlo da empresa, é uma privatização que vai entregar o controlo da empresa ao acionista privado ...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... como acontece na TAP, porque aquilo que os senhores vão fazer é só encapotar essa decisão de entregar a privados a gestão e o controlo da SATA Internacional. É isso exatamente que vai acontecer!

Terminando, o caderno de encargos.

Aquilo que pergunto é qual é a penalização para os incumprimentos potenciais do caderno de encargos, seja na questão das rotas, seja na questão da capitalização, qual é a penalização que a empresa que adquirirá a Sata Internacional terá sim que cumprir o caderno de encargos?

Eu não encontro nenhuma penalização, absolutamente nenhuma, ou seja, o que é que acontece se alguma das rotas que estão previstas serem realizadas não forem? Não vai acontecer nada ...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Para os açorianos vai!

**O Orador:** ... porque o caderno de encargos é absolutamente omissivo quanto a isso.

Resumindo, este caderno de encargos é um passador, passa tudo pelo caderno de encargos e não exige absolutamente nada, porque não há penalizações: sobre os trabalhadores não há uma palavra; sobre o interesse público está tudo dito, as

rotas podem ser feitas uma vez por mês, como uma vez por diz, não interessa, é irrelevante para o Governo Regional; não prevê a capitalização da empresa; não há, como já tinha dito, penalizações por incumprimento, ou seja, esta privatização é uma decisão absolutamente ruínosa para a Região e para os Açores e todos vamos infelizmente sofrer a prazo com ela.

A bem da transparência o BE anuncia que irá apresentar um Projeto de Resolução ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mais um!

**O Orador:** ... com caráter de urgência em Comissão, para que seja apresentado a esta Assembleia o relatório final da privatização da Sata Internacional, para que seja analisado nesta Casa, para que se perceba todos os contornos deste negócio e que não seja feito nas costas dos açorianos e açorinas.

Muito obrigado.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

**(\* Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse sobre os objetivos do Governo Regional, no que aos trabalhadores diz respeito, na reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, hoje ficariam totalmente esclarecidas.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Isso é verdade!

**A Oradora:** Dos seis objetivos anunciados aqui pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, um deles é totalmente direcionado aos trabalhadores, e disse: “os postos de trabalho, bem como os direitos e garantias dos trabalhadores estão totalmente salvaguardados com a sua integração nos quadros da função pública regional”.

Podemos então concluir, Srs. Deputados, que esta é, portanto, uma reestruturação feita a garantir essa segurança, essa possibilidade.

Srs. Deputados, todos nos lembramos das reestruturações feitas recentemente, num passado próximo, na República, por um Governo de má memória, em que ao contrário do que vimos na Região, no nosso País as reformas foram feitas contra os trabalhadores, empurrando os trabalhadores para o desemprego e para a miséria.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Risos)*

**A Oradora:** Sr. Deputado ri-se de quê?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**A Oradora:** Do facto de o seu Governo ter empurrado os trabalhadores portugueses para o desemprego e para a miséria? É disso que o senhor se ri?

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** O Governo Regional faz uma reestruturação com os trabalhadores e para os trabalhadores, garantindo os seus postos de trabalho e garantindo os seus direitos.

Com isso, Srs. Deputados, o PS está totalmente solidário e é a isso que o PS dá o seu total apoio, pois é sempre nesse sentido que o PS tem desenvolvido as suas políticas e é sempre nesse sentido que o PS tem trabalhado para e com as pessoas, para e com os açorianos e as açorianas.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!



*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa ainda tem várias inscrições, vamos continuar o debate da parte da tarde. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

**Secretário:** Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo Regional dispõe de 8 minutos e 31 segundos;

O PS de 9 minutos e 50 segundos;

O PSD de 5 minutos e 34 segundos;

O CDS de 3 minutos e 35 segundos;

O BE de 4 minutos e 51 segundos;

O PCP de 5 minutos e 10 segundos;

O PPM de 1 minuto e 3 segundos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

*Eram 12 horas e 58 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos então dar continuidade os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 16 minutos.*

Estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Prescinde?

Sendo assim tem a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rapidamente para responder ao Sr. Deputado António Lima, no que concerne a algumas questões que colocou e essencialmente eu acho que houve aqui, se me permite, alguma confusão.

O Sr. Deputado, por um lado, aborda a questão de que aquilo que são os suprimientos não constitui um processo de capitalização. É verdade!

Mas por outro lado, se fosse para capitalizar, ou seja, em participação no capital social, colocava-se em questão aquilo que é o elemento essencial deste processo, que é a manutenção de 51% de capital no Governo, no âmbito do setor público através da participação da Sata Air Açores.

Portanto, o Sr. Deputado acha que os privados devem reforçar a sua capitalização, só há um mecanismo para isso, é aumentar a sua participação no capital social. Mas essa é uma questão acessória.

A questão essencial, se me permite, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado elabora todo o seu raciocínio, partindo de um princípio que é um princípio errado. Teria razão em toda a sua abordagem, se nós estivéssemos a privatizar 51% do capital, porque aí sim, o poder de decisão maioritário era transferido da Sata Air Açores, por essa via da Região, para o acionista privado.

Ora bem, ao estarmos a privatizar 49% do capital, quer dizer que todas essas questões e as dúvidas que levantou, estão e mantêm-se claramente no âmbito da decisão da própria Região, que continua a deter 51%.

Portanto, todo o seu raciocínio teria razão se tivesse feito uma privatização como a inicial da TAP onde o Estado, neste caso concreto, abdicou da maioria do capital.

Nós aqui mantemos a maioria do capital e conseqüentemente todas as questões que colocou, que considerava que deveriam ser salvaguardadas à partida, não

fazem sentido porque não se perde o poder de decisão sobre essas matérias, tendo em conta que se mantém a maioria do capital.

**Presidente:** Muito obrigada Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, diz o Sr. Vice-Presidente que a Região mantém o controlo da empresa, através dos 51% do capital. Então para que é que serve o plano estratégico que os privados estão obrigados a fazer? Para quê?

Seria o acionista maioritário a ter de elaborar esse plano estratégico e a fazer valer a sua posição maioritária.

O que os senhores na prática estão a fazer, e disso o BE não tem dúvidas, é entregar, como já disse há pouco, o controlo da empresa ao acionista privado que irá entrar na empresa.

Notei que o Sr. Vice-Presidente também não respondeu às questões relacionadas com as garantias de frequências de rotas e nenhuma resposta sobre a questão dos trabalhadores, da manutenção dos postos de trabalho e dos acordos de empresa que existem atualmente na Sata Internacional, que estão completamente ausentes do caderno de encargos.

Estas dúvidas todos os trabalhadores certamente que as têm e o BE continua com elas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Sr. Deputado Paulo Estêvão, dispõe de cerca de um minuto.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveito este último minuto para reiterar que o Governo Regional não respondeu às perguntas que lhe coloquei.

Obviamente que quem seguiu este debate não obteve as respostas que seriam exigíveis do ponto de vista de um debate parlamentar.

Mas a culpa é exclusiva do Governo Regional, porque os partidos da oposição fizeram o que lhes competia, colocar as questões.

Foi isso que da parte do PPM nós fizemos, nós colocámos as questões.

Eu fico aqui sem saber, e termino já Sra. Presidente, quais foram os planos, as análises que foram feitas, isto envolve milhões de euros, é uma reestruturação que envolve muitíssimo dinheiro e eu fico sem saber como é que isto foi planeado, como é que isto foi quantificado, quais são as consequências, quis que pormenorizasse um pouco mais as soluções que o Governo encontrou, as consequências que este processo terá, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... não estamos a falar de milhares de euros, estamos a falar mesmo de milhões de euros e para um conjunto de matérias tão diversificadas e de tão grande importância, as respostas do Governo são absolutamente ineficientes e por isso, Sra. Presidente evidentemente saio deste debate com a consciência tranquila, coloquei as questões que eram importantes, mas o Governo Regional não respondeu.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Não havendo pergunto ao Governo se da sua parte vai encerrar o debate?

*(Pausa)*

Não?

Então pergunto ao Sr. Deputado António Lima, no tempo que lhe resta para encerrar o debate ...

Tem a palavra Sr. Deputado.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficou claro que neste debate não há, ou pelo menos não foi apresentado o estudo profundo a que levou a este processo de reestruturação e a opção do Governo Regional é não avançar com novas propostas económicas para os Açores assentes nas nossas riquezas endógenas, como sejam o mar e a nossa posição no meio do oceano atlântico, é ruínosa.

No mar, por exemplo, se sobra o Governo perante interesses exteriores à Região; na posição estratégica, sobra mais uma vez o Governo, a interesses militares contrários aos interesses das Região.

Ao não avançar nestas áreas o Governo impede a Região de alavancar a nossa economia para patamares que nos permitam criar muito mais riqueza e emprego qualificado.

Estas opções erradas na economia que impedem a sua expansão, exigem agora do Governo Regional a dádiva ao setor privado, setores estratégicos fundamentais para a Região e serviços públicos também eles, obviamente, fundamentais apenas para satisfazer os interesses e os lucros garantidos.

É nesta perspetiva que se insere toda a retórica do Governo de que é preciso tirar o Estado de setores da economia, mas é preciso dizer no concreto quais são

esses setores pois, por exemplo, no caso concreto da Norma Açores, pela sua dimensão não é obviamente representativa e é preciso, repito, dizer no concreto que setores é que são esses.

É verdade que o Governo afirma que a Portos dos Açores continuará a ser pública, mas nada diz o que é que irá acontecer aos portos propriamente ditos.

A concessão dos portos representa um maná que há muito é reivindicado pelos dirigentes patronais da nossa Região.

É este setor, no concreto, onde o Governo vai abrir a porta do rentismo.

Os açorianos e açorianas conhecem por experiência própria o custo das privatizações na República no piorar das suas vidas e são hoje confrontados com a mesma orientação errada, agora na sua plenitude também nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto 1 da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma interpelação.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 15 horas e 45 minutos.

*(Eram 15 horas e 26 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 54 minutos)*

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o ponto 2 da nossa Agenda será debatido amanhã de manhã, pelo que entramos agora no ponto 3: **Projeto de Resolução n.º 44/XI – “Criação de um regime excecional e temporário para a ilha do Corvo no âmbito das inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos”**. Este diploma é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito de uma democracia representativa, nós temos a obrigação de apresentar neste Parlamento aqueles que são os problemas das populações que representamos.

É assim naquelas que são as grandes questões de âmbito regional, como foi o debate que antecedeu a discussão desta iniciativa e é assim também naquelas que são as questões mais localizadas, que têm a ver com a vida das nossas comunidades insulares, no caso específico a proposta que vos apresento é uma proposta que tem a ver com a situação da Ilha do Corvo.

É assim que eu acho que a democracia representativa deve funcionar, ou seja, as questões que são questões de ilha devem ser discutidas neste Parlamento, até deveriam ser mais discutidas e temos que criar as oportunidades regimentais para que isso possa suceder, mas depende também muito da iniciativa dos diversos Deputados.

Eu, o que fiz foi trazer a esta Casa para discussão uma iniciativa que me foi solicitada por aqueles que eu represento, pela população da Ilha do Corvo e que eu concordo.

Um conjunto de pessoas que eu represento, não os represento a todos na medida em que nesta questão em específico, há outros que têm outro tipo de opinião

quer na Região, quer também na própria Ilha do Corvo, mas o conjunto de pessoas que me procurou para apresentar esta proposta, defende que devido às obras que estão a processar-se neste momento na Ilha do Corvo, a rede viária foi largamente afetada.

O que tem vindo a acontecer é que a situação tem vindo a agravar-se, não têm existido reparações de monta, que tenham invertido a situação. Não! Pelo contrário, quanto mais tempo decorre, em pior situação estão as vias.

Evidentemente que também na Ilha do Corvo esta questão também tem alguns mecanismos e algum contexto que explica que a situação seja uma situação com mais dificuldades, do ponto de vista da sua solução, na medida em que nós não temos mecânicos, nós temos muita dificuldade em adquirir as peças necessárias para os automóveis e para os diferentes veículos, portanto evidentemente que existem uma série de condicionalismos que seriam de mais fácil resolução noutras ilhas, mas na Ilha do Corvo, dada a carência a este nível é muito difícil de resolver.

Evidentemente, que eu tenho aqui pareceres, quer do Conselho de Ilha, quer da Câmara Municipal, quer do próprio Governo Regional que afirmam que a situação é uma situação controlada.

Eu começo por abordar a questão do Governo Regional, diz o Governo Regional: “que reconhece que está um pouco mais degradada a via do caminho da Praia da Areia, em virtude do trânsito pesado que ali passa para a obra do Porto da Casa, mas que continua a permitir a circulação de viaturas ligeiras e ditas pesadas”. Portanto, reconhece sem quaisquer condicionalismos.

Bom, estas imagens foram tiradas hoje ...

*(O Orador mostra um conjunto de imagens à Câmara)*



... eu acho que isto não significa que a via está um pouco condicionada. Eu acho que isto significa que as vias se encontram bastante degradadas, mesmo aquele troço que está referenciado por parte do Governo Regional como estando em condições aceitáveis, minimamente aceitáveis. Eu acho que não está.

Esta é outra imagem da Estrada da Areia.

*(O Orador mostra novamente uma imagem à Câmara)*

Estas foram as imagens que foram tiradas hoje, volto a repetir.

Aqui outra também. Eu penso que é bastante visível para todos os Srs. Deputados, etc.

Tenho aqui muitas outras que demonstram exatamente o contrário daquilo que o Governo afirma.

Tenho aqui também os pareceres que foram solicitados ao Conselho de Ilha e à Câmara Municipal do Corvo.

Quando se pede um parecer a uma entidade como o Conselho de Ilha ou à Câmara Municipal, esses órgãos devem reunir e debater e a resposta deve ser uma resposta coletiva do órgão, não do seu Presidente, ou seja, qual é a opinião da Câmara Municipal sobre este assunto? O assunto deve ir a debate, deve existir uma deliberação, uma apreciação e depois é efetuado um parecer.

A mesma coisa em relação ao Conselho de Ilha porque foi pedido um parecer ao Conselho de Ilha e à Câmara Municipal, não ao seu Presidente.

Ora, eu devo dizer que no Corvo tenho muita dificuldade. Eu fui eleito membro da Assembleia Municipal e há uma coincidência tremenda que está escrita nas estrelas, as reuniões são sempre marcadas para o período que coincide com os Plenários. Eu não consigo ir a nenhuma reunião. Coincide sempre, é uma coisa impressionante!

Eu até já tive o cuidado de enviar um ofício para a Sra. Presidente da Assembleia Municipal a dizer: “Bom, as datas em que eu não estarei presente são estas, vamos ver se desta vez não coincide!”. Pois coincide sempre. Não consigo ir a nenhuma reunião da Assembleia Municipal. Presumo que nesta Legislatura terei muitas poucas oportunidades de ir à Assembleia Municipal.

Mas de qualquer das formas há uma coisa que eu me informei, é se o Conselho de Ilha de facto reuniu para dar este parecer.

O Presidente do Conselho de Ilha assina um parecer exatamente igual ao do Sr. Presidente da Câmara. Isto é um pouco como os mistérios sagrados, ou seja, é a mesma pessoa, responde exatamente da mesma forma e o mesmo parecer, só que o Conselho de Ilha não reuniu! Portanto esta é a opinião do Sr. Presidente do Conselho de Ilha, que também é o Presidente da Câmara.

Bom, eu também tive o cuidado de ir às atas da Câmara Municipal, podia ser que o assunto tivesse sido discutido. Bom, também não foi!

Então o que nós temos aqui é um parecer não da Câmara Municipal, mas do Sr. Presidente da Câmara.

Portanto, isto é usurpação de funções porque o Sr. Presidente representa um órgão coletivo (o Presidente da Câmara ou do Conselho de Ilha), o assunto tem que ser discutido ...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): O que é que isso tem a ver?

**O Orador:** Oh Sr. secretário Berto Messias, o que é que isso tem a ver?

Tem aqui dois pareceres que foram analisados por esta Casa e o que eu lhe digo aqui é que estes pareceres não foram discutidos nos respetivos órgãos! Estes pareceres são a opinião de uma das pessoas que integra esses órgãos e que é o seu Presidente, mas evidentemente que as decisões dos órgãos são tomadas de forma coletiva, têm que existir reuniões e têm que existir deliberações!

Neste caso, aquilo que eu aqui estou a dizer é que estes pareceres não correspondem àquela que é a vontade dos órgãos, ou pelo menos não resultaram de reuniões realizadas nos órgãos, ou de discussão realizada nos órgãos e isto é muito relevante, porque há uma diferença enorme entre o parlamentarismo e sistemas políticos à Luís XIV. Há uma diferença enorme entre o absolutismo e o parlamentarismo!

Bem, meus senhores, estas são as condições, existe um precedente nas Flores que foi resolvido e muito bem resolvido no tempo do Sr. Deputado José Contente que criou um regime que permitiu aos florentinos, enquanto as obras decorreram, permitiu que as pessoas pudessem enfrentar os inconvenientes das obras sem um prejuízo acumulado, portanto foi essa a resolução nessa altura. Eu acho que é uma situação que se adequa, também, neste caso, deveríamos deliberar no mesmo sentido.

A câmara decidirá se considera que estes argumentos são ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está a ser muito meigo!

**O Orador:** Não posso ser de outra forma!

Portanto, eu penso que estes são os argumentos que sustentam este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

*(Aparte inaudível da deputada Graça Silveira)*

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou responder aqui à Sra. Deputada Graça Silveira, portanto farei aqui uma pequena intervenção sobre o Projeto de Resolução que estamos aqui a debater proposto pelo PPM e o que é que propõe o PPM?

O PPM propõe um regime de exceção para a Ilha do Corvo no que diz respeito ao pagamento das inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos.

Propõe o pagamento de apenas 50% do valor destas inspeções e reinspeções por parte dos proprietários dos veículos, alegando o mau estado das estradas da Ilha do Corvo, provocadas pelas obras do prolongamento e alargamento do Porto da Casa.

Propõe também que o Governo Regional pague os restantes 50% às entidades responsáveis por essas inspeções.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, o Grupo Parlamentar do PS nada tem contra regimes de exceção. As nossas ilhas são todas diferentes, diversificadas e singulares, e ainda bem, porque é isso que nos torna diferentes e atrativos como arquipélago.

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** A Sra. Deputada está muito incomodada!

Por vezes e devido a estas diferenças tem que criar e aprovar legislação específica para as diversas ilhas. Nisso, nós concordamos com o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Aliás, não foi há muito tempo que alterámos o Decreto Legislativo Regional, criando legislação específica para a Ilha do Corvo, a fim de permitir que as nossas crianças pudessem praticar desporto federado.

**Deputado André Bradford (PS):** Bem lembrado!

**O Orador:** No entanto, e no que diz respeito a esse regime de exceção, o Grupo Parlamentar do PS não partilha da mesma opinião do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

É sabido, sim, que existem algumas estradas com alguma degradação devido à passagem dos veículos pesados, é verdade, utilizados pelos empreiteiros da obra do Porto da Casa.

No entanto, e na opinião do Grupo Parlamentar do PS, esta degradação de apenas alguns troços de estrada, não são suficientes para que se crie tal regime de exceção.

Falamos concretamente de duas estradas: a estrada do Caldeirão, que está em bom estado, a não ser um pequeno troço entre o Grotão da Latina e as Grades Brancas; e do caminho da Praia da Areia, este sim, está um pouco mais degradado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Um pouco mais!

**O Orador:** Em relação ao último o mesmo pode ser evitado pelos veículos, uma vez que existe uma alternativa para chegar, quer ao restaurante, quer ao aeródromo e até com uma distância mais curta.

Esta estrada é o único acesso à praia e no verão poderão vir a circular mais viaturas, mas não creio que uma pequena viagem de 800 metros possa danificar as suspensões das mesmas.

Além da praia, existem algumas terras de cultivo que esporadicamente, e não diariamente, os seus proprietários lá vão, mas quase todos em carrinha 4x4 ou em moto cultivadoras, o que não sofrerão certamente qualquer tipo de desgaste.

Esta estrada é usada sim, com mais frequência, pelos empreiteiros.

Não estamos a falar de uma estrada que tem obrigatoriamente que ser utilizada várias vezes ao dia pelos condutores, a não ser que os mesmos assim o queiram.

Além disso esta estrada está sinalizada a indicar a construção de obras, para obrigar a que os condutores circulem devagar e a proteger deste modo as suas viaturas.

Em relação à Estrada do Caldeirão, aquele pequeno troço poderá provocar um certo incómodo, é verdade.

De qualquer forma não podemos de maneira alguma comparar o estado de degradação destas estradas com o aconteceu na Ilha das Flores, que deixou quase 92% das estradas num nível de degradação muito superior às da Ilha do Corvo.

De referir também que, e devido ao impedimento do uso de fundos comunitários na construção e arranjo de estradas, existem por todas as nossas ilhas estradas danificadas por necessidades de executar obras estruturantes e importantes para a Região e para os açorianos, com uma percentagem muito superior à Ilha do Corvo.

Deste modo não podemos concordar com este regime de exceção. Podíamos optar pelo facilitismo e pelo populismo e votar favoravelmente este Projeto de Resolução, até porque não estamos a falar de valores muito altos.

Se falarmos em cerca de cento e poucas viaturas inspecionadas, com o valor médio de cerca de 35€, 50% do valor seriam 17,5€. Estamos a falar de um valor que ronda os 2 mil euros.

No entanto, existem por todas as nossas ilhas obras a decorrer e sabemos que por vezes estas obras criam condicionalismos e por vezes alguns incómodos às populações. Mas não se fazem omeletes sem ovos e neste caso importa relevar que estamos a falar de uma obra importantíssima para a ilha do Corvo, a obra do crescimento e alargamento do Porto da Casa, com um custo superior a 10 milhões de euros, que vem melhorar consideravelmente as condições de transporte marítimo de carga e passageiros e as condições dos nossos pescadores.

Por todos estes motivos o Grupo Parlamentar do PS votará contra este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, eu tive um repto à história das estradas e é só nessa justa medida que gostaria de dar uma informação que me parece ser útil, para de algum modo temperar algumas vontades de dar tudo a todos.

Neste caso concreto convém lembrar o seguinte: a rede viária das Flores em 1996 tinha, como tem hoje, 75,9 km de extensão e num prazo de 96 a 2012, como nada estava intervencionado e a via ainda vinha do tempo dos franceses, era a melhor estrada até Ponta Delgada, foram intervencionados mais de 60 quilómetros e naquela altura, alguns devem lembrar-se, houve várias calamidades no ano logo da tomada de posse do primeiro Governo, houve um conjunto de situações que foi preciso mobilizar para a Ilha das Flores, nomeadamente por via das calamidades em Ponta Delgada, na Ribeira do Ferreiro e outras situações que tiveram a ver com o volume de obras considerável para aquela ilha.

Por isso mesmo, numa rede viária com esta extensão, houve um conjunto muito grande da rede viária que ficou danificado e foi por isso que se tomou a decisão, e nós pensamos que sensata ao tempo, de fazer uma alteração para que não houvesse fiscalização durante um certo tempo.

O caso do Corvo, devo dizê-lo, é completamente diferente.

O Corvo tem uma rede viária que, se não me falha a memória, de 9,3 quilómetros e foram intervencionadas estradas regionais, foram intervencionadas nesse período que eu falei há pouco, 7,7 quilómetros e faltava

reabilitar 750 metros, que provavelmente são aqueles que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fala.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não!

**O Orador:** Isso significa que a reabilitação que foi feita não tem, nem na percentagem, nem na extensão, nada a ver com a situação das Flores.

Por isso eu aconselho o Sr. Deputado Paulo Estêvão a ter nesta matéria, se calhar como em outras, algum senso para não querer dar tudo aos corvinos porque eles podem ficar enfasiados com isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Sr. Deputado Iasalde Nunes, ele até fez uma descrição bastante pormenorizada dos locais que se encontram danificados e até referiu mais do que aqueles que eu referi e teve oportunidade também de afirmar que com chuvas a situação se agravou.

Agora, o que o senhor me disse foi: “Bom, mas há sempre soluções, não têm que ir lá de carro, podem ir de jipe...”

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** 4x4!

**O Orador:** ... e há zonas que podem não ir, não é necessário ir, portanto podem perfeitamente não ir!”.

Bom, essa não é a solução. A solução é reparar as estradas e enquanto as estradas estiverem intransitáveis adotar um regime deste tipo.

O Sr. Deputado José Contente referenciou a sua experiência nas Flores, que eu até tive oportunidade de referenciar de forma positiva, é preciso dizer que o regime ficou até 2014.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Foi reduzido a 10%!



**O Orador:** Este regime é até 2014. Atenção, 2014!

**Deputado José Contente (PS):** Até 2014! Diga a verdade toda!

**O Orador:** Portanto, tendo em conta as suas declarações em relação ao estado das estradas nas Flores e o regime até 2014, tínhamos aqui um debate, mas eu sei que o Sr. Deputado está esquecido de algumas coisas.

Em relação ao que o Sr. Deputado dizia: “bom, o que nós fizemos em relação à estrada das Flores”.

O que o Sr. deputado já dizia e as suas afirmações em 2008, 2009 e depois a manutenção deste sistema e deste regime até 2014, está a ver que é um argumento que lhe falhou.

Depois, em relação ao troço que está a falar, está a falar da expansão da estrada leste. Com certeza, está em boas condições, mas estas imagens não correspondem à estrada leste.

Esse troço que acabou de referenciar que foi recuperado está em boas condições. Nada a dizer em relação a isso! Eu estou a falar é de outros locais que tive oportunidade de identificar e que nada têm a ver com aqueles que o Sr. Deputado referenciou.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, a única questão aqui é a sua referência ao populismo, é uma referência descabida e ofensiva, porque nós, os Deputados, quando apresentamos aqui aquelas que são as aspirações das populações, isso não significa que as pessoas sejam populistas e que queiram apresentar aquelas que são as reivindicações e as aspirações das pessoas.

Então nós para não sermos populistas só temos que apresentar aqui aumento de impostos, só temos que apresentar aqui situações que possam afetar as populações.

Portanto, esse tipo de argumento é que eu lhe pelo para retirar do conjunto de apreciações que fez, porque obviamente eu tive oportunidade de não exagerar a situação, descrevi a situação tal como ela é, e na minha perspetiva e na

perspetiva de muitos, justificava o mesmo tratamento e o mesmo tipo de decisões que foram tomadas em relação à Ilha das Flores.

Portanto, essa é a nossa perspetiva, uma perspetiva séria e uma perspetiva que não pretende enganar ninguém, até tive oportunidade de trazer aqui testemunhos gráficos daquilo que eu estou a dizer, de fotografia que foram retiradas hoje. O Sr. Deputado desminta que isto é falso!

Agora, apresentar-me aqui a questão, cada vez que nós queremos apresentar uma iniciativa, que os alunos tenham acesso a refeições escolares, que os alunos tenham acesso a um museu. Quando se apresenta iniciativas destas, isto é populismo? Não! Então assim a democracia não funciona! Cada vez que se apresentam reivindicações da população, isso é populismo, o que é que não é populismo?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Do PS!

**O Orador:** Só não é populismo, quando se apresentam medidas com que a população não concorda.

O que é que é a democracia? A democracia é o governo do povo, pelo povo! Nós somos representantes do povo aqui, portanto é isto que eu faço, uma reivindicação justa. O Sr. Deputado é um representante do povo, tem outra opinião. Está claro, tem outra opinião ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não é a do povo!

**O Orador:** ... e isso na minha perspetiva é perfeitamente justificável que o senhor tenha uma opinião diferente e faça uma apreciação diferente, agora não pode é utilizar essa terminologia do populismo para demonizar os outros e as opiniões dos outros. Isso não está correto!

Era essa a pequena referência que eu lhe queria fazer.

Reforço a ideia: é uma ilha pequena, não se trata de nenhum privilégio, trata-se de uma situação em que, como o Sr. Deputado Iasalde estava a referir, é uma obra de grande importância, aliás na sequência de uma iniciativa apresentada

pelo PPM. Evidentemente que está a causar o desgaste da rede viária, exatamente porque é uma iniciativa que custa milhões de euros, evidentemente implica também um tráfego de materiais para construção civil muito grande e é uma situação excecional e nós devemos criar uma resposta excecional para situações excecionais. É tão simplesmente esta a matéria que nós estamos aqui a discutir.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras vão para o facto de me regozijar com o facto do Sr. Deputado José Contente, após tantos anos, fazer o ato de contrição, em relação às obras tardias nas estradas das Flores, embora muito necessárias e que obrigou os florentinos a terem custos com a manutenção das suas viaturas durante muitos anos.

Ora, mas o que está aqui em causa é uma recomendação do PPM, a que o Governo suporta 50% do custo das inspeções.

Não podemos olhar para esta iniciativa com carácter definitivo, simplesmente com carácter transitório.

O que importa aqui assegurar é que para além das condições de conforto da estrada, também estejam garantidas as condições de segurança nas vias terrestres do Corvo.

A pergunta que faço, Sra. Secretária é: se nos pode dizer, aqui, quando vão estar reparadas as vias de comunicação no Corvo?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As inspeções periódicas obrigatórias de veículos embora pareçam, sobretudo para quem vive nas ilhas maiores e mais populosas, um problema de somenos importância, o mesmo “não problema” assume contudo para os açorianos que vivem nas ilhas mais isoladas e menos populosas, uma importância de relevo e provoca frequentemente sérias dores de cabeça aos proprietários dos veículos.

Limitar o tratamento de exceção, ora proposto no Projeto de Resolução em discussão, apenas ao estado da rede viária de cada uma das ilhas, como faz a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, é não só tapar o sol com a peneira, como uma manifestação de claro desconhecimento, isto para não lhe chamarmos de arrogância e prepotência, embora bem o pareça e é também uma clara atitude de discriminação dos açorianos que vivem nas ilhas mais isoladas e menos populosas ou como vulgarmente são conhecidas, mas mal, nas ilhas pequenas.

Tratar por igual aquilo que é diferente é discriminar.

Pretender que os automobilistas e motociclistas da Ilha do Corvo, porque tem uma rede viária pequena e em excelentes condições no dizer, quer da Sra. Secretária Regional, quer do Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo, sejam colocados no mesmo pé de igualdade aos automobilistas e motociclistas da Ilha de S. Miguel, não passa de uma pura hipocrisia política ou de mero servilismo.

Bastará comparar o número de oficinas, de stands de peças e de mecânicos disponíveis numa ilha e noutra, para percebermos como são diametralmente opostas as condições de uns e de outros.

Refiro aqui apenas a Ilha do Corvo porque essa é contemplada nesse Projeto de Resolução; a Ilha de S. Miguel por ser a mais populosa e se encontrar no grupo oriental do arquipélago; o Corvo no grupo ocidental. Mas poderia muito bem

dar como exemplo outras ilhas como a Terceira, o Faial ou o Pico, cujas ligações diretas a Lisboa não só simplificam a importação rápida de peças vindas do continente, como não ficam sujeitas a custos da dupla insularidade, versus, outras designadas ilhas pequenas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pretender que as oficinas e os stands das designadas ilhas pequenas tenham a mesma capacidade económica, financeira para constituir um stock multimarcas suficiente para dar respostas rápidas e adequadas às necessidades nas inspeções obrigatórias, que as suas congéneres das designadas ilhas maiores é de facto discriminar e arrogantemente desconhecer o mercado em que cada uma se situa. Pretender que todos os automobilistas e motociclistas açorianos se encontrem em igualdade de circunstâncias aquando, uns porque têm centro de inspeções sedeadas nas suas ilhas de residência e podem marcar uma inspeção a qualquer dia e hora, e outros têm que se sujeitar aos dias e horários das idas das inspeções às suas ilhas, é discriminar.

Julgar possível que oficinas localizadas nas designadas ilhas pequenas devam ter o seu quadro pessoal suficiente, nomeadamente o número de mecânicos necessários para dar resposta aos picos de trabalho por ocasião das visitas das inspeções, é mais uma vez não só discriminatório, como irrealista e evidencia o desconhecimento da realidade por parte de quem governa este setor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por tudo o que acabei de referir, julgo inaceitável o debate sério desta matéria, não apenas limitando à Ilha do Corvo, mas englobando a generalidade das ilhas da nossa Região, que dia a dia se debatem com este problema.

Apesar disto seria um erro crasso colocar a Ilha do Corvo numa lista de espera para que o seu problema, que é muito real e concreto, apenas mereça a atenção e resolução quando englobados num pacote geral.

Assim sendo apoiaremos esta Proposta de Resolução.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Esta iniciativa do PPM recupera de facto, como aqui já foi mencionado, uma medida similar implementada pelo Governo dos Açores na Ilha das Flores, no período de 2003/2014.

Tratava-se de uma medida de discriminação positiva, baseada e assente num pressuposto de um estado do desgaste anormal e excecional das vias de comunicação terrestre na Ilha das Flores e destinava-se a amenizar os encargos para os proprietários dos veículos que nelas circulavam daí decorrentes.

De facto, entre 2003 e 2009 houve uma redução de 50%; no ano de 2010 essa redução foi diminuída para 25% e depois entre 2011 e 2104, a 10%.

No nosso entender essa discriminação positiva, neste momento, não se justifica. Nessa medida apreciamos a proposta apresentada pelo PPM, como “falecendo” nos seus pressupostos de facto, na informação que veicula acerca das vias de comunicação terrestre da Ilha do Corvo.

De facto, a Estrada do Caldeirão, estrada regional com 5 200 metros quadrados, está em bom estado, salvo num pequeno troço de cerca de 150 metros, situado entre o Grotão da Latina e as Grades Brancas.

No que se refere à estrada leste, estrada com 3 450 metros quadrados, também estrada regional, concluiu-se no final do verão passado 2017, a pavimentação de mais 470 metros e alargou-se a estrada nos 500 metros finais, entre o troço Pico João de Moura e a Lomba do Galvão.

Estes 500 metros finais serão pavimentados no âmbito de uma empreitada adjudicada à Tecnovia, pelo valor de 127 000 euros, prazo de 180 dias que já foi, entretanto, adjudicada.

Portanto, em geral esta estrada está em boas condições, exceto nestes 500 metros que estão agora a ser pavimentados, conforme referi.

Dentro da Vila, de facto, há um único troço que se encontra um pouco mais degradado que é o caminho para a Praia da Areia, localizado a montante da pista do aeródromo (presumo que se refere as fotografias que o Sr. Deputado aqui mostrou), que está de facto mais degradado porque é por aqui que passa todo o trânsito pesado, relacionado com a obra que está a ser realizada no Porto da Casa.

No entanto, sempre se dirá que permite a circulação de viaturas ligeiras e pesadas, sem condicionalismos e em segurança.

Esta última via, sendo uma via municipal, é normal que também só seja reabilitada quando terminar a obra do Porto da Casa. Até lá, do ponto de vista económico, também não se justificaria e conforme referi está a permitir a circulação de viaturas ligeiras e pesadas sem condicionalismos e em segurança.

Portanto, perante os factos que fundamentam o Projeto apresentado aqui pelo PPM, por entendermos que não correspondem de facto à realidade, somos de opinião que o Projeto de Resolução não deverá ser aprovado.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É só para dar mais uma informação e dizer que de facto a argumentação que foi expandida até agora, não faz sentido.

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Deputado Bruno Belo por me lembrar que até 96 o PSD não fez nada nas Flores.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** De nada!

**O Orador:** Depois, queria também de algum modo dizer que nós temos 1450 km de estradas nos Açores, conseguimos mexer em 1200 Km, naquele período em que eu tive responsabilidades, ainda há coisas por fazer e haverá sempre e algumas que depois precisam de ser mantidas, é assim mesmo.

Mas se nós formos fazer uma leitura um pouco mais fina de outras ilhas que também já têm problemas, se calhar esses 50% teriam que ser estendidos a outras ilhas, ou seja, não faz sentido a sua proposta pela qualidade e percentagem (felizmente ainda pequena) das estradas que estão degradadas no Corvo e se fossemos levar à letra os mesmos critérios, provavelmente teríamos que estender os 50% ou 10% a todas as ilhas.

Portanto, isso é uma proposta quanto a nós que não tem nenhuma razoabilidade, nem tem nenhum critério que pudesse ser objetivo e quantitativo para as outras ilhas.

Ademais, também já foi dito, que de facto a situação das Flores foi excepcional e como também já se viu foi gradualmente sendo extinta em termos de discriminação positiva porque as estradas, entretanto, foram melhorando.

Portanto, nós pensamos que a posição mais sensata neste momento é esta que o Grupo Parlamentar do PS tem, e que também é de algum modo subscrita pelo Governo, porque a extensão, a percentagem e a discriminação positiva que se iria colocar do Corvo, seria completamente iníqua em relação à rede viária das outras ilhas.

Portanto, não é isso que interessa, nem é isso sequer que está em causa. O que já foi dito aqui, o que está em causa é a segurança e como também foi dito aqui pela Sra. Secretária, por acaso o pior troço, que é um troço que leva só até à praia e provavelmente nem é o troço mais utilizado, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**O Orador:** ... é um troço que é municipal, nem é regional.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.



Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima intervenção, só porque o Sr. Deputado proferiu ali algumas declarações que eu disse algumas coisas que considero que não disse. Podemos ver no diário das sessões, mas tenho a certeza que não disse.

Em primeiro lugar em relação ao populismo. Eu nunca disse que o senhor era populista em trazer cá este diploma a esta Casa.

Disse apenas que poderíamos optar pelo facilitismo e pelo populismo e aprovar o Projeto de Resolução, uma vez que estamos a falar de cerca de dois mil euros. Foi isso que eu disse!

Mas como não concordamos com ele, não vamos votá-lo favoravelmente.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado disse dos jipes, que podiam ir lá com jipes e com 4x4, também não foi isso que eu disse, Sr. Deputado.

O que eu disse foi: que esta estrada é o único acesso à praia e no verão poderão vir a circular mais viaturas, mas não creio que uma pequena viagem de 800 metros possa danificar as suspensões das mesmas.

Além da praia existem algumas terras de cultivo que esporadicamente e não diariamente os seus proprietários lá vão, mas quase todos em carrinhas 4x4 ou em motocultivadores. Disse aquilo porque eu conheço as pessoas, o Sr. Deputado também conhece, a ilha é pequena e sabe que eles andam naqueles motocultivadores e não é por aí que há qualquer tipo de desgaste. Além do mais essa estrada, eu ando lá com o meu carro, aliás há muita gente que anda lá com o seu carro sem qualquer necessidade porque poderiam ir pela estrada debaixo, pela estrada que dá acesso ao restaurante Caldeirão e em vez disso fazem aquele percurso porque querem, o Sr. Deputado sabe muito bem disso e podiam evitar esses buracos ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Isso não é justificação! Se a estrada existe tem que passar lá!

**O Orador:** Não, mas se é assim é porque as pessoas não consideram que existe algum tipo de falta de segurança, ou que existe algum motivo para haver esse Projeto de Resolução.

Em relação às chuvas, eu não falei nada sobre isso, mas de qualquer maneira é verdade, quando chove as estradas ficam mais degradadas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

**(\* Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária disse que o Governo não pode aprovar (eu devo lembrar-lhe que o Governo aqui não aprova rigorosamente nada, provavelmente a bancada socialista que o suporta não vai aprovar) porque os pressupostos da iniciativa trazida aqui pelo PPM, não correspondiam à verdade.

Eu devo dizer-lhe que os pressupostos dizem tão claramente isto: na Ilha do Corvo é muito mais difícil a questão da reparação das viaturas quando vão à inspeção, todos nós sabemos que os carros quando têm que ir à inspeção muitas vezes não cumprem e, portanto, voltam à oficina para fazer reparações, no caso do Corvo este é um problema acrescido por falta de peças, tem que se mandar buscar as peças de fora porque não existem oficinas, etc., etc.. Portanto, penso que isto é uma realidade que todos nós sabemos que existe.

O outro pressuposto é de que neste momento existem obras na Ilha do Corvo, que as estradas estão degradadas devido a essas obras. A Sra. Secretária diz que numa via de 5 quilómetros, só 150 metros é que estão degradados.

Mas todos nós sabemos que a meio de uma via de 5 quilómetros, se o estado de degradação desses 150 metros for suficientemente grave para impedir a

circulação de viaturas, toda essa via fica intransitável, portanto, esse argumento não colhe.

Havendo custos acrescidos, por parte dos habitantes do Corvo na questão de terem que ir mais do que uma vez às inspeções por não cumprirem a primeira, passa o tempo, passa uma segunda vez porque não conseguiram cumprir, são custos acrescidos, portanto penso que este sistema de incentivo ou de excecionalidade que se poderia dar à Ilha do Corvo, à semelhança do que aconteceu nas Flores, em igualdade de circunstâncias, é da mais elementar justiça.

Mas também percebo que afinal a argumentação da bancada do PS, essa sim, que vai votar esta iniciativa, o Sr. Deputado Iasalde Nunes diz que: “como já demos um regime de excecionalidade para o Corvo para os jovens atletas, agora já não podemos dar um novo regime de excecionalidade para o estado de degradação das estradas”.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Não foi isso que eu disse!

**A Oradora:** Foi exatamente o que disse! “Já demos um regime de excecionalidade para os atletas no Corvo, então agora já não podemos dar um regime de excecionalidade para as estradas do Corvo”.

Provavelmente para – como o Sr. Deputado José Contente disse – os corvinos não fiquem enfastiados.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é que é demagogia!

**A Oradora:** Sras. e Srs. Deputados, isto só não é cómico porque é efetivamente vergonhoso!

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Bradford, julgo que para uma interpelação?

**Deputado André Bradford (PS):** Para intervir no debate.

**Presidente:** Para intervenção. Então vou fazer a sua inscrição.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PPM pretende atender a um problema que tem sido aqui debatido, que é necessariamente um problema localizado e esperemos nós temporário, ou seja da degradação que se pensa ser temporária, de parte da rede viária da Ilha do Corvo.

Ora, em primeiro lugar, o que é lamentável, primeiro é que se deixe a rede viária chegar àquele estado que já foi ali demonstrado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Em segundo lugar, aquilo que é fundamental é que a rede viária, estradas, não chegue àquele estado e que sejam reparadas rapidamente para que não seja necessário, nem as pessoas terem despesas extraordinárias com as suas viaturas, nem até se chegar à necessidade de se criar regimes excecionais, como aqui se pede.

Mas, infelizmente, o que acontece é que a população, e na proposta do PPM é reivindicado um regime excepcional.

É normal que a população da Ilha do Corvo sintam o necessário, porque de facto têm uma maior dificuldade em acesso a peças, as inspeções, como já foi aqui dito, não são tão fáceis de fazer como são nas ilhas onde há centros de inspeções permanentes e tudo isso faz com que seja perfeitamente legítima essa reivindicação dos corvinos para um regime excepcional que deve ser efetivamente ponderado e deve ser debatido, como está a ser debatido aqui nesta Casa por todos nós.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, V. Exa. desiludiu-me profundamente.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Mas não é a primeira vez!

**O Orador:** Tendo Vs. Exa. a responsabilidades que teve e o histórico que V. Exa. tem, vir para aqui fazer um discurso “as ilhas são todas iguais, as circunstâncias são iguais ...”, o senhor conhece, muito melhor do que eu até, as nossas ilhas e sabe que as circunstâncias são bem diferentes e vem aqui fazer um discurso desses, olhe como dizia o outro “não há necessidade”, não havia necessidade de fazer esse tipo de discurso.

Olhe, sabe o que é que vai acontecer, vou ter que lhe ler os seus argumentos. Em 2003 sabe qual era o seu argumento para as Flores? Dizia o senhor assim: “considerando que os proprietários dos veículos anteriormente referidos, bem como as oficinas de reparação sedeadas na Ilha das Flores, encontram por vezes dificuldades na obtenção de equipamentos e acessórios para a reparação imediata de algumas com deficiências encontradas nas inspeções técnicas”.

Olhe, sabe uma coisa, V. Exa. sabe quantas oficinas é que existem na Ilha do Corvo? Sabe quantas? Diga lá quantas é que são? Nenhuma! Zero!

Portanto, se este era argumento para as Flores quando existiam algumas oficinas, no Corvo é um argumento muito mais forte porque não existe nenhuma! Nenhuma!

Portanto, quando o senhor está aí a comparar a Ilha do Corvo com a Ilha de S. Miguel, o senhor está a fazer um discurso completamente descabido e fora de contexto.

Olhe, vou dizer-lhe uma coisa: nas Flores dizia V. Exa., por vezes não se encontravam as peças. Sabe quantas peças de automóveis é que V. Exa. encontra na Ilha do Corvo? Zero! Sabe porquê? Não há nenhuma loja que as venda, Sr. Deputado!

Portanto, o senhor vir aqui dizer: “as ilhas, temos que ver...”.

Então o senhor não conhece as diferenças que existem entre as ilhas? Se é preciso reparar, ou precisa de alguma peça, na Ilha do Corvo há resposta para isso? Claro que não há! E não fica muito mais caro a alguém que tem um problema porque esta estrada estão num estimado lastimável, não são 150 metros, isso não é verdade sra. Secretária! Não é verdade! E não é numa estrada, isso não é verdade, pura e simplesmente isso é falso!

**Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): É verdade, sim senhor! Vamos lá ver!

**O Orador:** Vou dizer-lhe o seguinte: evidentemente que existe um grande conjunto de pessoas já com os carros danificados e que não estão em condições e que se sentem evidentemente descontextualizadas no momento em que se encontram, porque as estradas estão em mau estado. A estrada para o Caldeirão está em péssimo estado, há um grande conjunto de pessoas que já lá tiveram problemas, tiveram que mandar reparar os carros, mandar vir peças, tudo isso, e muitos têm que mandar reparar os seus carros para a Ilha da Flores, porque lá não tem oficinas, nem tem as lojas.

Portanto, a questão da Ilha do Corvo, não se pode fazer esse discurso que o Sr. Deputado está a fazer e que o Governo Regional faz agora! É preciso não discriminar as nossas pequenas comunidades insulares! As realidades são diferentes de freguesia para freguesia, de ilha para ilha e temos que dar uma resposta diferente às nossas ilhas.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito bem! Apoiado!

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe muito bem isso, por isso é que eu não posso aceitar os seus argumentos: os argumentos das oficinas e da falta de peças e tudo isso, foram os argumentos que V. Exa. utilizou e esses argumentos ainda servem com maior profundidade para a Ilha do Corvo, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Eu admito que, de forma algo impulsiva, inscrevi-me no debate porque eu acho que é perfeitamente natural que não tenhamos a mesma opinião, com representação de seis partidos nesta Casa, sobre todos os assuntos.

É até legítimo que tenhamos, porque representamos ideários diferentes, maneiras diferentes de ver as coisas, tenhamos na maioria das vezes opiniões diferentes.

Agora, o que não é legítimo é que digam que nós temos uma determinada opinião só porque dá jeito para o debate! Isso não! E não é com o PS aqui sentado que isso vai acontecer sempre passando em branco.

O que a Sra. Deputada Graça Silveira disse, é o exato contrário daquilo que nós defendemos.

O Sr. Deputado Iasalde Nunes, no início deste debate disse: “O PS reconhece a pertinência de haverem regimes de exceção para problemas específicos das várias ilhas e particularmente no Corvo”.

Até disse que: “não há muito tempo, aprovamos nesta Casa - dando como exemplo - um regime de exceção, para os jovens do Corvo para poderem ser atletas federados, porque pela legislação que se aplica a toda a gente o Corvo não tinha volume suficiente, não podia ter atletas federados, e nós reconhecendo essa especificidade viabilizamos e aprovamos um regime de exceção e já aprovamos outros regimes de exceção para o Corvo”. Foi isso que disse o Sr. Deputado Iasalde Nunes. Não foi o exato contrário que a Sra. Deputada Graça Silveira quer que o PS tenha dito.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Negue que o Sr. Deputado disse que não se pode dar tudo aos corvinos para não ficarem enfastiadas!

**O Orador:** O que nós dissemos foi que aceitamos, que reconhecemos a pertinência e que já aprovamos regimes de exceção para o Corvo e para outras situações particulares noutras ilhas. É o exato contrário daquilo que a senhora disse que nós dissemos!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O que é que o desporto tem a ver com as estradas?

**O Orador:** Portanto, é bom, que fique bem esclarecido que o que nós dissemos foi isso.

Também dissemos mais uma coisa: neste caso concreto, perante as evidências, perante o que está em causa, nós achamos que não deve haver um regime de exceção para o Corvo. Foi isso que nós dissemos!

É muito fácil de explicar. Tem todo o direito de achar que nós achamos mau; o que não tem direito é de dizer exatamente o contrário do que nós dissemos. Isso não tem o direito! Portanto não tendo o direito, nós temos o direito de nos explicarmos e é o que estou a fazer.

Portanto, espera que tenha ficado bem claro que aquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira disse é o exato contrário do que nós dissemos e isso não é uma interpretação errada, é um bocadinho diferente. Acho que é uma tentativa de nos colar a uma imagem negativa daqueles que são insensíveis aos problemas do Corvo. Nós não somos insensíveis! Já provámos, nós não somos insensíveis a situações específicas, nós já admitimos regulamentos e regras diferentes para ilhas diferentes.

Neste caso concreto, não! Não concordamos! É democrático, é mesmo assim!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.



(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira disse aqui foi *ipsis verbis* aquilo que disse o Deputado Iasalde Nunes.

Disse – e posso pedir à Sra. Presidente para fazer distribuir aquilo que foi dito aqui – que já tinha sido criado um regime de excecionalidade para a Ilha do Corvo, o que provava que estávamos disponíveis para criar regime de excecionalidade para a Ilha do Corvo, um regime de excecionalidade para os atletas. Mas o regime de excecionalidade para o mau estado das obras não estávamos disponíveis. Disse isso mesmo.

**Deputado André Bradford (PS):** Mas não foi isso que a senhora disse!

**A Oradora:** E acrescentei, provavelmente – e agora ouça – acrescentei provavelmente pelo argumento usado pelo Sr. Deputado José Contente que disse isto, *ipsis verbis*: “não se pode dar tudo aos corvinos para não ficarem enfasiados”, que foi rigorosamente aquilo que ele disse aqui. Rigorosamente, nem mais, nem menos uma vírgula!

Portanto, eu só fiz uso dos argumentos que a bancada do PS fez para não aprovar esta iniciativa.

Mas eu penso que os corvinos podem ter uma solução para os seus problemas, porque tratando-se, como disse a Sra. Secretária, de uma via municipal, aquilo que a lei diz é que: “sempre que uma viatura seja danificada devido ao mau estado de uma via municipal, quem tem que arcar com a responsabilidade é a Câmara”.

Portanto, o Sr. Presidente da Câmara, autointitulado também Presidente do Conselho de Ilha, resolveu dar dois pareceres desfavoráveis porque as estradas estavam em muito bom estado, então quando as viaturas passarem a aparecer danificadas, porque as estradas não estão efetivamente em bom estado, é que vai ter que pagar.

Portanto, todo o apoio cego, tem um preço!

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu só quero intervir mais esta vez para clarificar duas ou três situações.

Em primeiro lugar, há outras pessoas que até nos podem dar lições de discriminações positivas ... (corte na gravação) que me incomode porque o que aí está, está, o que aí se vê, vê.

Mesmo no Corvo, quando a pista era de asfalto, como se chama de semipenetração em que a gravilha saltava, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Continuava a saltar!

**O Orador:** ... nós levamos para lá uma empresa que pondo selericil de uma ponta à outra, não com máquinas, mas manualmente, pusemos a pista de modo a que não houvesse acidentes, só para falar num pequeno, muito pequenino exemplo em relação ao Corvo.

Portanto, eu não estou à procura de discriminações positivas em nenhuma das ilhas, porque elas existem, naturalmente, resultante da prática governativa ao longo dos tempos, portanto não me incomoda nenhuma falha que eventualmente o discurso pudesse ter.

Mas nem foi isso que foi dito. O que foi dito foi que efetivamente a percentagem que nós consideramos que existe no Corvo de degradação da rede viária, no nosso entendimento, e temos direito a ele, não justifica esse regime de exceção como as condições, na nossa opinião, são diferentes daquelas que ocorreram quando se decidiu para as Fores, nessa altura.

Por isso, fica clarificada a situação e também fica clarificada a situação de que não é por mais ou menos decibéis nos discursos, que nós nos comovemos ou movemos também.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu comecei por dizer na minha intervenção que aceito que existam apreciações diferentes, a única chamada de atenção que fiz foi a utilização do termo populismo, por parte do Sr. Deputado Iasalde que é incorreta.

O que nós aqui fazemos é apresentar as perspetivas em representação do povo.

Os Srs. apresentam as vossas perspetivas, nós apresentamos as nossas, as minhas e o Sr. Deputado Iasalde sabe bem que é a opinião de muita gente no Corvo, portanto esta é a opinião das pessoas.

Apresentei os argumentos ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Não me diga isso! O Sr. Presidente da Câmara também dizia ao Presidente do Governo que toda a gente concordava com os subsídios e 32 pais, em 37 recusaram subsídios em relação às refeições.

Não vamos alargar o debate a esse tipo de matérias que é para isto não azedar.

O que eu quero dizer é que os argumentos que foram utilizados por parte do PS e por parte do Sr. Deputado José Contente, foram o facto de não existirem peças, das oficinas serem poucas e o que eu lhe disse era que esses argumentos podiam ser utilizados no Corvo, ainda com muito mais propriedade, porque ali não é o caso de existirem poucas oficinas, é não existir nenhuma! E não é o facto de existirem poucas peças, é não existirem, nenhuma peças!

Portanto, tem a ver com o mau estado em que se encontram as estradas e tem a ver com o facto de as respostas criadas na Ilha do Corvo não existirem, portanto criam uma situação de grande complexidade para a população, maior do que em qualquer outra ilha. Isto é irrefutável, Sr. Deputado e Srs. Membros do Governo! Isto é irrefutável! Há um problema que é um problema específico.

Eu termino a minha intervenção dizendo o seguinte: hoje, estamos a falar da Ilha do Corvo, noutras situações vamos falar de outras ilhas que têm problemas específicos. Eu acho é que as respostas têm que ser pensadas caso a caso para as ilhas e para as comunidades que estão a enfrentar esse tipo de problemas e o Governo Regional tende a não ter uma visão de ilha, ou seja não ter uma perspectiva diferenciada para os problemas que enfrentam cada uma das ilhas em relação às potencialidades, em relação aos seus problemas específicos.

Neste caso Vs. Exas. têm essa opinião, o Sr. Presidente da Câmara também tem essa opinião, pois muito bem, a população do Corvo ouviu este debate, tirará ilações em relação à forma como Vs. Exas. se comportaram e como se comportaram os outros partidos da oposição.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**(\*) Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez só para reafirmar a posição do PS sobre este Projeto de Resolução e para que as pessoas, também lá em casa, que assistem a este debate percebam aquilo que está aqui em causa, estamos a falar praticamente de uma cópia de uma solução arranjada para as Flores, que foi publicada em 2003, em que a Região na altura e na Ilha das Flores tinha um conjunto alargado de vias com necessidades de reabilitação, à volta de 90% e comparando com a situação atual do Corvo é exatamente o inverso. Portanto, estamos a falar de coisas completamente diferentes.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Ainda mais, estranhámos também, que o PPM que bebe muito da solução de 2003, das Flores, que vai de forma transitória até 2014, sendo de 2003 a 2009, 50% do desconto nas inspeções; passando depois para 25% só no ano de 2010; e 2011 a 2014 reduzindo para 10%.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já vou explicar porquê!

**O Orador:** Ou seja, à medida que as estradas foram sendo reabilitadas foi-se reduzindo o desconto nas inspeções.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E bem!

**O Orador:** E bem!

Mas não é isso que está aqui em causa, o que está em causa aqui é que o Corvo não tem a mesma situação do que as Flores, é uma situação inversa, tem 90% reabilitadas e 10% com problemas, ao contrário das Flores que tinha 90% por reabilitar e 10% boas. Não havia alternativa nenhuma!

Continuando, estranhámos também que o Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Eu, enquanto Deputado desta Casa que analisei também o processo de 2003 e o processo que o PPM apresenta aqui e tendo em conta o discurso que teve hoje aqui nesta sala, como é que ele não apresenta no seu Projeto de Resolução uma das medidas que estava em 2003 para a Ilha das Flores e que se calhar até fazia mais sentido para a Ilha do Corvo, que era as pessoas poderem reparar os seus veículos durante um ano. Essa medida existiu para as Flores e não havendo oficinas, como ele disse e havendo dificuldade das peças, era essa se calhar a medida mais adequada para a Ilha do Corvo e não os 50% de desconto nas inspeções periódicas.

Portanto, o senhor claramente falha na forma como quer implementar um regime de excecionalidade quando esta situação é completamente diferente.

Não temos problema nenhum tratar diferente aquilo que é diferente e igual aquilo que é igual e, portanto, assim iremos continuar neste Parlamento.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver uma coisa. O Sr. Deputado desconhece a realidade, diz o senhor 90%, podia ter dito 80%, era o que lhe passasse pela cabeça, porque o Sr. Deputado não conhece a realidade, o Sr. Deputado não conhece a situação, portanto o Sr. Deputado agora utilizou o argumento dos 90%, o que é falso! As estradas do Corvo estão afetadas em muito mais de 90%.

Na minha perspetiva, na análise que eu fiz e fiz o reconhecimento do terreno, estamos a falar de 40% das estradas afetadas e com zonas intransitáveis, ouça, com zonas intransitáveis.

Portanto, V. Exa. desconhece a realidade e como desconhece vem para aqui fazer ...

Diga-me uma Sr. Deputado, o senhor foi à Ilha do Corvo, quando? Quando é que foi a última vez? Diga lá quando foi a última vez?

O senhor desconhece a realidade.

Sabe o que é que eu faço, estou aqui há 10 anos no parlamento, quando não conheço os assuntos Sr. Deputado, ...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** ... e não conheço a realidade, abstenho-me de dar opiniões completamente desfocadas, que é o vosso caso, é o seu caso.

Ouçã, em relação a propostas que apresento para a Ilha do Corvo, não tenho visto propostas suas para S. Jorge! Eu não tenho visto propostas suas para S. Jorge, com os problemas que tem S. Jorge, com o despovoamento que tem S. Jorge! Eu não tenho visto soluções da sua parte, Sr. Deputado! Não vejo nada, aliás nem eu vejo, nem o povo vê porque V. Exa. sai derrotado nas eleições, Sr. Deputado!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Olha quem fala!

**O Orador:** Ah, pois é, pois é! Quem semeia ventos, recolhe tempestades!

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é se o senhor conhece esta realidade por que é que não leu o parágrafo escrito pelo então Secretário, José Contente, que diz assim: “o argumento fundamental é a existência de poucas oficinas e a inexistência de peças de substituição”.

Ouçá uma coisa: sabe para que é que este argumento foi utilizado? Exatamente por causa das inspeções, para reduzir o preço que era pago nos âmbitos das inspeções. Foi aqui que foi utilizado este argumento, Sr. Deputado.

Vou dizer-lhe outra coisa: eu sei o que é que as pessoas me dizem, eu sei as dificuldades que as pessoas têm.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor sabe tudo!

**O Orador:** V. Exa. considera que não se adequa. É a sua opinião! Eu já lhe disse que respeito as opiniões dos outros! É a sua opinião! Evidentemente essa não é a minha opinião e não é a opinião de muita gente, agora o que eu vejo é que V. Exa. vem para aqui, completamente desconhecendo a realidade, fazendo referências absolutamente ridículas, Sr. Deputado! Ridículas!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

**Deputado André Bradford (PS):** Para um protesto, Sra. Presidente.

**Presidente:** Um protesto a?

**Deputado André Bradford (PS):** Em relação à maneira como o Sr. Deputado Paulo Estêvão se dirigiu ao Sr. Deputado André Rodrigues.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos absolutamente inaceitável que alguém no calor do debate, eventualmente por se sentir privado de mais razões, ache que é um argumento, primeiro a ilha de origem do Deputado, quer dizer, um Deputado que é eleito



por S. Jorge, não pode falar da estrada do Corvo, acha o Sr. Deputado, acha o Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quem disse isso?

**O Orador:** A partir de certa altura o Sr. Deputado começa à procura de outro tipo de argumentário e, portanto, acha que por ser eleito por S. Jorge, não percebe nada das estradas do Corvo, vem para aqui não sabe o que é que está a dizer.

Em segundo lugar, também acha o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a votação ...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa.

O Sr. Deputado André Bradford pediu a palavra para um protesto às declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão, relativamente à intervenção do Sr. Deputado André Rodrigues.

Já lhe foi dada a palavra para um protesto, portanto ele está a protestar e naturalmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão terá direito a um contraprotesto.

É o líder da bancada tem esse direito, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado André Bradford, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Bom, dizia eu que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acha que há duas circunstâncias em que os Deputados da bancada do PS não podem falar: ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é falso!

**O Orador:** ... se forem eleitos pela Ilha de S. Jorge não podem falar das questões do Corvo. O senhor até disse: “Preocupe-se lá com os problemas de S. Jorge, preocupe-se com o despovoamento de S. Jorge e não venha para aqui falar das estradas do Corvo!”.

E depois acha outra coisa, é que se não ganhar as eleições, também não pode falar! Quem não ganha as eleições, não pode falar!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é mentira!

**O Orador:** O senhor nem ganhou as eleições! O senhor primeiro ganhe as eleições e depois venha aqui falar!

Tem uma notícia para lhe dar: o Sr. Deputado André Rodrigues ganhou as eleições! O PS ganhou as eleições em S. Jorge! Percebe?

Portanto, pode falar qualquer Deputado desta bancada e isso não depende das suas análises, dos seus critérios, ou da maneira como o Sr. Deputado acha, que deve ser este ou aquele Deputado a falar.

Portanto, aqui nesta bancada os critérios são definidos por esta bancada, não pela maneira como lhe está a decorrer o debate, não pelos critérios que o Sr. Deputado inventa a meio do debate. Os Deputados de S. Jorge falam do Corvo, os Deputados que ganham, falam, os Deputados que ficaram em segundo lugar, também falam! O Sr. Deputado não tem nenhuma capacidade de se ingerir na gestão desta bancada!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Dispõe de cerca de dois minutos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, Sra. Presidente, em primeiro lugar quero dizer-lhe que este protesto é completamente descabido porque o Sr. Deputado André Bradford, inventou os argumentos todos a partir daí.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Não! Não!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu agora vou diretamente à rama.

Vou dizer-lhe o seguinte: o senhor mentiu! O senhor mentiu!

Perguntei ao Sr. Deputado: há quanto tempo é que não vai ao Corvo? Perguntei-lhe porquê? Porque o que tinha acabado de dizer não correspondia à realidade. Nunca disse que por ter sido eleito por S. Jorge, não pode falar sobre outra ilha!

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** O senhor mentiu!

O que lhe quero dizer Sr. Deputado, o senhor quando não tem argumentos inventa argumentos. O senhor quando não tem argumentos, que é o caso, coloca na boca dos outros aquilo que o senhor acha que é refutável.

Mas ouça, isso só demonstra a sua incapacidade retórica, porque o senhor deve é contestar argumentos que os outros tenham produzido e o que o senhor disse é mentira!

O que eu disse foi que o Sr. Deputado, não conhece a realidade.

O que eu lhe disse, como o Sr. Deputado me disse a mim, que eu devia ter apresentado outro tipo de proposta – foi o que ele me disse – eu disse-lhe assim: “Ouça, em vez de dar conselhos para se apresentar outro tipo de proposta, o senhor apresente lá propostas por S. Jorge, porque eu não o vejo a apresentar propostas por S. Jorge!”. Foi isso que eu lhe disse.

**Deputado André Bradford (PS):** São todos testemunhas!

**O Orador:** A partir do momento em que o Sr. Deputado me sugere a mim iniciativas, eu disse-lhe que ele deveria sugerir, se me sugere a mim que apresente pelo Corvo, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... o que eu lhe proponho é que apresente por S. Jorge, porque eu não vejo aqui apresentar propostas sobre S. Jorge.

**Presidente:** Já terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sra. Presidente, deixe-me terminar.

O argumento que V. Exa. utilizou é mais uma vez e é lamentável, Sr. Deputado, que o Sr. Deputado utilize na discussão política, a mentira de forma sistemática, como acabou de fazer.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, a Mesa de momento não tem inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui chumbada uma proposta que tinha toda a justificação.

Tinha toda a justificação, na medida em que na Ilha do Corvo estão a decorrer obras que estão a causar graves prejuízos na rede viária.

Esses prejuízos, esses danos, são visíveis para todos os que se deslocam à Ilha do Corvo e podem ser testemunhados por parte dos corvinos.

Foram apresentados no âmbito desta discussão pareceres, pressupostamente do Conselho de Ilha, reuniões e posições do Conselho de Ilha que não existiram, ou seja, foi veiculada a posição de um órgão, essa opinião foi usurpada por parte do seu Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito da declaração de voto, não vamos repetir o debate, Sr. Deputado.

**O Orador:** Exatamente.

Foi aqui também, Sra. Presidente, utilizado um outro parecer, também da reunião da Câmara Municipal, que também não existiu.

Por isso, estes dois pareceres e também os dados que aqui foram fornecidos por parte do Governo, não correspondem à realidade.

Efetivamente, aquelas estradas encontram-se em mau estado; efetivamente o Corvo corresponde e integra o discurso e as tomadas de posição que o Governo fez em relação às Flores, exatamente porque existiam poucas oficinas nas Flores e no Corvo não existe nenhuma; exatamente porque é difícil aceder a peças de automóveis, na Ilha das Flores, no Corvo não é possível aceder a nenhuma.

Portanto, o contexto, a situação circunstancial da Ilha do Corvo em relação a esta matéria, tudo isso justificava perfeitamente que esta proposta tivesse sido aprovada.

Estou de consciência tranquila, apresentei aqui uma proposta justa, apresentei aqui uma proposta que é reivindicada pela população e muito justamente.

Não é um privilégio, era apenas uma medida que se destinava a combater uma situação de desigualdade, em que as pessoas, os automobilistas, os habitantes do Corvo saem gravemente prejudicados.

Portanto, meus senhores, esta medida era perfeitamente justificada, da minha parte cumpro aquilo que é o meu mandato, apresentar aqui propostas justas, propostas que visem defender as populações das ilhas dos Açores, neste caso da Ilha do Corvo. Estou de consciência tranquila!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes para uma declaração de voto tem a palavra.

**(\*) Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS votou contra este Projeto de Resolução por considerar que é um Projeto de Resolução que não é prioritário e por considerar que a forma que o Sr. Deputado Paulo Estêvão indicou, as estradas não estão de tal forma degradadas que justifique esse regime de exceção.

O Grupo Parlamentar do PS vota em consciência também e o Grupo Parlamentar do PS, assim como o Sr. Deputado Paulo Estêvão também está aqui para defender os interesses dos açorianos e principalmente, no meu caso, dos corvinos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo que não há mais inscrições para declaração de voto.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 4 da Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Aprova o Programa Gerações”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão neste Parlamento do projeto de Decreto Legislativo Regional que cria o Programa Gerações, decorre numa altura em que persiste a necessidade urgente de adoção de novos mecanismos de solidariedade e justiça intergeracional, que possam dar resposta ao envelhecimento da Administração Pública Regional e, simultaneamente, à elevada taxa de desemprego jovem com que se defronta a Região e à ausência de alternativas sobretudo nas ilhas de menores dimensão e população.

O Programa Gerações pretende ser um instrumento de gestão de recursos humanos que permita incentivar os trabalhadores em funções públicas regionais a optar pela aposentação antecipada, permitindo-lhes uma aposentação ativa com uma perda menos significativa de rendimento;

A proposta consiste na criação de um mecanismo de incentivo financeiro que compensa os trabalhadores em funções públicas regionais que, a partir dos 60 anos de idade, se pretendam aposentar antecipada e voluntariamente.

O Programa cria os pressupostos necessários para a contratação de novos trabalhadores para a Administração Pública, permitindo o seu rejuvenescimento, contribuindo para o aumento da competitividade dos serviços prestados e tem um efeito multiplicador na economia regional e na qualidade de vida da população.

Trata-se de um verdadeiro compromisso intergeracional.

O Programa Gerações, com uma duração de dois anos, é tendencialmente autossustentável do ponto de vista orçamental.

A diferença entre os valores remuneratórios dos trabalhadores em funções públicas que se reformem antecipadamente, em fim de carreira, e o montante das remunerações pagas aos novos funcionários que passem agora a integrar a Administração Pública Regional, será tendencialmente suficiente para suportar os custos da medida.

Os proveitos resultarão da diferença entre a remuneração que o trabalhador auferir à data em que solicita a aposentação, normalmente nos escalões mais elevados da sua carreira, e a remuneração do trabalhador que venha a ser recrutado em início de carreira. Esta diferença deve ser calculada para o período correspondente ao nº de anos de antecipação da aposentação relativamente ao tempo completo.

Nos cálculos dos custos partimos dos seguintes pressupostos:

- *A esperança de vida do trabalhador será de 80 anos;*
- *Haverá a sobrevivência de um conjugue por 5 anos;*
- *As novas admissões de trabalhadores resultantes do Programa serão na base das respetivas carreiras;*
- *Os trabalhadores a aposentar encontram-se nos últimos escalões da tabela remuneratória, tendo, para cada carreira, simulado o antepenúltimo e o último escalões;*
- *Efetuarão-se simulações para antecipação da aposentação em 6 e em 3 anos;*
- *Os cálculos foram efetuados com base em preços constantes de 2017;*

Consideram-se trabalhadores em funções públicas regionais os trabalhadores dos serviços e organismos da administração pública da Região Autónoma dos Açores, incluindo os institutos públicos regionais nas modalidades de serviços personalizados ou de fundos públicos, independentemente da modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público.

Aplica-se ainda aos trabalhadores das unidades de saúde, consideradas entidades públicas empresariais regionais, que integrem o Serviço Regional de Saúde.

Os trabalhadores em funções públicas regionais a quem seja autorizada a aposentação antecipada podem beneficiar, a título vitalício, da subsídio de 50% da taxa global de redução que lhes seja aplicável nos termos da legislação em vigor. O subsídio é pago no mesmo dia em que seja paga a respetiva pensão.



As vagas resultantes de pedidos de aposentação antecipada por trabalhadores em funções públicas que beneficiem do subsídio são providas por concurso aberto no prazo máximo de 60 dias após o deferimento do pedido.

Está ao alcance deste Parlamento aprovar uma iniciativa que permitirá criar uma oportunidade para muitos açorianos, sobretudo os mais jovens.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

**(\*) Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, como certamente todos os restantes partidos representados nesta Assembleia, naturalmente em teoria concordam com a preocupação manifestada pelo PSD que aqui apresentou esta proposta.

O primeiro parágrafo do preâmbulo refere, e bem, que existe um desequilíbrio etário muito significativo, em especial no setor público.

Omite, no entanto, uma das suas principais causas. A maioria dos lugares da Administração Pública Regional, foram criados e ocupados aquando da criação da nossa autonomia, daí que nesta fase estarão muitos dentro da faixa etária dos 60 anos.

Referem também poucos incentivos à aposentação, quando sabemos que o que existe é exatamente o contrário, têm existido progressivos constrangimentos.

Anunciam a criação de um instrumento de gestão de recursos humanos, mas o articulado não o concretiza, pelo contrário remete para posterior regulamentação a realizar pelo Governo Regional.

Mesmo considerando que é uma ideia positiva, está pouco desenvolvida, pouco clara, pouco precisa e a sua concretização é duvidosa.

Apesar de em sede de Comissão o Grupo Parlamentar do PS ter já solicitado diversos esclarecimentos, dos quais não obtivemos resposta, importará clarificar o seguinte:

Como se consegue garantir que as hipotéticas vagas vão ser ocupadas por um jovem qualificado?

Muitos dos funcionários que os senhores acham que querem ir já para a reforma, são de carreiras de assistentes operacionais ou técnicos.

Quer o PSD que os jovens qualificados entrem nessas carreiras? Considerando a legislação que regula a contratação de trabalhadores para a administração pública, a primeira fase do procedimento destina-se apenas aos que se encontram em regime de mobilidade.

Será que as vagas não serão ocupadas por outros trabalhadores com a mesma idade dos que saíram, oriundos da administração central ou local?

O resultado daquela legislação, sendo a última fase aberta ao público em geral, como se garante que as vagas não são ocupadas por candidatos dentro da mesma faixa etária dos que saíram, oriundos do setor privado com currículo muito mais vasto e rico, do que os jovens licenciados?

Caso seja aprovada esta iniciativa, como se garante o pagamento simultâneo do valor da pensão e do subsídio, quando os mesmos são pagos por entidades diversas?

Em que cálculos se baseiam para garantir que não existe aumento de encargos nos futuros orçamentos da Região?

Ficamos a aguardar respostas às questões colocadas, que naturalmente contribuirão para a definição da posição deste Grupo Parlamentar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do CDS-PP, a iniciativa agora em apreciação – Programa Gerações – poderá dar um contributo importante para resolver dois problemas em simultâneo.

Por um lado, poderá ser uma forma de rejuvenescer a Administração Pública Regional, e é bom recordar que um pouco mais de um quarto dos trabalhadores em funções públicas na Região, se inserem nas faixas etárias a partir dos 55 anos de idade e se nós contemplarmos os trabalhadores a partir dos 50 anos, então estamos a falar de quase metade dos trabalhadores em funções públicas na Região.

Ou seja, nós temos uma Administração Pública Regional envelhecida e é de facto preciso arranjar soluções para este problema.

A criação de incentivos para a aposentação antecipada dos trabalhadores em funções públicas com mais de 60 anos, compensando e desagravando as penalizações para quem voluntariamente o queira fazer, possibilitará certamente a entrada de novos quadros na administração pública e nomeadamente quadros jovens.

Sras. e Srs. Deputados:

A verdade é que o desemprego jovem nos Açores continua a níveis muito elevados, muito acima da média nacional e da média europeia e esta poderia ser uma oportunidade para mitigar este problema.

É certo que não será possível garantir que as vagas libertadas sejam ocupadas exclusivamente por jovens, mas seguramente que muitas delas serão e, portanto, haverá sempre um rejuvenescimento da administração pública.

O CDS é um Partido que se importa com a juventude e, portanto, para o Grupo Parlamentar do CDS qualquer medida, independentemente da sua proveniência,

que vise combater o desemprego e nomeadamente o desemprego jovem, criar mecanismos de fixação de jovens na Região, gerar oportunidades de emprego para jovens qualificados nos Açores, rentabilizando assim a aposta feita na sua formação, será sempre bem vista pelo CDS-PP.

Agora, o que nos parece da maior importância é perceber se este é um programa tendencialmente sustentável ou não, para que nos seja possível avaliar a sua exequibilidade e qual o seu impacto orçamental.

Tendo em conta os dados disponíveis, não nos é possível aferir, com rigor, qual o universo potencial deste programa, uma vez que não existem dados para cada carreira desagregados por faixas etárias, pergunto ao Sr. Deputado do PSD, se no entendimento do Grupo Parlamentar do PSD existe sustentabilidade no Programa ou não. E pergunto ainda porque razão se prevê que o Programa dure apenas dois anos?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que foi apresentada como uma iniciativa que visava criar um apoio à reforma antecipada dos funcionários públicos da Região e por outro lado assegurar a empregabilidade jovem.

Então vamos aos factos efetivos e às consequências desta proposta.

Existem neste momento na Administração Pública Regional, 1 679 trabalhadores, com 60 ou mais anos.

Sendo que a sua vigência é de dois anos, poderá abranger 2 486 trabalhadores, sendo 1 169 assistente operacionais; 450 assistentes técnicos; apenas 160 técnicos superiores e 22 da carreira de enfermagem.

O que esta proposta diz e assume é que quem se aposentar antecipadamente terá, até ao fim da sua vida, uma penalização de 3% por ano, em relação à pensão e ao rendimento que tinha direito até ao fim da sua vida.

O que esta proposta diz é que quem com 60 anos aceitasse esta proposta veria os seus rendimentos, que tinha direito, até ao fim da sua vida, penalizados em 20% do valor que teria direito.

Ou seja, o que esta proposta faz concretamente é penalizar em 20%, e é isso que os açorianos têm que saber. Quem aceitasse esta proposta para se reformar antecipadamente, com 60 anos, iria perder até o fim da sua vida, 20% da pensão que tinha direito e da aposentação que tinha direito, por aquilo que efetivamente tinha descontado.

É esta a realidade. Não é um incentivo à aposentação, mantém uma penalização de 20% do rendimento.

Agora, se todas as pessoas que tivessem nessas circunstâncias, ou seja, com 60 ou mais anos, aceitassem esta proposta, qual o seu impacto, em termos de recursos financeiros?

Em primeiro lugar essa proposta implicaria por parte da Região, um encargo anual de 9 milhões, 89 mil e 18 euros.

Isto é, se os 2 486 trabalhadores aceitassem, teria a Região que assumir por ano, durante 20 anos, 9 milhões, 89 mil e 18 euros.

Mas isso não era problema! Isso até não era problema!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Até me assusta!

**O Orador:** O problema vem a seguir, ou seja, se todos os administradores da administração pública que estivessem em condições, aceitassem esta proposta, iriam perder, repito, perder, até ao fim da sua vida, 9 milhões, 89 mil e 18 euros, de rendimento que tinham direito.

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Por ano, 9 milhões, 89 mil e 18 euros, do rendimento da aposentação que tinham direito, tendo em conta que é ponderado trabalhador a trabalhador, pelo vencimento que tem.

Mais grave, ou seja, as famílias açorianas perderiam 9 milhões e 89 mil; a Região assumia um encargo de 9 milhões e 89 mil, mas o mais extraordinário é que esta proposta fazia ao Estado e à República poupar 18 milhões, 179 mil e 36 e seis euros por ano.

Se nós formos, e como disse o Sr. Deputado António Vasco, e bem, com a esperança média de vida de 80 anos, o impacto total desta proposta, se todos os trabalhadores da administração pública, que tivessem condições aceitassem, o impacto desta proposta seria: a Região iria assumir o encargo ao longo destes 20 anos de 181 milhões, 760 mil e 360 euros, mas esse não era o problema, o grande problema era que o Estado iria poupar, durante este período, de dinheiro que as pessoas descontaram e que deviam ser do rendimento das pessoas, o Estado ia poupar 363 milhões, 560 mil, 720 euros.

Por outro lado, as famílias açorianas, as pessoas que se iriam aposentar, iriam ter uma perda nas suas aposentações, líquidas, mesmo depois da compensação da Região, de 181 milhões, 780 mil, 360 euros, ao longo dos 20 anos.

Esse é o impacto real desta proposta se todos, no universo de trabalhadores que abrangia, aceitassem esta mesma proposta.

Em conclusão, e no primeiro ponto, ao contrário do que foi anunciado esta proposta faz com que o Estado poupe 363 milhões de euros, ou seja, deixe de entrar na Região 363 milhões de euros; os funcionários públicos percam do dinheiro que tinham direito em termos de aposentação, 181 milhões de euros; e a Região teria um encargo adicional, por essa via e desta medida, de 181 milhões de euros.

Em conclusão, esta proposta poupa ao Estado, penaliza as famílias açorianas e não é o mais significativo, resulta neste encargo por 20 anos para a Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em 20 anos!

**O Orador:** Em 20 anos!

Segunda questão: é uma medida de apoio ao emprego jovem.

Eu cito aquilo que disse o Sr. Deputado António Viveiros, leia-se a página 23, do relatório da Comissão: “o recrutamento apenas de jovens legalmente não é possível”, ou seja não pode haver nenhuma proposta que garanta que o emprego seja ou não para jovens.

Portanto, isso foi assumido e está na proposta, não é esta a questão,

Segundo aspeto desta mesma proposta.

Foi anunciado em 2016 e apresentado em junho de 2017. Durante o ano de 2016 e o ano de 2017 obrigatoriamente por lei, todos os concursos que se abriam, eram concursos internos, ou seja, ao serem concursos internos, nada garante que a substituição seria por uma pessoa externa à administração. Havia uma grande probabilidade de ser substituído por trabalhadores da própria administração, não gerando assim uma alteração dessa realidade.

Terceiro aspeto, em relação à matéria de jovens.

Primeiro, como é próprio e bem assumido na Comissão, ninguém pode assegurar emprego jovem no âmbito da administração pública;

Segundo, a proposta quando foi apresentada, obrigatoriamente esses concursos teriam que ser, obrigatoriamente internos e não externos;

Terceiro aspeto, cria emprego para jovens qualificados.

Ora bem, a remuneração média dos aposentados no último ano, no dia que se aposentaram foi, 1 245 euros, ou seja, ao valor médio do vencimento que deixou de se pagar a quem se aposentou o ano passado, foi de 1 245 euros.

Ora bem, cada técnico superior da administração pública, que entra, ganha 1 200 euros. Isto demonstra que não é um fator de substituição de pessoal qualificado pelo não qualificado.

Mais, com mais de 60 anos, existe apenas na Administração Pública Regional, 160 superiores e 22 enfermeiros.

Portanto fica demonstrado que esta proposta não assegura emprego jovem, não garante essa mesma substituição e entramos agora no princípio do equilíbrio orçamental que para mim e para o Governo, nesta matéria é a menos relevante.

Como referi esta proposta em termos de impacto orçamental, no que concerne ao incentivo à aposentação, representará uma poupança para o Estado de 362 milhões de euros, em 20 anos; uma penalização para as pessoas que se aposentam ao longo desse período, em termos líquidos daquele que tinham direito na sua aposentação, de 181 milhões de euros e um encargo para a Região de 181 milhões de euros e assenta na parte no equilíbrio orçamental em outro erro, que diz que o encargo de quem se substitui é metade daquele de quem entra. Seria assim se a substituição fosse na mesma carreira.

Ora bem, como só há 160 técnicos superiores nesta situação, não é possível com uma remuneração média de vencimento de 1 245€, que se poupa por cada aposentado nesse montante diretamente, substituir por dois ou por um técnico superior que ganha exatamente o mesmo.

Mais, esta proposta enquadra-se num outro erro crasso: faz do pressuposto que durante 20 anos não há progressões, nem promoções na carreira da administração pública, porque as contas foram feitas partindo do pressuposto de que se mantinha, como se manteve durante uns anos, sem promoções e progressões na função pública.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Vai descongelar na Região? Boas notícias!



**O Orador:** Felizmente, esta não é a realidade atual da administração regional e, portanto, essas contas também, além de todos os outros argumentários que aqui apresentei, caem pela base.

Eu penso que nós devemos ser construtivos no processo e é isto que o Governo tem para dizer em relação a esta proposta.

Em relação à evolução da Administração Pública Regional, gostaria de anunciar que em 2014 havia 14 123 funcionários públicos em regime de função pública; no final de 2017, 14 729, ou seja, mais 606 funcionários públicos.

Mais, até 30 anos os jovens trabalhadores cresceram 37%, face ao que existia nesse período.

Portanto, a Administração Pública Regional teve, por um lado, um reforço com os mecanismos existentes de juventude e teve um acréscimo. Mas mais importante do que isso, o nosso caminho, o caminho que seguimos, é o caminho correto, é um caminho que não poupa o Estado daquilo que é da sua responsabilidade, não retira ao Estado de pagar aquilo que os trabalhadores descontaram e que são do seu direito, não os penalizando e não faz com que os trabalhadores sejam penalizados para terem a aposentação.

Por isso mesmo, gostaria de anunciar que nos termos da norma que foi aprovada no Orçamento deste ano, quinta feira será publicado no Jornal Oficial, o quadro de autorização de concursos externos da Administração Pública Regional, conforme previsto na administração regional e será quinta feira autorizada a abertura de 762 vagas, em contrato de trabalho em função pública, nomeadamente 318 assistentes operacionais, 187 técnicos superiores, 136 assistentes técnicos, 43 enfermeiros, 21 médicos e 57 noutras categorias, ao que acresce os 192 lugares que já estão em concurso na segunda fase.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É esta a realidade e a nossa proposta para este ano, quinta feira estará publicado no Jornal Oficial, sem poupar o estado, sem penalizar os

trabalhadores da administração pública e sem assumir encargos para vinte anos da administração regional.

É assim que continuaremos e reforçaremos a administração pública, porque este número assenta naquilo que é o nosso cálculo de termos 269 trabalhadores atualmente em funções com 65 a 69 anos; 172, com mais de 60 anos, em baixa e 126 concursos que tiveram a primeira fase interna.

Com isso consegue-se fazer cumprir as necessidades permanentes da administração pública, abrindo concursos externos - porque essa norma foi permitida este ano no Orçamento da Região e no Orçamento de Estado, pela primeira vez - 762 contratos de trabalho em função pública, que quinta feira estará publicado a sua autorização global para serem concursos externos no Jornal Oficial.

Por isso, é com este princípio construtivo de análise da realidade, sem demagogias, sem falsas promessas, sem tentar anunciar aquilo que não se pode fazer, que com rigor nós continuamos a cumprir este objetivo de fazer da Administração Pública Regional, uma Administração cada vez mais qualificada, cada vez mais jovem, mas ao mesmo tempo sustentável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional, agora em discussão, da autoria do PSD, tem como objetivo a criação de um programa de rejuvenescimento da

Administração Pública Regional, designado por Programa Gerações, um objetivo que é obviamente legítimo e importante.

O Projeto assina as dificuldades com que se deparam os trabalhadores da administração pública, e não só, com carreiras longas que pretendem reformar-se antecipadamente.

No entanto fica aqui clara a contradição do PSD Açores, que na Assembleia da República alinha com o PSD a nível nacional, sendo contra a proposta do BE para que não haja penalização para as reformas dos trabalhadores com 40 anos de carreira e 60 anos de idade.

Mas vem agora aqui, o PSD, apresentar uma proposta que procura fazer algo que sendo muito mais limitado, vai afinal no mesmo sentido.

O CDS tem acompanhado esta posição do PSD e o PS que há quatro anos que anda a dizer que quer terminar com esta penalização, mas até agora nada fez.

Durante a presente legislatura já foi efetivamente possível reduzir essa penalização, embora de forma limitada para os trabalhadores com carreiras muito, mas muito longas.

Assim sendo, aos trabalhadores que cumpram estes requisitos, no momento em que acedem à pensão, deixou de ser aplicado, decorrente do fator de sustentabilidade e a redução de 0,5% por cada mês que falte para a idade normal de reforma.

Mas o Bloco não desiste de combater essa injustiça, tendo apresentado em janeiro na Assembleia da República um Projeto de Resolução nesse mesmo sentido.

Estas penalizações, injustas, só se irão manter se o PS quiser, ou seja, se alinhar com o PSD e com o CDS, na Assembleia da República, como até aqui o tem feito.

Para além disso, se as penalizações para as reformas antecipadas dos trabalhadores com carreiras longas terminassem, não seria efetivamente

necessário um programa deste tipo, como o que hoje debatemos e a entrada de pessoas novas, jovens ou menos jovens, na administração pública e no mercado de trabalho em geral, seria obviamente muito mais facilitada e é reconhecidamente difícil a integração de novos trabalhadores na administração regional, até porque existem entraves criados pelo próprio Governo Regional, como seja por exemplo, a utilização abusiva e constante de programas ocupacionais para colmatar necessidades permanentes da administração pública, que deveriam resultar obviamente na sua integração na administração pública.

Seja também, por exemplo, no recurso a trabalho precário como acontece, ano após ano, no caso da carreira docente, ou seja, nos professores.

No entanto, esta proposta levanta algumas questões, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista contabilístico.

É por isso que é fundamental que na Assembleia da República, haja a aprovação das nossas propostas, com vista ao fim das penalizações na reforma antecipada para os trabalhadores com mais de 40 anos de serviço e 60 anos de idade.

Mas não queremos, obviamente, impedir que nos Açores se encontrem soluções diferentes e distintas, por isso o BE irá abster-se na presente iniciativa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Para debater este Projeto de Decreto Legislativo Regional é necessário aprofundar as questões de fundo, relacionadas com a administração pública e em primeiro lugar está a precaridade laboral, que também se tornou um

problema crescente nos serviços públicos. Para nós os direitos dos trabalhadores, são uma questão central.

O PCP tem sérias dúvidas que este tipo de medidas, como esta hoje aqui apresentada pelo PSD, torne mais justo o direito à aposentação.

Dúvidas, ainda maiores, temos em relação à sua legalidade, bem como à sua constitucionalidade, aliás vincadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e das Regiões Autónomas, na audição efetuada em Comissão quando foi elaborado o parecer desse Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Para nós a solução não passa por um programa de aposentações antecipadas temporárias, mas sim, por uma valorização das longas carreiras contributivas.

Tal como na República, o PCP defende o direito à reforma sem penalizações, para todos os trabalhadores com mais de 40 anos de descontos, como uma solução mais abrangente.

Atualmente, um trabalhador que se queira reformar antes dos 65 anos, ainda com 40 anos de contribuições, continua a sofrer um brutal corte no valor das suas pensões.

Esta situação é especialmente agravada com o facto de no nosso País e Região, existirem muitos trabalhadores com longas carreiras contributivas que correspondem a profissões especialmente desgastantes, sem que isso seja devidamente reconhecido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desengane-se quem achar que com programas se vai resolver o problema do direito à dignidade, aposentação e do aumento de oportunidades para os jovens qualificados serem integrados na administração pública.

Não é justo, nem socialmente aceitável que depois de 40 anos de trabalho alguém, qualquer que seja a sua profissão, se veja obrigado a trabalhar para sobreviver, até chegar à idade legal de reforma, sobretudo num quadro marcado

pelo elevado nível de desgaste físico e emocional sujeitos a intensos ritmos de trabalho e quando cumprimos 40 anos de descontos.

Entendemos que com longas carreiras contributivas, de todos os setores de produção e atividade, significam além de mais, descontos ao longo de toda uma vida de trabalho e isso deve ser devidamente reconhecido, designadamente no que se refere aos direitos que lhes são associados, seja em matéria de idade da reforma, seja em direitos de uma reforma e pensões dignas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por tudo isso e também pela duvidosa conformidade constitucional em que se encontra a generalidade desta medida, entretanto, claramente naquilo que são as competências da Assembleia da República, criando consequências vitalícias ao Estado, com medidas temporárias e indo contra a posição das estruturas representativas dos trabalhadores, não pode de modo algum merecer o nosso voto favorável.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta apresentada pelo PSD tem fragilidades enormes que aferem de morte, digo assim.

Isto porque o PSD diz que com este programa visa criar mecanismos de solidariedade e justiça inter geracional e combater o desemprego jovem.

Pergunto: o que se devem considerar jovens? É até aos 30 anos?

Como combater o desemprego jovem?

O Sr. Deputado António Vasco Viveiros, pessoa por quem nutro especial estima, por conhecer há muitos anos e respeito muito, em sede de Comissão reconheceu, e passo a citar: “Não sendo legal, a prática demonstra que 70% das pessoas que concorrem são jovens”.

Logo de seguida rematou dizendo que “o PSD não tem disso conhecimento científico, mas antes empírico”.

Ora, tal constitui um palpite e a governação não se faz com base em palpites, mas sim em rigor.

Depois fala em solidariedade intergeracional. O que acontecerá à franja das pessoas, e que são muitas, com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos? Serão, para o PSD, pessoas fora de prazo, ou parafraseando um colega vosso na Assembleia da República são a tal peste grisalha, a ser considerada a peste grisalha.

Ao contrário, esta medida ao ser aceite, iria criar um conflito de gerações, iria fazer com que tendencialmente os jovens procurassem empurrar os não jovens, ou os grisalhos, para a reforma, portanto criaria uma situação perfeitamente lamentável.

Fala também em desemprego jovem.

Como podem com rigor e sem demagogia assegurar que apenas concorreriam jovens às vagas deixadas às pessoas que iriam para a reforma? Qual era a sustentação legal para isso? Obviamente que não tem nenhuma e relembro que a Constituição da República, quer no seu artigo 13.º, “princípio da igualdade”, quer no art.º 59.º, nos “direitos dos trabalhadores”, prevê que “todos os cidadãos são iguais perante a lei e que todos os trabalhadores sem distinção de raça, sexo ou idade (e que para aqui interessa idade), têm direito ...” e depois descreve-os.

Portanto, seria inconstitucional discriminar pessoas em função da idade, mas tal princípio não é só reconhecido na nossa Constituição, é consagrado também na União Europeia e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Há um parecer dado por um Provedor de Justiça que se refere exatamente ao entendimento da União Europeia e diz que: “a igualdade de tratamento em matéria de emprego e de trabalho, veda a discriminação fundada na idade, que

considerada em si, contente com o direito fundamental ao respeito da dignidade humana. Constitui objetivo geral da União combater a discriminação e razão do sexo, raça, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual”, aliás essa discriminação já levou inclusive que o Tribunal de Justiça da União Europeia viesse a condenar o Banco de Portugal, por ter de uma forma indireta criado uma discriminação quando aceitou pessoas em função da habilitação, apenas a partir do ano “x”, penso que 2008, se não estou em erro.

Portanto, a discriminação não pode ser nem direta, dizendo diretamente que são os jovens, nem indireta, limitando-se, apenas e tão só, a excepcionar alguns casos particulares e que são perfeitamente compreensíveis, como é o caso de profissões que exigem um nível de aptidão física maior, no caso dos bombeiros, por exemplo, portanto seria inconstitucional discriminar pessoas em função da idade.

Mas há outros limites constitucionais e relembro aquilo que disse o Sr. Representante da CGTP nos Açores, em sede de Comissão, e que disse muito bem: “Relativamente ao art.º 167.º, n.º 2 da Constituição, que impõe a proibição de apresentação de propostas que aumentem a despesa, ou diminuam as receitas para o ano em curso”.

Mais, quem é que suportará as despesas com a implementação deste programa? Sem dúvida que será a Caixa Geral de Aposentações, ou o Instituto de Segurança Social, conforme os casos.

Ora, tais despesas são da Administração Central e terão que estar inscritas no Orçamento do Estado. A Assembleia Legislativa Regional, é incompetente para legislar nessas matérias, matéria reservada à Assembleia da República, o que constituiria também ela uma inconstitucionalidade orgânica, portanto a conclusão é óbvia, este vosso compromisso eleitoral, era claramente demagógico, compreensível que à luz desse calor eleitoralista, usassem desse argumento demagógico, agora neste momento não se compreende muito bem e



acredito sinceramente que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tenha sido empurrado para esta situação, sem acreditar verdadeiramente nela, por aquilo que conheço de si.

Agora, pretendem com esta proposta é colocar uma dupla rasteira a esta Assembleia, a este Parlamento e ao Governo.

Os senhores pretendem levar a que se cometam inconstitucionalidades, à semelhança daquilo que os senhores fizeram no Governo da República e que sucessivamente viram declaradas inconstitucionais, normas que puderam apresentar quando eram Governo e aí nesse caso eram realmente doutores, e onerar exponencialmente a despesa da Região, tal nós não aceitamos.

Acresce, que não é verdade que se poupasse o que quer que fosse com a substituição, porque em média, como disse e muito bem o Sr. Vice-Presidente, o salário de quem se reformou situa-se nos mil duzentos e poucos euros e um técnico superior em início de carreira ganha exatamente 1 200 euros, portanto a poupança era residual ou quase nenhuma.

É por isso que este programa não merecerá o voto do PS.

O PS não vai embarcar na vossa douda, digo (ia dizer outra coisa) praxis de ver diplomas declarados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, como aconteceu sucessivamente nos governos do PSD e do CDS-PP.

Os senhores enquanto Governo mandaram emigrar os jovens, agora e aqui na oposição com este programa convidam os outros não jovens a emigrar, para isto não contem com o PS.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pela intervenção do Sr. Deputado Manuel Pereira, que participou nos trabalhos da Comissão, interveio, o Sr. Deputado San-Bento também (não está cá presente).

Relativamente às questões que levantou, começo por reconhecer que uma das questões que foi levantada, nomeadamente o art.º 6.º do Projeto, relativamente à abertura do concurso, efetivamente tem uma falha e nós já preparamos uma proposta de alteração que dará entrada daqui a pouco, simultaneamente também, com uma alteração do art.º 11.º relativamente à entrada em vigor, ainda que essa questão possa ser ultrapassada para que coincidissem com a entrada do Orçamento do ano seguinte.

Mas relativamente ao art.º 6.º a questão é esta: de acordo com uma Resolução que é a 178/2009, de 24 de novembro, do Conselho do Governo, a abertura de um concurso externo pressupõe primeiro que seja aberto um concurso apenas a quem tem vínculo à função pública, portanto a alteração que nós sugerimos e se esse diploma fosse aprovado, já percebemos que não é, é evidente que esta fase de concurso interno e para que houvesse uma relação mais próxima entre a aposentação e a entrada do novo funcionário da administração, que se dispensasse o concurso interno, ainda que quem tem vínculo também poderia concorrer.

Portanto, essa questão foi levantada de uma forma pertinente e nós reconhecemos que era relevante, daí que também se tenha preparado uma alteração, que seria entregue agora.

**Deputado António Marinho (PSD):** A intervenção do Sr. Deputado Manuel Pereira foi totalmente destruída!

**O Orador:** Quanto à questão dos jovens, quer no articulado, quer no preâmbulo, quer naquilo que foram as várias intervenções na Comissão, nós nunca, mas nunca, colocamos a questão de que havia obrigatoriedade ou qualquer privilégio para os jovens.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Ao contrário do preâmbulo!

**O Orador:** A questão é que neste momento não há qualquer ...

**Deputado João Vasco (PS):** O senhor disse ainda há bocadinho!

**O Orador:** Oh, Deputado João Vasco, eu já respondo!

... mecanismo legal e isso foi reconhecido desde a primeira reunião da CPG, desde a primeira audição, aliás uma questão colocada pela Sra. Deputada Sónia Nicolau, foi dito claramente que não há qualquer mecanismo legal que possa obrigar, mas é estranho.

Portanto, concordamos todos com isso, a questão aqui tem a ver com o mercado.

Neste momento, dos desempregados no final de 2017, 60% estão na faixa etária dos 15 aos 35, portanto é natural que quem concorre, a maior faixa da população desempregada é aquela que concorre, portanto resulta claramente daquilo que é o mercado a funcionar, se há mais gente desempregada que tem menos idade e que está na faixa até aos 35, é natural que sejam esses que prioritariamente concorram, até porque estamos a falar da base de carreiras.

Mas essa questão, também acho estranho, e não quero qualquer polémica com isso, mas recordo o programa eleitoral do PS, página 22, o ponto 1.5.1 “vulnerabilidade da administração pública”, diz o seguinte numa das medidas: “fomentar o recrutamento de jovens quadros de nível superior”.

A pergunta que faço é: como é que o PS pretendia fomentar o recrutamento de jovens para a administração pública, sem violar o princípio da igualdade relativamente à idade.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não era assim, Sr. Deputado!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Sra. Deputada, se ler o que consta da medida, pág. 22, eu coloco a questão: qual era a maneira que tinham, que instrumento é que tinham?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Estão a arranjar uma armadilha para se enganarem a si próprios para uma coisa que era boa para os açorianos!

**O Orador:** Nós estamos a defender exatamente que haja qualquer mecanismo legal, mas isso está demasiado esclarecido, estamos a perder demasiado tempo com essa questão.

Quanto ao envelhecimento da administração pública, que foi uma questão que o Sr. Manuel Pereira também levantou, é verdade e há razões históricas, a administração regional passou a crescer a partir de 76,77, 78 ...

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**O Orador:** Estou a responder a quem questionou e depois faço a ronda.

*(Diálogo entre as várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Os dados que nós utilizamos relativamente à situação da administração pública, é um documento publicado obrigatoriamente, que é o

relatório de recursos humanos, o último que temos é o de 2016, pelos vistos o de 2017 já está disponível.

*(Diálogo entre os Deputados das várias bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** Os dados que nós temos relativamente à situação da administração pública, os vários efetivos, os grupos etários, consta do relatório de recursos humanos de 2016, que é um documento obrigatório, pelos vistos o Sr. Vice-Presidente já tem os dados de 2017, devem estar a sair, senão estão publicados, não vi esta semana, mas é natural que estejam.

Mas os dados são esses, são cerca de 14 300 trabalhadores com vínculo à função pública e em termos de envelhecimento de facto acontece o seguinte: com mais de 40 anos, em 2016 (em 31 de dezembro) eram 79%, ou seja 79% dos trabalhadores da administração pública, com vínculo, tinham mais de 40 anos, ou seja, é evidente que é um dado que resulta daquilo que é a história da constituição da administração regional, mas é um facto que também tem consequências e essas devem ser analisadas.

A questão da sustentabilidade, e eu admito que seja uma matéria complexa, mas claramente põe em causa aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente e começa por, utilizando os dados, parte logo de um pressuposto errado.

O Sr. Vice-Presidente diz que há 2 400 pessoas, com mais de 60 anos na administração pública, ou 2 400 assistentes operacionais, ou que poderão ser 2 400, o programa tem a validade de dois anos, quem está na faixa etária ...

Tudo bem, essa questão é correta, neste momento, ou com dados de 2016, são cerca de 1 500.

Os dados deste relatório não discriminam por categorias profissionais, aliás, é uma recomendação que faço, ficaria muito mais enriquecido se essa informação

tivesse discriminada, seguramente nos próximos. Reconheço que tive essa dificuldade que é, quem está em cada uma das faixas etárias a partir dos 60 anos, quais são as carreiras que estão integradas, nós não temos essa informação.

Portanto admito que tenha, é natural, uma base de dados, tem a informação com isso.

**Deputado André Bradford (PS):** Os senhores são muito sensíveis às informações que os outros têm!

**O Orador:** Agora, claramente ponho em causa os seus números porque assim de uma forma muito rápida dá-me ideia que as contas que foram feitas, e teríamos gosto de vê-las, é que toda essa faixa dos 2 400, ou potencialmente dos 1 400, aparentemente todos eles teriam 60 anos e fez as contas dos 60 aos 66, ou seja, de uma forma clara por cada mês de antecipação são 5%.

Se fizer as contas entre o fim de cada uma carreiras, vamos para a carreira que há mais funcionários que é a carreira de assistente operacional, pelas contas que fiz, podemos repetir essas contas, se fizer a diferença entre o fim da carreira ou a antepenúltima posição da carreira e se comparar com a base, para o período de 25 anos, partindo do pressuposto que há um trabalhador que se reforma aos 60 e que essa penalização é compensada em 50% pelo Orçamento Regional, Sr. Deputado João Vasco Costa, é o Orçamento Regional que suporta esse encargo, não é o Orçamento da República, aquilo que era o encargo para 25 anos num trabalhador assistente operacional, seriam 14 000 euros para o período de 25 anos.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, chegar a 90 milhões de euros, há claramente um desfasamento entre os seus números e os meus.

Fazendo as contas àquilo que são os proveitos do Programa que é a diferença entre o que se pagava a quem está no fim da carreira e que antecipa a sua saída

há claramente um desfasamento entre os seus números e os meus e eu estou disponível para discuti-los.

Quanto à questão que acho que é demagogia, é evidente que quem pede a reforma antecipadamente é penalizado voluntariamente, tendo em conta um conjunto de decisões da sua vida, sendo certo que quem pede a reforma aos 64 ou aos 65 e, portanto, só antecipa 1, 2, 3 anos, tem um encargo e uma penalização muito inferior a quem pede aos 60 anos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas não há diferença!

**O Orador:** Portanto, claramente ponho em causa as suas contas, a forma como as fez. As minhas não são essas, quando quiser discutir o assunto estou disponível.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser ainda mais pormenorizado de acordo com o que disse.

Se todos os 2 486 funcionários aceitassem essa proposta, a parte correspondente ao encargo da Região anual, em relação àqueles que estão neste momento situados na faixa dos 59 anos ou 58 anos que abrangem os 60, era ano, 3 milhões, 440 mil, 527 euros; aqueles que já têm 60 anos, um milhão, 608 mil, 447 euros; aqueles que têm 62 anos, 1 milhão, 500 mil, 893 euros e 57 cêntimos; 62 anos, 904 mil, 139 euros; 63 anos, 634 mil, 768 euros; 64 anos, 385 mil, 79 euros; 65 anos, 215 mil euros; 66 anos ou mais, 70 mil, 385 euros.

São esses os dados concretos que totalizam, 9 milhões de euros por ano, são o somatório destas componentes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso não é nada!

**O Orador:** Nove milhões, por ano, é a parte que a Região se substitui à responsabilidade do Estado e passa a assumir, mas como a penalização para as pessoas é outra metade, é mais 9 milhões exatamente iguais por ano, que as pessoas até ao fim da sua vida deixariam de receber ...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Voluntariamente!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é uma desonestidade que o senhor faz!

**O Orador:** ... e o somatório das duas partes, quer dizer que eram 18 milhões de euros por ano, que o Estado poupava.

Mais, eram 18 milhões de euros por ano, que estavam destinados a pagar estas reformas, dos descontos destas pessoas, que o Estado ficaria com o dinheiro, que a Região ia assumir responsabilidades que não são suas e que as pessoas iam até ao fim da sua vida ser penalizadas por algo que não devem ser penalizadas. É este o modelo conceptual que está errado.

Isto tudo para quê? Tem como um objetivo incentivar o emprego jovem, já vimos que não incentiva.

Mas mais importante do que isso é que visa criar condições para novas contratações.

Ora bem, o que nós anunciamos aqui é que depois de amanhã será publicado no Jornal Oficial, a autorização de ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Como é que sabe que é depois de amanhã?

**O Orador:** Porque eu é que assinei o despacho!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mandou para publicação!

**O Orador:** Mande para publicação!

... 762 contratos de trabalho em funções públicas, ao qual se adiciona os 192 que estão em segunda fase e que totalizam este ano um conjunto de concursos



de 954 contratos de trabalho em funções públicas para a Administração Pública Regional, ou seja, por outras palavras nós conseguimos esse objetivo de forma mais rápida, mais célere, sem poupar nada ao Estado, sem penalizar quem se aposenta e sem criar um encargo futuro para a Administração Pública Regional, que não é necessário.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para informar que vou fazer entrar na Mesa um requerimento de baixa à Comissão deste diploma ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Ahhhhh!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Escondeu informação que vai ter que explicar!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que o Sr. Deputado Duarte Freitas possa fazer a interpelação.

**O Orador:** Sra. Presidente, porque este diploma foi discutido na Comissão, o Sr. Vice-Presidente do Governo não foi à Comissão, não disponibilizou os dados que aqui apresenta e que não sabemos se são verdadeiros ou não verdadeiros e vai ter que ir à Comissão explicar isto, não vai vir para aqui brincar com os Srs. Deputados.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Vais aprender! Podes fazer isso com a Dra. Olga e mandá-la não dar trabalho à Dra. Seidi, mas aqui não brincas!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

A Mesa aguardará a entrada do requerimento para depois ser votado.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra para?

Para se inscrever no debate?

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, o que o Regimento diz ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não me obriguem a ter que fazer um intervalo porque penso que não há necessidade disso.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o que o Regimento diz é que ao abrigo do art.º 134.º pode entrar um requerimento por escrito na Mesa, que depois de entrado será imediatamente colocado à votação, sem direito a debate.

Portanto, é que o Regimento diz, tenho que aguardar, até lá o debate continua naturalmente.

*(Aparte inaudível)*

**Presidente:** Está inscrito, mas eu tenho outras inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade de analisar o relatório e de facto em relação ao relatório o que é evidente é que o Governo Regional se fez representar pelo Sr. Secretário Berto Messias, não forneceu qualquer tipo de informação.

Depois, temos também intervenções da parte do Sr. Deputado José San-Bento a dizer que via muitos aspetos positivos na proposta.

A questão que se colocou é esta: eu acho que o Governo Regional, em relação a esta matéria agiu com má fé institucional...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... porque o que foi referenciado, até por diversos intervenientes do PS, era de que a proposta necessitava de esclarecimentos, precisava de afinar alguns pressupostos, portanto era valorizada de forma positiva.

O que o Governo fez foi preparar uma emboscada, uma emboscada em relação a esta proposta, porque a verdade é esta: este mecanismo para os trabalhadores que se querem reformar a partir dos 60 anos, não existe e este mecanismo também de permitir que os jovens possam entrar na função pública, na administração regional, também não existe.

Portanto, em relação a esta matéria os senhores não têm nenhuma proposta, não têm nenhuma solução.

O comportamento de um Governo que está no poder há 22 anos, deveria ser um comportamento de humildade, um comportamento de colaboração institucional, mas o Governo não esteve disponível para retirar nenhuma dúvida e não esteve disponível para fornecer nenhum dado. O Governo esteve disponível apenas para destruir as propostas dos outros partidos.

Este é o vosso problema. É o problema de não contribuírem para o diálogo institucional, de não terem qualquer tipo de solidariedade em relação à resolução destas questões.

Termino dizendo o seguinte: também os senhores, um dos problemas que os senhores apresentavam aqui que era de facto, como é que se fomenta o recrutamento dos jovens quadros de nível superior? Os senhores também no vosso programa eleitoral têm esta medida proposta, portanto, os senhores não acham que seja impossível.

Por exemplo num afinamento desta proposta, que seria muito positivo, é que os senhores então nos dissessem qual é o mecanismo que permite o recrutamento de jovens, para aqui ser inserido na proposta.

Por isso, nesse sentido, os senhores têm resposta, ou colocaram no Programa do Governo e no programa do vosso partido, algo que não pode ser feito?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nós é que vamos ensinar a fazer!

**O Orador:** Então se pode ser feito, se os senhores têm um mecanismo perfeito, esse mecanismo pode ser integrado nesta proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço às Sras. e Srs. Deputados que me ajudem na condução dos trabalhos porque efetivamente com este barulho não se consegue trabalhar, nem eu própria consigo concentrar-me.

O Sr. Secretário Regional, julgo que pediu a palavra para um protesto. Um protesto a?

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Fomos acusados de má fé institucional, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Dispõe de 3 minutos.

**(\*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de fazer um protesto relativamente a esta afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, ...

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Ficam ofendidos por ouvirem as verdades!

**O Orador:** ... sobre a forma como o Governo esteve neste processo, para clarificar o seguinte: o Governo dos Açores esteve na Comissão de Política Geral a pronunciar-se sobre esta matéria, representado por mim, Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

Nessa Comissão, o Governo dos Açores pronunciou-se sobre esta proposta e fez um conjunto de perguntas e apresentou um conjunto de pedidos de esclarecimento ao proponente da proposta, ou seja, o PSD.

Era o que mais faltava, que o Governo é que tivesse que justificar a proposta de um partido da oposição. Era o que mais faltava!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): O Governo tem é de ser sério e ter boa fé!

**O Orador:** Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo esteve na Comissão, com a responsabilidade de sempre, colocou várias questões, nenhuma delas foi respondida pelo proponente ...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não é verdade!

**O Orador:** ... nenhuma delas foi clara pelo proponente, quer o impacto orçamental, quer o nível de penalização de quem quisesse beneficiar deste

programa. Nada! Nada disso foi respondido! O Governo esteve lá representado ...

**Presidente:** Sr. Secretário tem que se limitar ao protesto.

**O Orador:** ... e está aqui agora representado pelo Sr. Vice-Presidente nesta discussão.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Os senhores é que não sabiam os dados!

**O Orador:** Portanto, nós não temos culpa que o PSD não saiba justificar as suas próprias propostas.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é uma resposta ao PPM!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Para contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\* Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mantenho a minha afirmação: má fé! Má fé institucional! E essa má fé por parte do Governo acabou de confirmar-se agora nesta intervenção do Sr. Secretário Berto Messias, que aproveitou esta capacidade regimental, para responder ao PSD e não ao PPM, que era o alvo do protesto. É isto que se chama má fé!

Ainda por cima, omitindo e mentindo sobre os factos apresentados.

Por exemplo, dizia: “O PSD não respondeu às questões!”.

Olha-se para o relatório, o que é que diz aqui? Diz aqui: “O Deputado António Vasco Viveiros, na qualidade de proponente explicou ...”.

No parágrafo seguinte: “O Sr. Deputado António Vasco Viveiros, explicou, em relação às perguntas que o Sr. Secretário Berto Messias fez ”.

Portanto, não é verdade que não lhe tenham respondido às questões!

Agora, o que é verdade é que ele não respondeu às questões que lhe colocaram.

Vejam o que é que está no relatório: “O Secretário Regional, a uma pergunta do BE respondeu, naquele momento não consegue fornecer esses números”.

O Deputado António Lima, o que é que lhe tinha perguntado? Qual seria o universo de pessoas com mais de 60 anos na administração pública? O que é que o senhor disse? Não tenho esses dados! O senhor não respondeu naquele momento! Naquele momento não os tinha, mas entretanto o Sr. Secretário Berto Messias não os fez chegar. Naquele momento não os tinha e continuou a não ter até este debate.

Portanto, isto mostra a sua preocupação, agora também mostra uma coisa, o senhor também diz, e isto mostra mais uma vez a má fé institucional, o senhor disse que a sua preocupação era também ...

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que é importante reformar a administração pública, no sentido de a rejuvenescer.

Portanto, o senhor também considera que isto é possível e nessa perspetiva o senhor até concordou com o objetivo da proposta que lhe estava a ser apresentada.

Agora, o que o senhor não tinha era os dados e o que o senhor não forneceu foi os dados nem naquele momento, nem em momentos posteriores. Isto é má fé institucional!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Não disse que os ia fazer chegar!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pediu a palavra para uma interpelação, mas eu apelo que seja uma interpelação à Mesa para não alimentarmos este debate paralelo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação?

**Presidente:** Uma interpelação à Mesa!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas é que é só a utilização de figuras regimentais!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados:

A Mesa está cá para gerir os trabalhos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o requerimento não tem que ser votado de imediato?

**Presidente:** Se eu entender que o Sr. Secretário Regional não está a fazer uma interpelação à Mesa, terei que lhe chamar à atenção, como é habitual.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas o requerimento não obriga à votação imediata?

**Presidente:** Não! Tanto é que eu tive que dar a palavra ao Sr. Secretário Regional para o protesto.

Portanto, eu estou a cumprir com o Regimento.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação à Mesa.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma interpelação porque me parece importante, tendo em conta as afirmações agora acabadas de proferir, que o Sr. Relator da Comissão de Política Geral, ou mesmo o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, possam esclarecer o que lá se passou.

Isto porque, quanto à frase que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isto é uma interpelação, Sra. Presidente?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados:



Sr. Secretário Regional, pede que o Relator da Comissão ...

**O Orador:** Esclareça o que foi dito na Comissão, porque a frase que está referida no relatório, não diz tudo. A frase que está lá referida não diz tudo!

**Presidente:** Sr. Secretário, peço-lhe que não entre ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Secretário, peço-lhe, naturalmente, que não entre no conteúdo nem da frase, nem das suas expressões porque não cabe nesta figura regimental.

**O Orador:** Eu gostaria então de solicitar ...

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Secretário Regional.

**O Orador:** Eu gostaria que solicitasse ao Sr. Relator da Comissão que pudesse clarificar a imprecisão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acaba de referir...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Imprecisão!?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Mas há aqui outros presidentes e relatores e o relatório foi votado pelo PS!

**O Orador:** ... porque foi dito na Comissão, relativamente aos dados solicitados pelo BE, que os dados eram públicos, que eu não tinha esses dados, mas esses dados eram públicos. Isto foi referido pelo Sr. Presidente da Comissão, António Soares Marinho, porque os dados da administração pública, eram públicos. Isso foi referido em sede de Comissão.

Portanto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, está a misturar tudo convenientemente.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, como sabe não pode continuar nesse registo.

Obrigada pela interpelação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho fundamental, depois da interpelação realizada pelo Governo Regional, ler outra vez a frase que está aqui no relatório:

“O Secretário Regional respondeu que naquele momento não consegue fornecer esses números”: Ponto final.

Portanto, Sra. Presidente, o que eu quero dizer a esta câmara é que eu li tudo o que está escrito. Não posso ler coisas que não estão escritas.

Mais uma coisa fundamental, é que o PS votou favoravelmente este relatório, portanto ele corresponde ao que foi dito.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica também registada a sua interpelação.

Nós vamos passar à votação do requerimento, uma vez que ele foi admitido pela Mesa porque é subscrito pelo Grupo Parlamentar do PSD, portanto é um requerimento ao abrigo do 134.º que requer nova baixa à Comissão, neste caso à Comissão de Política Geral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

*(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O requerimento de baixa à Comissão apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** O requerimento foi chumbado, pelo que o debate continua, mas vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

*Eram 18 horas e 23 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estava inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entretanto houve aqui vários episódios, mas a questão e aquilo que me fez novamente pedir a palavra tem a ver com a última intervenção do Sr. Vice-Presidente, relativamente a uma questão que tinha colocado, no sentido de que precisasse as contas que tinha feito, continuei sem qualquer resposta, exceção apenas a que dividia o montante global que tinha informado na sua primeira intervenção e dividia por cada um dos anos (com 59, 60, por aí adiante).

Ou seja, a pergunta é aquilo que eventualmente me permitira confrontar com os números que tenho, e dou um exemplo muito concreto: um assistente operacional que com 60 anos peça a reforma antecipada, aquele assistente, qual é o encargo que gera para a Região no conjunto dos 25 anos, que é 20 anos, que

é a esperança de vida dele, foi um pressuposto, não sei o seu qual era, e mais 5 anos de um cônjuge sobrevivivo?

Pelas minhas contas, entrando com o vencimento do penúltimo ou antepenúltimo escalão da carreira, aquilo que é o vencimento da carreira, mesmo que fossem 2 400 e todos eles pedissem com 60 anos, cumprido 25 anos, não dava os valores que o Sr. Vice-Presidente avançou, mas também percebo que a sua bancada já o dispensou de qualquer esclarecimento adicional, na medida em que impediu que esse diploma baixasse à Comissão.

Portanto, da minha parte para além daquilo que queira voluntariamente fornecer de informação, para além disso ficamos com a curiosidade de como é que fez as suas contas, mas mantenho a minha dúvida, ou fortíssimas dúvidas, relativamente à forma como calculou, até porque posso deixar aqui e sabe isso, se um assistente operacional que ganha 900 ou 950 euros, em final de carreira, se pedir a reforma aos 60 anos, a penalização que tem são 36%, os 6 anos, mais um ou dois meses. Aquilo que seria o encargo do Governo Regional, seria 50% dessa penalização, estamos a falar de 170, 175€, para um período de 20 anos e 50% desse valor, havendo um cônjuge sobrevivivo.

Portanto, com dados desses, com 2 400, partindo do pressuposto que todos aqueles que podiam, pediam, mesmo assim não chegamos aos valores que o Sr. Vice-Presidente apresentou, portanto eu mantenho fortíssimas dúvidas relativamente a todos os seus cálculos.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que todos nós percebemos muito bem o que se passou aqui neste debate há pouco.

O que se passa é muito simples de explicar, eventualmente para quem esteja menos familiarizado com a forma como nós organizamos o nosso debate.

O que se passou foi uma tentativa de inverter o ónus da prova e pôr o Governo Regional a ter que explicar a proposta do PSD, que o PSD não consegue explicar.

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**O Orador:** Portanto, é muito simples de perceber que nós funcionamos da seguinte forma: há um proponente ou vários proponentes de uma iniciativa, tem uma ideia, materializam essa ideia num documento e esses proponentes é que têm que explicar o que lá está, o que pretendem, por que é que propõem e qual é a fundamentação.

É evidente que estamos que estamos num sistema, e bem, que obriga a uma dependência do Governo em relação à Assembleia e que o Governo tem que explicar as suas iniciativas, as suas ações políticas.

Mas isso não quer dizer que o Governo tenha que vir aqui explicar as opções políticas do PSD, nem ter os documentos que o PSD queria que tivesse, quando o PSD quer que eles existam, portanto foi fácil de perceber que, por dificuldades próprias do PSD...

**Deputado Francisco César (PS):** Claro!

**O Orador:** Oh Srs. Deputados, vamos ser muito claros, os senhores têm essa proposta há dois anos, há dois anos que apareceu esta ideia, em plena campanha eleitoral e na altura já alguém, vários partidos, incluindo o PS, solicitavam ao PSD: “Digam lá como é que se faz isso! Expliquem lá que contas são essas! Mas quanto é que isso custa? Quantas pessoas envolve?”.

E estamos há dois anos à espera de perceber o que os senhores pretendem fazer e onde é que estão as contas.

Os senhores gostam muito do relatório da Comissão de Política Geral, pois eu também gosto e também fui ver. Na Comissão foi solicitado ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, na qualidade de representante do partido proponente, que apresentasse os estudos que o senhor disse na Comissão que tinha e que fundamentavam a sua proposta. Já passou, não sei quanto tempo e o senhor ainda não apresentou esses estudos.

Portanto, quem tem que apresentar as contas que não apresentou, nesta Assembleia, são os senhores, ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... que se recusaram até agora a apresentar contas que sustentam uma ideia que toda a gente já percebeu que não é possível de executar e que não vai levar àquilo que os senhores querem que se produza. Está mal feita! Está mal pensada! Está mal fundamentada!

Portanto, quem está em falta com esta Casa, com as contas que tem que justificar aquilo que pretende fazer, é o PSD na qualidade de proponente. Onde é que estão as contas Sr. Deputado António Vasco Viveiros?

O senhor desde o início do debate em Comissão deste assunto, foi-lhe solicitado, por várias vezes, que o PSD fizesse chegar os estudos que o senhor disse que tinha, que sustentavam o que se pretendia fazer. O senhor disse “com certeza!”, mas com certeza chegamos até aqui e com certeza não há estudos nenhuns da parte do PSD, nem contas nenhuma.

Portanto, ficou claro, parece-me a mim, que houve dificuldade de justificar, houve dificuldade de fundamentar e em função disso há uma tentativa de virar o assunto para cima daqueles que não têm nenhum tipo de responsabilidade em justificar aquilo que os senhores querem fazer.

Portanto, desse ponto de vista nós votamos negativamente o vosso requerimento de baixa à Comissão, mas isso não significa que nós não queiramos prosseguir o debate. Aqui estamos! O debate pode prosseguir e nós continuamos à espera

da sustentação técnica fundamentada daquilo que os senhores dizem que querem fazer, coisa que em uma hora e tal, ou duas, de debate, ainda ninguém percebeu porque os senhores estão mais preocupados e demoram mais tempo a gerar confusões e incómodos com o Governo, do que propriamente em explicarem a sua proposta. Essa dúvida, felizmente, não é só nossa.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os senhores vão chumbar a proposta e querem explicação!

**O Orador:** Durante a campanha eleitoral, quando o Sr. Deputado Duarte Freitas anunciou esta sua intenção, logo aí houve um conjunto de debates envolvendo os vários partidos e logo aí, também, alguém dizia: “O senhor tem muita dificuldade em quantificar, ou não quer quantificar, mas esse Programa a mim parece-me uma forma de usar a função pública como um instrumento para ganhar votos”. Isso foi-lhe dito ali pelo Sr. Deputado Artur Lima num debate televisivo.

**Deputado Francisco César (PS):** Há dois anos!

**O Orador:** Portanto, há dois anos que os senhores têm essas acusações.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Ele já explicou!

**O Orador:** Há dois anos que os senhores têm as contas para apresentar; há dois anos que os senhores têm que explicar ao Sr. Deputado Artur Lima o que é que pretendem fazer e não explicam e então a culpa disso é, no último dia no debate aqui em Plenário, do Governo Regional. Ninguém acredita nisso, Sr. Deputado!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Por mais que se explique os senhores não entendem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**(\*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, em Comissão, a questão financeira foi naturalmente discutida ...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor apresentou estudos?

**O Orador:** ... e nós discutimos e apresentamos os pressupostos que levavam.

É evidente que tecnicamente quem conhece essa matéria sabe que há um conjunto de premissas que podem acontecer ou não.

Nós não estamos aqui a propor a compra de duas toneladas de um género qualquer, portanto há aqui um conjunto de condicionantes, há informação relativamente à administração pública e o Sr. Vice-Presidente já a reconheceu que não consta dos dados, portanto há aqui um conjunto de pressupostos e foi com base nesses pressupostos que nós apresentamos, que continuamos a defender que tendencialmente perante aqueles pressupostos a medida pode ser tendencialmente neutra e essa é uma questão que tecnicamente os senhores perderam oportunidade de poder ser discutida, confrontando aquilo que eram as contas do Sr. Vice-Presidente, com aquilo que era a nossa abordagem.

**Deputado Carlos Silva (PS):** A sua abordagem também não existe!

**O Orador:** Aliás, admito que também agora, e era natural, que o Sr. Deputado André Bradford também tivesse curiosidade em ver com detalhe aquilo que são as contas que foram apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** O que interessa são as suas!

**O Orador:** Aliás, era legítimo se é um diploma que reconheceram que tinha algumas vantagens e que tendencialmente teria vantagens do ponto de vista do emprego, também era natural - havendo aqui uma informação financeira que aparentemente desmontava do ponto de vista financeiro - que tivessem curiosidade de conhecer as contas que a Vice-Presidência apresentou.



Se estavam à espera que se apresentasse um mapazinho: “olhe, isto vai custar tanto”, esta matéria não permite fazer isso, permite conceber pressupostos que são realistas e posso dizer-lhe que um assistente operacional, nas condições, se for para a reforma com 60 anos, se ganhar 900 euros, conseguimos saber o que é que custa aquele assistente operacional.

Agora quantos serão candidatos ao sistema, quantos estão disponíveis para voluntariamente aceitar o sistema, ninguém pode apresentar isso.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Pode traçar cenários!

**O Orador:** Portanto, há aqui um conjunto de variáveis que não se pode estar aqui a atirar um número, isso vai custar “x” e o Sr. Vice-Presidente sabe disso.

Aliás, nós aceitamos todas essas preocupações, mas há um conjunto de medidas que são apresentadas aqui que o próprio Governo quando as apresenta em termos de apoios, não sabe exatamente quantas pessoas serão candidatos e qual é o impacto orçamental.

Portanto, isto faz parte da governação e também relativamente a este diploma e esta proposta, eventualmente em sede de regulamentação ou em propostas de alteração, algumas dessas preocupações do Governo podiam ter sido apresentadas e podiam de alguma maneira travar o impacto orçamental.

Dou um exemplo, nós não apresentamos: podiam por exemplo apresentar uma medida em que em cada dois que se candidatassem ao programa, só era admitido um.

Portanto, há aqui um conjunto de matéria, havendo boa fé, que podiam ter sido apresentadas e eu tenho pena que em Comissão não tenha estado o Sr. Vice-Presidente, pois teria sido possível discutir outras questões ...

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Isso é ofensivo para mim!

**O Orador:** ... e haviam dúvidas que tinha que podia ter apresentado e o Sr. Secretário Berto Messias, peço desculpa, mas não me recordo de nenhuma pergunta que eu não tenha respondido.

Lamento é que a sensação que fiquei relativamente a uma pergunta que me fez, o senhor não tinha estudado o diploma, quando perguntou, não sei se está no relatório, se por cada dois que iam, só entrava um. Tive que responder-lhe que não, a relação era de um para um.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Isso estava no preâmbulo da sua proposta!

**O Orador:** Não está! Continua a não estudar o diploma! Não estava no diploma colocou-me a questão. Não tem mal nenhum, o senhor vai muitas vezes a Comissões é natural que nalgumas não tenha, mas não me acuse de não ter respondido às questões!

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Bom, estamos começando a chegar mais perto do fulcro da questão.

O Sr. Deputado em Comissão, ao apresentar a proposta e depois ao debatê-la disse que tinha feito umas simulações, mas não as entregou e o senhor aqui disse: “Bom, isto é difícil, esta matéria é muito difícil, isto de saber exatamente se entram dois ou três, quanto é que vai custar, é tudo um bocado difícil, mas eu fiz umas simulações, só que não posso entregá-las!”

Conclusão, vamos então pôr isso por pontos.

O senhor não consegue explicar as contas, é tudo mais ou menos, mais ou menos custa isto, pode ser que sim, entram estes, pode ser que não entrem, é voluntário se calhar não entram! Não sabe explicar as contas.

O senhor não consegue garantir que quem vai entrar na função pública através deste Programa são jovens. Não pode ser! Não se consegue garantir, porque é ilegal, porque é inconstitucional, não se pode garantir!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É tão ilegal como o vosso programa do governo!

**O Orador:** O senhor não consegue garantir que essas vagas serão ocupadas por pessoas que não estão neste momento na administração pública.

Não sabe quantas é que serão por mobilidade, por concurso interno. Não sabe!

Mas tem a certeza que tem um ótimo programa de combate ao desemprego jovem e um ótimo programa de renovação da administração pública. Oh, Srs. isso é um milagre da política! Isso é alquimia, ninguém sabe o que é isto, mas é ótimo! Eu não sei as contas, mas isso vai dar certo! Eu não sei quanto é que custa, mas não é muito caro! Eu não sei se são jovens, mas vai ser bom para a juventude!

Oh, Srs. Deputados, eu percebo que tenha que voltar à Comissão, tem mesmo, teria mesmo, se os senhores fizessem outra coisa e apresentassem outra coisa na Comissão, agora com isto, já toda a gente percebeu, não vamos a lado nenhum! Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado André Bradford voltou outra vez a fazer aqui aquilo que alguém que está num debate deve evitar fazer e deveria ter a seriedade de não fazer, que é fazer citações, sem ler, de afirmações que o Sr. Deputado terá realizado.

Enquanto o senhor estava a fazer, estava aqui a ler e as citações que o senhor fez servem para ridicularizar, mas tem um problema grave, não foram ditas pelo Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Oh Sr. Deputado, ninguém aqui ridicularizou ninguém!

**O Orador:** Portanto, isso é uma forma de fazer política muito pouco séria, Sr. Deputado! Muito pouco séria!

Mais, eu compreendo que, como não tem argumentos inventa argumentos, mas para si eu percebo, o senhor já foi liberal, agora é socialista; o senhor já foi conservador, agora é de esquerdas. Para o senhor, o senhor é tudo e mais alguma coisa! O senhor já tomou posições sobre tudo e mais alguma coisa!

**Deputado Francisco César (PS):** Isto não é ofensivo?! Parece-me!

**O Orador:** Não! Isto é um facto! São factos! O senhor é republicano e já foi monárquico!

Portanto, é evidente que o que não tem credibilidade é o seu discurso Sr. Deputado! O que não tem credibilidade é o seu discurso, porque o senhor já foi tudo e mais alguma coisa, Sr. Deputado!

O que lhe quero dizer é esta a questão: o senhor acha admissível ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** O senhor já foi muita coisa! Já foi anti Mário Soares, já foi anti Guterres, já foi muita coisa.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vamos fazer com que voltemos aos protestos e às defesas da honra.

**O Orador:** Certo! Mas estas citações também que não existem, coisas que não estão aqui escritas, não é correto, Sra. Presidente e eu fico indignado com este tipo de debate político.

Eu devo dizer o seguinte, o que aqui está escrito é: o Secretário Regional que chegou à Comissão, de mochila, chegou lá e não sabia nada de nada, quer dizer, vai debater o Programa Gerações, sobre reformas e tal, e os mais de 60 anos e tal, e o senhor vai para lá com um espírito desportivo. Não tem que saber nada, fazem-lhe uma pergunta básica, o Sr. Secretário respondeu que naquele momento não consegue fornecer esses números. A pergunta era: qual seria o universo de pessoas com mais de 60 anos na administração pública? E o senhor com o seu espírito desportivo, acha que numa Comissão isto funciona assim?

Um Parlamento e um Governo Regional, acha que funciona assim? Ah, não faço ideia!

Então, mas o senhor não se preparou para ir para a reunião? O senhor não levou os dados que eram necessários? Assim era melhor não ir! O que é que lá foi fazer? Não foi lá fazer nada! O senhor não sabe responder às questões, não se preparou, não se documentou.

Eu vejo nos outros Parlamentos do mundo, os Membros do Governo são confrontados, levam os números, estão preparados tecnicamente, estão ali, dizem: “Bom, nós estamos aqui para aperfeiçoar a proposta, estamos aqui para criar a melhor proposta para os açorianos!”. O senhor vai para lá e não sabe responder a nada, não sabe nada! Acha isto admissível? Isto é que é um bom funcionamento do Parlamento? Acho que não é, da parte do Governo!

Portanto, deixem de ridicularizar os outros, porque o relatório está cheio de ridículos vossos!

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor é que está a ridicularizar!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Já se percebeu que o senhor esteve nessa Comissão!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, este debate estava a cargo aqui do Sr. Deputado Alonso Miguel, mas como fui citado ali pelos serviços de “inteligência” do PS, que agradeço sempre a referência (não é verdade?), efetivamente confirmo aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado André Bradford, confirmo sim senhor!

Confirmo que o Programa foi na altura apresentada com uma medida assim que me parecia eleitoralista, é verdade sim senhor!

Depois as coisas são apresentadas, evoluem e analisei com mais pormenor ...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Não! E tanto que não percebemos tudo que o Sr. Deputado Alonso Miguel já colocou questões e o Sr. Deputado António Vasco Viveiros já respondeu.

Quero dizer ao Sr. Deputado André Bradford o seguinte: tantas e tantas vezes nesta Casa, V. Exa. quando nós votávamos contra um diploma vosso porque não entendíamos, porque não concordávamos, V. Exa. dessa bancada até a mim próprio, à minha bancada dizia: “Os senhores façam proposta de alteração, para conseguirmos chegar a um acordo!”.

Sr. Deputado Bradford, faça propostas de alteração para conseguirmos chegar a um acordo!

**Deputado André Bradford (PS):** É impossível! Tínhamos que fazer uma que mudasse tudo!

**O Orador:** Pronto! Faça proposta da alteração!

Agora o que eu já venho constatando e tenho que dizer com toda a frontalidade, sem querer ofender ninguém o seguinte: já vários diplomas que nós aqui debatemos e mesmo durante o Plano e Orçamento, nós chegamos à conclusão que os Deputados do PS têm dados que nós não temos nem conseguimos ter, que lhe são fornecidos pela Administração Pública, que lhe são fornecidos pelo Governo, portanto nós não podemos fazer contas exatas que os senhores têm, porque pura e simplesmente não temos os dados e quando os pedimos em Comissão, os senhores dizem que não sabem (os senhores, o Governo), que não os têm disponíveis, mas também não os dão.

Casos desses são vários. Ainda há pouco tempo tivemos em Comissão sobre um assunto que falaremos amanhã ou depois aqui.

Portanto os senhores estão mais fornecidos, podem fazer melhor as contas. É claro que a oposição pode errar nesses números, não saber exatamente quantos com mais de 60 anos estão na Administração Pública. Os senhores é que devem saber, mas o Governo tem a obrigação ...

**Deputado André Bradford (PS):** Para já não são os dados do Sr. Vice-Presidente, são os nossos dados!

**O Orador:** Sr. Deputado Bradford, quer ouvir-me?

... tal como fornece aos Srs. Deputados do PS, e isto é prática comum aqui dentro, de fornecer aos Deputados da oposição os números que lhe são pedidos.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas são eles que têm de fornecer os dados!

**O Orador:** Os senhores nem precisam fazer requerimentos, basta um telefonema e é vos dado os números e eu sei o que é que estou a dizer.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** É verdade, Sr. Deputado! Ainda recentemente isso acontece, acontece sucessivamente e isso não é admissível em democracia porque se é o Governo dos Açores, se é o Governo, os dados que dão aos senhores, sendo públicos, devem dar também à oposição e devem dar a este Parlamento, sempre que lhe é solicitado e não estar à espera 5, 6, 7, 8 meses, um ano por dados que pedem o requerimento.

Mas há aqui uma coisa muito interessante do Sr. Deputado Bradford, que foi a questão de não garantir que entrava os jovens, que como é que garantia, se é ilegal, se não é legal...

**Deputado André Bradford (PS):** Não fui eu que disse!

**O Orador:** Foi o que o senhor disse.

Agora, eu pergunto: então na reestruturação do SPER, como é que os senhores vão fazer? É legal meter na função pública gente que não fez provas de admissão?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** É constitucional entrar para a função pública, gente que não fez provas de admissão à função pública? Isso é legal? Isso garante?

*(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)*

**O Orador:** Não! Não! O senhor tem que ter o mesmo critério! Se tem o critério para uma coisa, tem para a outra!

**Deputado André Bradford (PS):** Eu sei o que é que os senhores querem: é não falar do que está a correr mal!

**O Orador:** Eu quero transparência ...

Oh, Sr. Deputado Bradford, eu vou dizer-lhe o que é que eu quero!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...



**O Orador:** Eu vou dizer-lhe o que é que eu quero: quero isenção, transparência e tratamento igual para todos e que respeite a lei e a constituição em todo o processo e não apenas quando dá jeito. É isso que eu quero, Sr. Deputado Bradford! Não quero mais nada do que isso e presumo que o senhor também!

Sr. Deputado Bradford, foram empregues porque se necessitava do trabalho deles? Foram empregados porquê? Essa é que é a questão: foram empregados porquê?

Portanto, se os senhores garantem uma coisa, têm que garantir a outra, aliás não me parece que havendo um concurso para a administração pública, que vá concorrer gente com mais de 60 anos! Naturalmente vão concorrer os novos! Se saem com mais de 60, não vão concorrer os de 70, hão de concorrer os mais novos, naturalmente, parece-me que sim.

Portanto, as coisas têm que ser tratadas com equidade e é isso que se pede.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, relativamente aos jovens, acho que é uma questão mais do que esclarecida, não foi afirmado em momento algum que havia qualquer mecanismo ou qualquer tipo que pudesse privilegiar a contratação de jovens.

O que há, o que repeti e o que disse agora o Sr. Deputado Artur Lima, há uma expectativa que havendo um concurso, que maioritariamente concorram jovens,

são aqueles que constam e representam a maior parta da faixa de desemprego, portanto é uma evidência e isso foi explicado.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Está no artigo 1.º!

**O Orador:** Mas eu gostaria de recordar relativamente a isso o seguinte: a taxa de desemprego jovem na Região, dos 15 aos 24 anos, neste momento, ou a 31 de dezembro, era de 27%; no País era de 22% e na média da união Europeia, é 16.1%.

Portanto, nós temos um problema sério com desemprego jovem, melhorou nos últimos anos, mas continuamos com um desfaseamento relativamente ao País.

Temos o problema de ilhas mais pequenas com muito dificuldade e as expetativas são muito más. Esse Programa não serve, os senhores pensem nalguma coisa e apoiem os jovens que não têm emprego e há ilhas que nunca terão emprego!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** A questão de fundo é essa: os jovens que neste momento não encontram emprego, ou têm uma janela de oportunidade agora, ou têm que procurar alternativas fora da Região.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E as simulações!?

**O Orador:** Eu recordo que entre 2011 e 2017, o número de ativos da faixa dos 15 aos 24 anos, na Região baixou 25%, ou seja, há menos 25% de ativos na faixa dos 15 aos 24 anos.

Também é verdade que baixou a nível nacional, não baixou tanto, mas baixou.

Portanto, isto é um problema que existe e foi isso que nos levou a pensar nesta proposta e tenho pena que não possa ter sido discutida com mais pormenor na parte financeira.

Nós sabemos que há informação, e o Sr. Vice-Presidente tecnicamente sabe que é assim, que depende de vários fatores que nós não temos, mas há indicadores que permitem chegar à conclusão que era possível sustentabilidade nessa medida.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Leia o artigo 1.º da sua proposta!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Baixe o dedo!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que foi apresentada tinha um objetivo e achava que era um caminho para chegar a um determinado objetivo que era o de criar condições para aumentar a contratação na própria administração pública.

Ora bem, nós hoje justificamos por que é que não consideramos que é esse o caminho, mas mais do que isso dissemos qual era o caminho, não só o dissemos como o fizemos e aquilo que mais revela de tudo isto é que esta semana, conforme anunciei será publicada autorização para a abertura de 762 contratos de trabalho em função pública...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda bem!

**O Orador:** ... que se esta proposta fosse aprovada demoraria muito tempo a chegar a esse montante, por esses mecanismos e sem que da mesma resulte qualquer, por um lado, desresponsabilização ou poupança para o Estado, nomeadamente para os sistemas que recebem os descontos dos trabalhadores

para a sua aposentação, nem qualquer encargo adicional para a administração regional, ao longo de 20 anos.

É este que consideramos que é o caminho certo para atingir esse objetivo. É esse o caminho que estamos a concretizar, como o fizemos ao longo dos últimos três anos através de, hoje existem como referi mais 606 funcionários na Administração Pública Regional, que existia há 3 anos atrás, portanto é um processo contínuo que será reforçado este ano com esta nova autorização, que surge agora exatamente porque era a que estava previsto no orçamento que aprovámos e criámos uma norma porque o Orçamento de Estado para 2018 autorizou, pela primeira vez, que os concursos fossem abertos ou pudessem ser abertos dentro de uma determinada bolsa diretamente externos, sem passar pela fase interna, foi a primeira possibilidade do Orçamento de Estado e foi nesse contexto que criámos esta norma no Orçamento da Região e que estamos agora a cumprir essa mesma norma e por essa via concretizar objetivos, que é o mais importante, de reforçar a administração pública, assegurando aquilo que são necessidades permanentes e essencialmente prevendo já as necessidades decorrentes dos trabalhadores que ainda estão no ativo entre 65 e 69 anos, 269, e que se irão aposentar naturalmente ao longo dos próximos meses e aqueles que têm mais de 60 anos e que têm uma baixa superior a 5 meses e que também, naturalmente, irão estar numa situação de aposentação, que são mais 172.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas nós não sabemos isso! Quem é que tem acesso a isso!

**O Orador:** É esse o caminho certo, é esse o caminho que vamos continuar a seguir.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas como sabemos isso?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

**(\*) Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa Gerações que há cerca de dois anos atrás, então como candidato do PSD a Presidente do Governo apresentei, tinha um objetivo bondoso que teve algumas dúvidas naturais, que foram tentando ser esclarecidas ao longo do tempo.

Qual era o objetivo, que penso que comungamos todos? É que há pessoas com 60 ou mais anos que têm ainda muita capacidade e muito para dar às nossas comunidades, mas que face às penalizações que têm para se reformar, sentem-se desincentivados a reformarem-se mais cedo, portanto não dão à comunidade aquilo que poderiam dar, estando reformados.

Esse é um dos objetivos, era um envelhecimento ativo das pessoas com capacidade para darem ainda muito à nossa comunidade sem serem tão penalizados naquilo que são as percentagens anuais que perdem por se reformarem antes dos 66 anos.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Este era um dos objetivos, penso que era um objetivo, digamos, bondoso, se assim quiserem e facilmente de concordância de todos.

Outro objetivo deste programa era também de solidariedade intergeracional ...

**Deputado André Bradford (PS):** Então não era!

**O Orador:** ... por isso lhe chamámos Programa Gerações. Porquê? Porque ao incentivarmos que pessoas de 60 a 66 anos voluntariamente, repito, voluntariamente ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Exatamente ao contrário!

**O Orador:** ... se sentissem mais atraídos pela reforma antecipada, por via do Orçamento Regional, pagar 50% da penalização, isso iria permitir um rejuvenescimento da administração pública, algo que também é importante e

que é um objetivo também bondoso, penso que facilmente de concordância geral.

Com estes objetivos, avançámos com este Programa e apresentámos em concreto um diploma, um Decreto Legislativo Regional, em Comissão. Foi discutido em Comissão com todo o tempo que foi necessário. Não houve problemas demais ao longo da discussão, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... antes de entrar em Comissão e na Comissão nunca houve grandes problemas em relação a esta matéria.

Havia sim, claro, saber voluntariamente quantas pessoas serão, saber as estatísticas da Administração Pública Regional: quantos são os administrativos; quanto são os técnicos superiores, isso é natural. Teríamos que estudar, teria que haver uma margem.

Agora, digo-lhe Sra. Presidente e digo às açorianas e açorianos, se todos concordamos com a bondade do Programa Gerações e com desta solidariedade intergeracional, por que é que não houve a boa vontade do Governo Regional, de tentar em Comissão ajudar a resolver os eventuais problemas de cálculo que fossem necessários resolver?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

Demos ainda uma última oportunidade neste Plenário ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Deram uma oportunidade!?

**O Orador:** ... para que o PS, que tem a maioria, permitisse de novo baixar à Comissão, pusesse a mão na consciência e se esses objetivos eram de facto

bondosos, baixasse à Comissão e o Sr. Vice-Presidente na Comissão pudesse explicar os números que aqui hoje apresentou e que nunca foram apresentados na Comissão, e deixem-me dizer-vos aqui entre nós e tendo consciência do que estou dizendo, os números que o Sr. Vice-Presidente do Governo, nos costuma apresentar quanto a mim, pelo menos à partida, eu duvido sempre, ...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... mas não quero ir mais por aí, quero dizer que com isto quem fica prejudicado são milhares de idosos dos Açores entre os 60 e os 65 anos, que se podiam reformar, e milhares de jovens açorianos que poderiam obter um emprego na função pública porque, só porque sendo um objetivo bondoso, concordado por todos, o PS não é o seu autor, portanto tem que o destruir apenas porque é do PSD e é contra os açorianos que o PS o faz!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(\*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Bom eu podia, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, pura e simplesmente, não vou fazê-lo, mas podia pura e simplesmente dizer que a maioria dos jovens e a maioria dos sexagenários dos Açores já lhe disseram o que é que achavam do seu Programa, uma vez que ele foi uma proposta eleitoral e V. Exa. não ganhou as eleições.

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** Portanto, a maioria dos açorianos devem ter dito por essa via, o que pensavam.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não resiste!

**O Orador:** Mas eu não vou por aí! Fique descansado que eu não vou!

Agora, há outras coisas.

Esta intervenção final, presumo final porque já não têm tempo, do Sr. Deputado Duarte Freitas, estilo algodão doce, que isto agora afinal não vão pelas contas, não vão por isso, não vão por aquilo, vão é pelo objetivo e isto só tem objetivos meritórios e como concordamos todos com os objetivos, o Governo é que deve arranjar uma maneira disto ser viável, Sr. Deputado desculpe, não foi isto que o senhor andou dizendo nos últimos dois anos sobre esta matéria!

O Sr. Deputado desde setembro de 2016 diz que o objetivo desta medida é contratar 1 200 jovens para a administração pública.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Até 1200 jovens! Sim!

**O Orador:** Então é para contratar 1 200 jovens, ou não se sabe quantos são? Ou afinal é para gerar aqui um movimento de solidariedade, com pessoas de mais de 60 anos?

Sr. Deputado, outra questão: solidariedade intergeracional.

O que o Sr. Deputado está a dizer aos jovens dos Açores é que não arranjam emprego porque há uns senhores que têm 60 anos e que não saem dos empregos!

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Isto é que é demagogia!

**O Orador:** É isso que o senhor anda a dizer aos jovens dos Açores!

O que o senhor anda a dizer é que o problema dos jovens qualificados que não arranjam emprego, é porque há pessoas menos qualificadas com 60 anos que se deviam reformar para dar lugar aos outros e não dão.

Portanto, se isto é solidariedade intergeracional, não me parece que seja.



Depois há uma questão ideológica que os senhores não explicaram e que me faz um pouco de confusão: os senhores passam todo o debate económico nos Açores, a dizer que a economia é que gera emprego, que o mercado é que funciona por si, que as empresas é que geram emprego, mas afinal quando é para resolver um problema de emprego, os senhores mandam o Estado contratar automaticamente jovens. Então e a economia já não gera emprego?

Então não há respostas na economia?

Então o mercado serve para quê, Sr. Deputado? Ou a gente aguenta a ideologia até onde pode, mas depois quando precisa de votos, já não é ideologia, é uma maneira de agradar uns e outros, fingindo que esta é uma coisa, que isto não é.

Portanto, julgo, e termino, que este debate foi bastante enriquecedor.

Ao contrário do que parece eu acho que este debate foi bastante enriquecedor.

Levou dois anos, mas ao fim de dois anos os açorianos perceberam que isto era uma mão cheia de nada, que era só uma intenção romântica de fazer algo para que os jovens pudessem ter uma esperança de emprego, mas afinal não era mais nada do que isso. Isso é pouco para o partido que quer ser alternativa ao poder!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pediu a palavra?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para um protesto.

**Presidente:** Para um protesto a?

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** No seguimento do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, ter dado nota de que eu diria que as pessoas com mais de 60 estariam a bloquear a entrada de jovens na Administração Pública.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é uma conclusão minha!

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É evidente que tenho que protestar porque aquilo que eu disse e repito, é que há pessoas com mais de 60 anos, com muita capacidade ainda para dar às suas comunidades e que voluntariamente poderiam querer aderir a uma reforma antecipada se ela tivesse menos penalizações.

Portanto, não há aqui um conflito geracional, antes pelo contrário, há aqui uma ligação intergeracional que se pretende com as pessoas que ainda têm muitas capacidades para dar, podendo voluntariamente aderir com este incentivo e com isso poder também rejuvenescer a administração pública.

Mas também não é só por esta via que nós podemos criar emprego, mas nalgumas ilhas, como as nossas ilhas mais pequenas, e quem conhece as ilhas mais pequenas sabe bem, se não nomeadamente os quadros técnicos superiores na administração pública, é muito difícil encontrar emprego e por essa via podíamos resolver, como também pela Rede de Ninhos de Empresas, que nós propusemos aqui e que foi aprovada e que está a ser implementada...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que se cingir ao um protesto.

**O Orador:** ... em todos os Açores, graças á proposta do PSD Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado André Bradford se quer usar da palavra para um contraprotesto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso, vou usar da palavra para um contraprotesto, não tendo bem percebido o protesto, Sra. Presidente.

**Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Corre o risco de não perceber o contraprotesto!

**O Orador:** Não, não me custa nada confessá-lo, uma vez que não percebi no discurso, naquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, nenhuma forma de indignação em relação ao que eu tinha dito.

O que eu fiz foi uma interpretação minha, é certo, é minha, é da nossa bancada, decorre da análise que nós fizemos de que esta ideia romântica do Programa Gerações, faz crer aos jovens que eles não entram na administração pública, que eles não têm emprego porque há um conjunto de pessoas válidas com 60 anos a trabalhar na Administração Pública, que não saem da Administração Pública para eles entrarem.

**Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Isto assim não dá!

**O Orador:** É a minha, é a nossa interpretação, Sr. Deputado! É democracia! É a minha interpretação, contra a sua interpretação.

Portanto, foi isso que eu disse. Se isso gera alguma forma de protesto, pois o que é que eu hei-de fazer? Eu não julgo que seja suficiente para isso.

Mais, se tivesse que haver um protesto, teria que ser talvez de algum dos envolvidos que sentisse que isto era abusivo, agora é a nossa interpretação, Sr. Deputado! É só isso!

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, uma intervenção final, só para clarificar um aspeto que é essencial.

A questão base de todo esta proposta não é uma questão de números, mais números, menos números, é uma questão substancial da essência do próprio princípio do diploma, como desde a primeira intervenção venho a esclarecer.

O que aqui se propõe é que o Estado que recebe os descontos dos trabalhadores poupe, que os trabalhadores açorianos tenham menos rendimentos daqueles que tinham direito e que a Região assuma um encargo que não corresponde às suas responsabilidades.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sai na quinta-feira!

**O Orador:** É este o cerne da questão, não é este o caminho que consideramos que devemos ir e em alternativa o que propomos é dar continuidade a este caminho, que permitirá este ano abrir para concurso externo 762 novos contratos de trabalho em função pública e mais 192 que decorre já a segunda fase.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sai na quinta-feira!

**O Orador:** É este que consideramos o caminho certo para desenvolver esta situação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, no debate com a bancada do PS, é preciso ter em conta aquilo que se disse, aquilo que ficou escrito e também é preciso ter em conta e saber interpretar (e para isso é preciso perceber um bocadinho de psicanálise) o que é que a bancada do PS acha que nós estamos a pensar, ou acha que nós queremos escrever.

É evidente que isto tudo gera um debate completamente surrealista, porque evidentemente estão aqui a ser debatidos argumentos que não foram avançados por ninguém, a não ser autorrecreação da imaginação do Sr. Deputado André

Bradford, que imagina os argumentos dos outros para poder responder, porque é muito difícil responder a argumentos que tenham sido de facto apresentados ou lidos, ou estejam escritos, portanto inventa argumentos mais fáceis para poder debater.

Bem, isto é uma preguiça de debate e retórica tremenda, mas penso que Cícero a definiu bem, mas para não levantar aqui mais um protesto, não lhe vou dizer, não vou fazer a referência que tenho na minha mente, o senhor é especialista nessa matéria, interprete.

O que eu lhe devo dizer nesta matéria é o seguinte, concluindo:

Ponto número um: este é um objetivo que o próprio PS no âmbito do debate disse que concordava, disse que concordava com este objetivo. Não fez foi nada para que ele pudesse ser concretizado, só encontrou alçapões e criou dificuldades;

Segundo ponto: o Governo Regional no âmbito deste debate não criou as condições institucionais para que esta questão se possa solucionar. Tantas vezes que apela à convergência, mas é à convergência das vossas propostas, nunca à convergência se os outros apresentam as propostas ou se oposição apresenta outro tipo de propostas.

Os senhores dizem que concordam, mas dificultaram, criaram alçapões, não deram informação, não tinham interesse em informar e mais do que isso, os senhores têm aqui a solução que tanto criticam, pegaram na Constituição ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Está aqui a Constituição: “os jovens não podem ser contratados”, mas no vosso programa está exatamente escrito a mesma coisa.

É inconstitucional para os outros, mas não é inconstitucional para Vs. Exas.!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Diga o que é que diz aí!

**O Orador:** Portanto, meus senhores, concluindo, o que eu acho é que este é um Projeto muito importante, rejuvenescer, com certeza! Criar esta oportunidade

para quem já tem 60 anos, com certeza! É um objetivo concreto e os senhores não facilitaram nada, os senhores pura e simplesmente boicotaram a proposta que aqui foi apresentada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, se não há mais inscrições, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 29 contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

**Presidente:** Encerrámos assim este ponto.

Sra. Deputada Zuraida, pediu a palavra também para uma interpelação?

*(Pausa)*

**Deputado Luis Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para em termos regimentais solicitar um intervalo de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos.  
Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 39 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

**João Paulo** Lopes Araújo **Ávila**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Duarte Nuno D'Ávila** Martins de **Freitas**

**João Luís Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Luís Maurício** Mendonça Santos

**Luís Miguel** Forjaz **Rendeiro**

**Paulo Henrique** **Parece** Batista

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**José Carlos** Gomes **San-Bento** de Sousa

(\*) Texto não revisto pelo orador

## **Documentos entrados**

### **Listagem da correspondência**

#### **1- Projetos de Lei:**

**Assunto:** Programa especial de apoio social para a ilha do Pico n.º 782/XIII/3.<sup>a</sup> (PCP) - n.º 139/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 26

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 19.

## **2 - Propostas de Lei:**

**Assunto:** Estabelece o regime de prevenção e controlo da Doença dos Legionários n.º 114/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - n.º 142/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 04.

## **3 – Projetos de Resolução:**

**Assunto:** Posição Geoestratégica dos Açores (Texto substituído) n.º 1267/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 129/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 12;

**Assunto:** Recomenda ao Governo que, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, tome as medidas necessárias a uma articulação política que potencie



a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma n.º 1390/XIII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - n.º 140/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** CETA e Acordo de Parceria Económica UE – Japão | Regiões Ultraperiféricas| Avaliação de impacto e de oportunidades n.º 1389/XIII/3.<sup>a</sup> (PSD) - n.º 141/XI AR

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 29;

**Assunto:** Autoriza a criação do Centro para a Segurança do Atlântico (CeSA) e constitui, sob a dependência do Ministério da Defesa Nacional, uma Comissão para a implementação do CeSA. – MDN – (Reg. R 94/2018) n.º 71/XI GR

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 02.

#### **4 – Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Altera o regime jurídico dos medicamentos de uso humano, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1572 – MS (Reg. 44/2018) – n.º 70/XI GR

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 03 – 15.

## 5 – Projetos de Resolução:

**Assunto:** [Estatísticas sobre desemprego e programas ocupacionais – n.º 76/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –02– 26

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 02;

**Assunto:** [Modelo alternativo de transporte marítimo de mercadoria nos Açores – n.º 77/XI](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 –03– 02

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 03;

**Assunto:** [Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas– n.º 78/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 12;

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;**

**Assunto:** [Substituição do Projeto de Resolução - Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do Grupo Central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas– n.º 78/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 13;

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão**

**Assunto:** [Estudo sobre a Violência Doméstica e de Género na Região Autónoma dos Açores – n.º 79/XI](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2018 –03– 13

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data Limite de Parecer:** 2018 – 04 – 13;

**Assunto:** [Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\) – n.º 80/XI](#)

**Proveniência:** PS

**Data de Entrada:** 2018 –03– 15

**Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão.**

**6 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Caminhos Florestais](#)

**Autor:** Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 23

**Referência:** 54.03.06 – N.º 400/XI;

[Assunto: Modelo de funcionamento do Hospital da Horta e da Unidade de Saúde da Ilha do Faial após a empreitada agora lançada a concurso](#)

**Autor:** Carlos Ferreira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 26

**Referência:** 54.03.07 – N.º 401/XI;

[Assunto: Informação relativa às rotas abrangidas por Obrigações de Serviço Público \(ano 2017\)](#)

**Autor:** Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.03.00 – N.º 402/XI;

[Assunto: Relatórios das inspeções realizadas pela Inspeção Regional da Saúde às instalações da Escola Secundária da Ribeira Grande](#)

**Autor:** Zuraida Soares e António Lima (BE)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.06.02 – N.º 403/XI;

[Assunto: IMAR – Plano Nacional de Recolha de Dados de Pesca 2017](#)

**Autor:** Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.01.00 – N.º 404/XI;

[Assunto: Operacionalidade do Porto da Madalena](#)

**Autor:** Marco Costa, Jorge Jorge, António Pedroso, Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.06 – N.º 405/XI;

[Assunto: Atribuição de licenças para exploração turística de observação de cetáceos](#)

**Autor:** Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.01.00 – N.º 406/XI;

[Assunto: Resultados de Ações Inspetivas à empresa Estufaçor](#)

[Autor: Zuraida Soares e António Lima \(BE\)](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.06.02 – N.º 407/XI;

[Assunto: Atraso nos pagamentos de prestações para com os Estabelecimentos de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

[Autor: Maria João Carreiro e Mónica Seidi \(PSD\)](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 12

**Referência:** 54.03.00 – N.º 408/XI;

[Assunto: Solicitação de informação sobre o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA](#)

**Autor:** Catarina Chamacame Furtado e António Vasco Viveiros (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.00 – N.º 409/XI;

[Assunto: Ligações aéreas com a ilha Graciosa no verão IATA 2018](#)

**Autor:** João Bruto da Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.04 – N.º 410/XI;

[Assunto: Idosos Florentinos discriminados](#)

**Autor:** Bruno Belo e Mónica Seidi (PSD)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16

**Referência:** 54.03.08 – N.º 411/XI.

## **7 – Resposta a Requerimentos:**

[Assunto: Nova unidade fabril da COFACO e manutenção dos postos de trabalho na fábrica da Madalena do Pico](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 28

**Referência:** 54.03.06 – N.º 364/XI;

[Assunto: Centro de Saúde das Velas, na ilha de São Jorge](#)

[Proveniência: Governo](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 05

**Referência:** 54.04.05 – N.º 361/XI;

[Assunto: Sobrelotação e condições da Escola Secundária da Ribeira Grande](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.02 – N.º 355/XI;

[Assunto: Voos Santa Maria Inverno IATA](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.04.01 – N.º 358/XI;

[Assunto: Descarga de Resíduos provenientes de navios de cruzeiro nos Açores em 2017](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.06.00 – N.º 374/XI;

[Assunto: Apoio à Edição de Obras Culturais](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06

**Referência:** 54.03.00 – N.º 383/XI;

[Assunto: Cobertura no Porto de Pescas de Rabo de Peixe](#)

[Proveniência: Governo](#)

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08

**Referência:** 54.03.02 – N.º 375/XI;

[Assunto: Perplexidades e contradições da política ambiental do Governo Regional](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.03.07 – N.º 367/XI;

[Assunto: A deserção do Estado no caso da Conservatória do registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13

**Referência:** 54.07.09 – N.º 368/XI;

[Assunto: Relatórios sobre o Setor das Pescas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 272/XI.

#### **8– Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Ofício n.º 2397, de 16 de fevereiro de 2018 a acusar a receção e agradecer envio da Resolução n.º 3/2018 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de lojas dos CTT na Região

**Proveniência:** Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil do Presidente da República

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 23;

**Assunto:** Ofício n.º 8, de 16 de fevereiro de 2018 a informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018 – “Regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça”, devidamente assinado, foi enviado para publicação em Diário da República

**Proveniência:** Rui Pestana, P'lo Chefe de Gabinete, de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 27;

**Assunto:** Comunicação por correio eletrónico da recondução do Dr. Ricardo Silva, na Presidência do Conselho de Administração do IROA-SA



**Proveniência:** Gabriela Simas, Gabinete do Presidente do Governo Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 02 – 27;

**Assunto:** Ofício n.º 219-ST, de 2018-02-19 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 02/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-428VIC3) – Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo

**Proveniência:** Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** Ofício 59, de 26-02-2018 a enviar cópia de uma Moção, apresentada pelo grupo municipal da CDU, intitulada, garantir a melhoria das condições de operacionalidade do Porto da Horta

**Proveniência:** Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** Ofício 43-4/04 - 2941, de 02-03-2018 a enviar cópia de um Voto de Pesar, aprovado por unanimidade, relativo à Professora Maria Simas Cardoso

**Proveniência:** José Leonardo Goulart da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Horta

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 06;

**Assunto:** Ofício GP0538-XI, de 28-02-2018 a informar a cessação de substituição e retoma do exercício de mandato de Deputado, com efeitos a partir de 1 de março de 2018

**Proveniência:** Alonso Miguel, Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** Ofício GP0541-XI, de 01-03-2018 a indicar os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as Comissões Permanentes da ALRAA

**Proveniência:** Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** AT/321, de 07-03-2018 a informar que o Senhor Deputado António Parreira passa a substituir o Sr. Deputado Roberto Monteiro na Comissão de Economia, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2018, inclusive.

**Proveniência:** Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 07;

**Assunto:** Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas relativo à divulgação do *Working Paper "Introducing the Portuguese Macro-Fiscal (PMF) model: A Framework for projecting the portuguese Economy"*

**Proveniência:** Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 08;

**Assunto:** Ofício 244 RPPCP/XI/2017, de 13 de março de 2018 a solicitar o cancelamento da Anteproposta de Lei n.º 1/XI – “Programa especial de apoio social para a ilha do Pico”

**Proveniência:** João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13;

**Assunto:** Requerimento a solicitar agendamento de Debate de Urgência sobre “Plano de Reestruturação do Sector Público Empresarial”

**Proveniência:** Zuraida Soares e António Lima, Grupo Parlamentar do BE

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 13;

**Assunto:** Requerimento a solicitar agendamento de um Debate de Urgência sobre “Produção de Leite e Lacticínios nos Açores – Estratégia Pós 2020”

**Proveniência:** Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** Correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas relativo ao trabalho mais recente do Conselho – Relatório 02/2018, intitulado “Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2018-2022”

**Proveniência:** Elisabete Pais, Secretária da Presidente do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 15;

**Assunto:** Of.º\_A 10 a informar que foi enviado para publicação em Diário da República o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2018 – “Desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno localizada no núcleo florestal das Fontinhas, freguesia de S. Brás, concelho da Praia da Vitória”

**Proveniência:** Rui Pestana, Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16.

## **9– Relatórios:**

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 52/XI \(PPM\) que A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da](#)

[República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª que aprova o regime das matérias classificadas – n.º 125/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1240/XIII/3.ª que recomenda ao Governo que legisle para garantir que os acompanhantes de grávidas nas deslocações inter-ilhas dos Açores tenham as faltas ao trabalho justificadas na legislação laboral – n.º 126/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1270/XIII/3.ª que recomenda ao Governo que promova a total descontaminação da ilha Terceira – n.º 131/XI AR](#)

**Proveniência:** SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Proposta de Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 a 1980 – PCM \(Reg. PL 27/2018\) – n.º 68/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980 – PCM \(Reg. DL 28/2018\) – n.º 69/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 1316/XIII/3.<sup>a</sup> - Reforço da importância geoestratégica dos Açores - n.º 133/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 13190/XIII/3.<sup>a</sup> – Recomenda ao Governo que, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, tome as medidas](#)

[necessárias a uma articulação política que potencie a importância geoestratégica e geopolítica daquela Região Autónoma - n.º 140/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que altera a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – MTSSS – \(Reg. DL 479/2017\) – n.º 67/XI GR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 12;

**Assunto:** [Petição n.º 14/XI – Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 16;

**Assunto:** [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19;

**Assunto:** Petição 12/XI – [A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia;

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Petição 13/XI – Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia;

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Audição do Gestor Público nomeado para a Presidência do Conselho de Administração da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 01;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 56/XI - Criação dos Mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do DLR n.º 23/2011/A, de 13 de julho.](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 02;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 67/XI - Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO - com pedido de urgência](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 14;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 111/XIII/3.<sup>a</sup> – Autoriza o Governo a aprovar um regime fiscal e contributivo mais favorável para a atividade de transporte marítimo e um regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem de navios - n.º 138/XI AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão de Economia

**Data de Entrada:** 2018 – 03 – 19.

## **10 – Diários:**

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 45, 46, 47 e 48.

**Transcrição efetuada por *Noélia Escobar***